



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Nelson Ricardo Mendes Lopes

**Território da ilegalidade: as milícias de Campo Grande do Rio de Janeiro: o  
Caso do sub-bairro do Mendanha e a comunidade da Carobinha**

Rio de Janeiro

2017

Nelson Ricardo Mendes Lopes

**Território da alegaldade: as milícias de Campo Grande do Rio de Janeiro: O Caso do sub-bairro do Mendanha e a comunidade da Carobinha.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L864 Nelson Ricardo Mendes Lopes.  
Território da alegalidade: as milícias de Campo Grande do Rio de Janeiro: o Caso do sub-bairro do Mendanha e a comunidade da Carobinha/ Nelson Ricardo Mendes Lopes. – 2017.  
145 f.

Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Alegalidade– Teses. 2. Clientelismo– Teses. 3. Políticas Públicas – Teses. I. Oliveira, Floriano José Godinho de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

es CDU 308(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Nelson Ricardo Mendes Lopes

**Território da alegaldade: as milícias de Campo Grande do Rio de Janeiro: O Caso do sub-bairro do Mendanha e a comunidade da Carobinha.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Aprovada em 11 de dezembro de 2017

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (Orientador)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof. Dr. Jorge Moraes  
Universidade Petrobrás – UPRio

---

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Marta Gomes Lucena  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Rio de Janeiro

2017

Dedico à todos os moradores do bairro carioca de Campo Grande.

À Rizette Mendes Lopes ( In Memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Meu apoio e apreço por esta Instituição - UERJ - a qual permitiu expandir a minha vida acadêmica e ao PPFH pelo profícuo espaço de discussão e resistência à valorização ao bem público. Agradeço à todos os funcionários e professores pelo apoio.

Deixo registrado aqui minha especial gratidão ao grupo que me incentivou, acompanhou, avaliou e encerrou este processo de tessitura da atual Tese de Doutorado:

Ao Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ) que abraçou intensas responsabilidades em períodos de crises, configuradas no campo social e pessoal, amparando-me.

Ao Professor: Gaudêncio Frigotto (UERJ) pelos debates e o constante alerta sobre a função social do professor/pesquisador no campo da ciência social.

Ao Professor: Lincoln de Abreu Penna (UFRJ), pela atenção e indicações cruciais de diferentes abordagens para o avanço do tema estudado.

Ao Professor: Jorge Moraes (UP-Rio) pelos investimentos nos caminhos reflexivos da arte e da filosofia.

À Professora: Marta Gomes Lucena (UFFRJ) pela constante parceria nas questões objetivas à conclusão do trabalho.

O meu agradecimento aos moradores da zona oeste, testemunhas de relatos e informações, ouvintes e entrevistados que estiveram ligados, direta ou indiretamente, ao objeto analisado por alimentarem minhas reflexões. Pelo ponta-pé inicial do recorte geográfico, agradeço a professora Cléia Schiavo. À todos os meus amigos e colegas “uerjianos” do nono ao décimo segundo andar o meu reconhecimento.

Muitos foram os percalços, idas e vindas, ângustias e incertezas durante a caminhada, partilhadas com velhos e novos amigos, colegas de profissão, alunos e familiares, o meu intenso agradecimento pela acolhida e paciência. Em especial, ao casal Nelson e Alvina, aos meus três amados irmãos, obrigada pelo apoio. À minha esposa pela cumplicidade do cotidiano.

À todos minha gratidão.

## RESUMO

LOPES, Nelson Mendes. **Território da ilegalidade**: As milícias de Campo Grande do Rio de Janeiro: o caso do sub-bairro do Mendanha e a comunidade da Carobinha. 2017. 145 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

Esta tese analisa o conceito de ilegalidade e clientelismo estabelecido pelos políticos locais em Campo Grande na zona oeste do Rio de Janeiro. Com vistas a entender o significado da milícia neste contexto. Esta última sendo percebidas como um fenômeno atuante em alguns sub bairros de Campo Grande; a saber: como o Mendanha e o loteamento da Carobinha. Considerando que o processo de organização miliciano se articula com o conceito de clientelismo, estudam-se as práticas da milícia nestas localidades. Aborda certas dinâmicas das relações sociais que predominam na zona oeste tomando como perspectiva de análise os processos de territorialização, que geram um reordenamento do espaço. Parte-se da ideia de que as relações entre o local e o global conformam as identidades sociais e que estas adquirirão uma dinâmica particular em Campo Grande. A noção de políticas públicas se apresenta principalmente com o estigma de escassez que caracteriza zonas periféricas da cidade. A política de segurança pública também é analisada e vinculada a participação das milícias em Campo Grande. Ela é tida como fundamental para entender como se mobilizam os agentes de milícia neste processo, e perceber as estratégias arregimentadas pelos poderes-locais (milicianos e políticos locais) na região. O Conceito de ilegalidade perpassa a estrutura teórica da tese, no sentido de que é estabelecida uma normatização que não é tida como legal, dada as relações com os poderes constituídos, não se pode facilmente caracterizá-la como ilegais.

Palavras chave: Ilegalidade. Clientelismo. Milícias. Políticas Públicas. Campo Grande (Zona Oeste do Rio de Janeiro).

## ABSTRACT

LOPES, Nelson Mendes. **Territory of the alegality**: The militias of Campo Grande of Rio de Janeiro: the case of the suburb of Mendanha and the community of Carobinha. 2017. 145 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

This thesis analyzes the concept of alegality and clientelism established by local politicians in Campo Grande, in the west of Rio de Janeiro, in order to understand the militia phenomenon in some of the sub-neighborhoods of this region, such as the Mendanha and the Carobinha. Considering that the militia organization process is articulated with the concept of clientelism, the militia practices in these localities are studied. It approaches certain dynamics of the social relations that predominate in the west zone taking as perspective of analysis the processes of territorialization that generate a reordering of the space. It starts from the idea that the relations between the local and the global conform the social identities and that these identities acquire a particular dynamic in Campo Grande. The notion of public policies presents mainly with the stigma of scarcity that characterizes peripheral zones of the city. The public security policy is also analyzed and linked to the participation of militias in Campo Grande. It is seen as fundamental to understand how militia agents are mobilized in this process, and to understand the articulated strategies by local powers (militiamen and local politicians) in the region. The concept of alegality pass through the theoretical structure of the thesis, in the sense that a established normalization is not considered legal, given the relations with the constituted powers, therefore it can not easily be characterized as illegal.

Palavras chave: Alegality. Clientelism. Militia. Public Policys. Campo Grande (West of Rio de Janeiro).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Elza Osborne.....	20
Figura 2 - Mapa de Campo Grande entre bairros do município do Rio de Janeiro.....	22
Figura.3 - Mapa da localização da Carobinha – Lotes organizados de forma retilínea. (FonteWeb) .....	32
Figura 4 - Mapa - Planta do arruamento do entorno da Carobinha. ( via Web) .....	32
Figura 5 - Padaria principal da Carobinha – Antigo local de reunião da milícia (foto via Web.).....	33
Figura 6 - Via principal na Estrada da Carobinha. ( Foto via Web) .....	33
Figura 7 - Gráfico adaptado do “Diagrama de Arrecadação Financeira das Milícias” .....	108

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>CAMPO GRANDE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADANIA E ALEGALIDADE.</b> .....	19
1.1	<b>Um breve histórico do bairro de Campo Grande</b> .....	19
1.2	<b>Aspectos do sub-bairro do Mendanha e do loteamento da Carobinha</b> .....	26
1.3	<b>Campo Grande: sua transformação de zona rural à suburbana</b> .....	34
1.4	<b>A alegalidade</b> .....	37
1.5	<b>A alegalidade: conflito e insegurança em contextos de anomia social</b> .....	50
1.6	<b>O discurso da Alegalidade</b> .....	54
2	<b>ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.</b> .....	62
2.1	<b>A construção da identidade brasileira</b> .....	62
2.2	<b>Um breve panorama da política urbana brasileira</b> .....	75
3	<b>PRÁTICAS CLIENTELISTAS:BRASIL E RIO DE JANEIRO.</b> .....	81
3.1	<b>Como se estrutura o clientelismo no Brasil</b> .....	81
3.2	<b>Representação Política e Clientelismo: Zona Oeste do Rio de Janeiro</b> .....	94
4	<b>ASPECTOS DE SEGURANÇA NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b> .....	103
4.1	<b>Políticas de Segurança no Rio de Janeiro e a origem das milícias</b> .....	103
4.2	<b>Um percurso analítico: territorialidade, poder local e milicianos</b> .....	110
4.3	<b>Territorialidade: rupturas e continuidades</b> .....	122
4.4	<b>Considerações sobre alegalidade e a milícia no sub-bairro do Mendanha</b> .....	128
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139

## INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de doutorado de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPFH/UERJ, no ano de 2012, minha temática de pesquisa girava em torno das categorias de clientelismo e mandonismo na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, no século XX. Concretamente, atualmente esse fenômeno social se manifesta por meio da presença de grupos milicianos nesta região da cidade, numa perspectiva sociológica destacando a forma da atuação destes grupos no local.

A condição do protagonismo dos milicianos era apresentada no contexto de controle social, tendo como hipótese o caráter impositivo das forças destes grupos e sua reprodução social, quando incorporados na dinâmica cotidiana das relações de poder na zona oeste da cidade.

Com o desenvolvimento da pesquisa, em contato com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, foram realizados encontros acadêmicos organizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ); em conversas junto a pesquisadores que tem como objeto de estudo a área da segurança carioca e os desdobramentos decorrentes da orientação de tese, levaram-me a privilegiar as questões relacionadas à política do Estado do Rio de Janeiro perante a crise de segurança estabelecida na cidade e na área de estudo em particular. Este tema tão importante e atual, que redimensiona a vivência naquela região reformulou o conteúdo central de minhas indagações e assim, passou a despertar meu interesse para a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto.

O que se pretende com esta investigação é analisar um território demarcado pela ausência dos equipamentos e serviços que permita o exercício pleno da cidadania, e no qual as relações sociais são marcadas pela inexistência de limites de legalidade. Nesta situação utilizaremos o conceito de *alegalidade*<sup>1</sup>, conceito este que será bastante debatido no desenvolvimento deste trabalho. Sua existência e sua perpetuação no cenário político da cidade do Rio de Janeiro, em particular, e objeto deste estudo, se devem ao interesse de forças políticas e sociais, num conluio que garante a coexistência da *alegalidade* em meio a instituições legais. Cabe, portanto, discorrer brevemente sobre como funciona esse cenário da alegalidade.

O cenário da impunidade e violência vem produzindo uma constante insatisfação da

---

<sup>1</sup> O conceito de alegalidade será tratado no capítulo I desta tese.

população, explicitadas nas ruas em torno de lutas por melhor distribuição de políticas públicas que realmente venham garantir a cidadania e a democracia. A contínua violência do Estado é visível na mídia televisiva e impressa, vide a ação da polícia nas recentes manifestações por todo o país. Vivenciamos no Brasil uma “crise civilizacional”, bastante complexa e desafiadora para a análise sociológica e política (Soares, 1996). Diariamente, a imprensa divulga experiências e estatísticas sobre a criminalidade no Rio de Janeiro e, em última análise, a disseminação da falência do Estado no controle da ordem social. Nas representações sobre a cidade do Rio de Janeiro se tornou lugar comum a substituição do epíteto de “cidade maravilhosa” para o de “cidade violenta” – idéias que consolidaram uma “cultura do medo”. A partir destas construções midiáticas a população pobre passou ser vista também como perigosa.

A presente tese objetiva verificar a partir da crise institucional da segurança pública, as práticas instituídas por setores heterogêneos como o Estado, a milícia, e associações constituídas pela população local. A opção de análise por estas instâncias se justifica por juntas, comporem um panorama que vivencia um alto nível de desintegração cultural e social ao longo de sua história. A idéia é ressaltar a composição deste espaço social, pensado enquanto lócus propício para abrigar políticas públicas e sociais.

Face às demandas sociais da população da zona oeste do Rio de Janeiro as instâncias governamentais supracitadas, em alguma medida, articulam diretrizes para o fomento de políticas sociais, produtivas e culturais, voltadas para esta região. Tomando essa região como unidade de análise, uma questão torna-se relevante: como se estabelecem às relações entre as diretrizes institucionais e políticas de governo com a sociedade local, de forma a propiciar a interação entre cidadania e governo? Hoje observamos que ocorre um novo projeto de urbanização nas áreas centrais da cidade, que estão encarecendo os serviços e forçando a população pobre a migrar para áreas mais afastadas do Rio de Janeiro, produzindo o fenômeno da gentrificação<sup>2</sup> Neste contexto o Estado vem desenvolvendo estratégias de ocupação militar, garantindo a segurança e o controle de determinados territórios, através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Essa ação militar das forças oficiais, segundo Marcelo Freixo, deputado estadual do RJ: “... *faz-se deparar com um cenário digno de Estado de exceção*” (2012, pág.28) explicitando as desigualdades das áreas urbanas da cidade, pois nas áreas que não foram cobertas pelas UPPs reforçaram-se as atividades das milícias, atuando nas áreas onde existe a carência de serviços de

---

<sup>2</sup> Cf. HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade, à revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014.

toda a ordem, enquanto as UPPs garantiram a contenção da população dentro da ordem instituída para as áreas centrais, onde foram realizados os megaeventos.

As imagens do “terror” perpetuam o sentimento difuso do medo na sociedade brasileira; contraditoriamente, fornecem uma falsa imagem de segurança para alguns segmentos sociais porque os criminosos estariam sendo punidos. No entanto, acabam beneficiando as organizações criminosas como as milícias. Para Gizlene Neder:

[...]as imagens do terror garantem ao crime organizado controle político em áreas e territórios da cidade sabidamente obscuros e desconhecidos, porque estigmatizados e discriminados socialmente, o que, sem dúvida, garante uma margem bastante grande de ação e movimentação a este poder paralelo ao Estado (e suas instituições) (NEDER, 1994:22).

Já, para além da metáfora do poder paralelo, como analisou Sofia Tiscornia para o caso argentino (2001:p.119), “*uma retórica de imagens, cuja naturalização no âmbito da cultura urbana as torna terrivelmente eficazes para legitimar as práticas aludidas*”. O poder da imagem, especialmente das imagens da barbárie, por analogia, fala daquilo que realmente aconteceu. A visão dos corpos torturados nas fotografias dos jornais populares funciona como mensagens com destinatário certo cujo significado último é a morte. Portanto, a população pobre torna-se vítima da ação de vários tipos de banditismo social. Enfatizamos que as regiões com intensas desigualdades sócio-espaciais e de imensas disparidades no trato das políticas públicas reforçam o poder destas imagens que podem denunciar, mas também podem naturalizar a violência. Diante do quadro apresentado, onde as instituições democráticas liberais em pleno declínio não satisfazem as mínimas necessidades da população, o poder paralelo se instaura nas comunidades de baixa renda deliberando ações que antes eram de competência apenas do Estado.

Neste cenário marcado pela emergência de “*ideologias individualistas com pouco ou nenhum compromisso com idéias de reciprocidade e justiça social*” (VELHO, 1996,p.19), surgem as milícias – grupos paramilitares fortemente armados integrados por policiais e ex-policiais, agentes de segurança e bombeiros – atuando no combate ao tráfico de drogas e cobrando serviços urbanos antes inacessíveis aos moradores dos bairros da periferia.

Os serviços de transporte coletivo, a interligação aos sistemas da Internet e de televisão a cabo, até mesmo o provimento de energia elétrica e de gás encanado são deficitários para os moradores das favelas, de alguns conjuntos habitacionais, de loteamentos irregulares localizados

nos bairros pobres e periféricos da cidade do Rio de Janeiro. É evidente que a cidade do Rio de Janeiro conta com uma sólida infra-estrutura de serviços, no entanto na área que estamos desenvolvendo este estudo existe restrição ao fornecimento de serviços públicos, principalmente por limitações e/ou falta de interesse do poder público em investir nas áreas afastadas do núcleo metropolitano carioca.

O transporte público – ônibus, metrô e até mesmo os trens urbanos, muitas vezes são insuficientes devido a demanda e extensão dos bairros da antiga zona rural da cidade, sendo que muitas vezes os moradores veem-se obrigados a utilizar transportes alternativos e até mesmo piratas para que possam se locomover. Modo geral, as políticas voltadas para as áreas mais carentes têm estimulado o clientelismo em toda sorte de relações sociais. A política clientelista no Brasil remonta aos primórdios de sua formação enquanto Estado e nação. Vitor Nunes Leal (1997) no clássico *Coronelismo, enxada e voto*, discorreu sobre os elementos-chaves para o entendimento deste estilo político. Mostrou que as relações sociais na colônia não mudaram no Império e se reordenaram para os mesmos fins na República. Isso impediu uma efetiva participação popular e tolheu o avanço das classes medianas interessadas em manter seu *status quo*. À classe dominante restava manter a dominação a todo custo.

No Rio de Janeiro em particular, o poder junto às instituições democráticas na República Velha era disputado entre as elites que representavam a aristocracia rural desde o Império e não lograram a possibilidade de manter seu legado, trocando agora votos por favores. Esse favorecimento da elite local da cidade do Rio de Janeiro foi criando, aos poucos, políticos locais que se pronunciavam como porta-vozes do povo junto às instituições, as quais nunca pensariam em se aproximar. A lógica dos favorecimentos e do clientelismo logo se tornou parte da cultura política do país. É importante atentar para o fato que os políticos que mais se aproximavam do povo (que eram e ainda hoje são os vereadores e deputados) constituem as verdadeiras lideranças locais que, com o intuito de fazer a ponte entre o povo e o poder institucional, na verdade revelam um embargo para a aproximação da classe popular com a oligarquia dominante. Ao exemplo do coronelismo da velha República, alguns vereadores e deputados estaduais contemporâneos têm suas milícias para defender suas regalias e sua clientela. Na velha República, os coronéis reuniam grupos de pistoleiros para fazer a ronda em seus latifúndios. O intuito desta prática de controlar as fronteiras de suas terras, contendo o avanço de grupos invasores. Estes pistoleiros muitas vezes faziam as cobranças dos serviços prestados nas terras

do senhor coronel. No nordeste, essas milícias foram se transformando em cangaceiros à medida que estes perdiam seus mandões e compadrios, esta discussão será bastante aprofundada durante o trabalho, o importante por ora, é mostrar a existência da consolidação de disputas por terras nas áreas eminentemente rurais. Contudo, essas práticas de mandonismo locais, disputa por terras e poderes armados se relacionam configuram como relações de poder. De forma que o nosso sistema político e nossas instituições acabaram criando uma enorme dependência nessa relação indecorosa de poder. Falar em nome de uma incipiente democracia como sendo a melhor saída para práticas autoritárias é objeto de retórica de parte de políticos que se encontram atuando neste contexto.

Um trabalho desta natureza tem as suas limitações, pois perpassaremos alguns procedimentos de políticas públicas e sociais que a tornam uma pesquisa datada, cujo trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2005/2007 em minha dissertação de mestrado, quando realizei uma pesquisa que analisou os políticos locais e sua relação com o clientelismo. O ponto de destaque neste trabalho foi a política de bicas d'águas<sup>3</sup> em Campo Grande, e onde pôde-se concluir que a população ficava, em grande medida, subjugada às benesses oferecidas por estes políticos locais.

O tema aqui abordado contém múltiplos processos dinâmicos e assimétricos que, de fato, estão ocorrendo simultaneamente. É possível que, em alguns momentos, esta pesquisa contenha alguns dados eventualmente considerados “desatualizados”, em função da dinâmica atual em que está inserida. No entanto, a temática dos processos que tangem os protagonistas em torno da segurança pública no Rio de Janeiro, o posicionamento dos atores (políticos locais e nacionais, acadêmicos, prefeitos, milicianos etc.), das identidades sociais (população local); o ideário da democracia e participação política valorizadas, neste contexto, é um processo que está em permanente construção.

Na prática, ao realizar o trabalho de campo, coletar opiniões e entrevistas, foram deficitárias, pois a população sob o jugo da milícia tem ‘medo de falar’. De fato, a análise é parcial considerando a complexidade da temática e as tantas variáveis que o assunto comporta. Diante das dificuldades, a opção encontrada por mim, se traduziu em imprimir maior densidade à análise teórica de autores que se debruçaram sobre o tema e que são referências para o aprofundamento do mesmo, e que foram realizadas associando várias fontes disponíveis, tais

---

<sup>3</sup> As bicas d'águas eram colocadas em regiões onde o sistema de abastecimento de água era extremamente precário.

como (leis, acordos, materiais impressos, boletins institucionais, etc.). Enfim, tal carência é suprida pela análise documental e trabalhos bibliográficos voltados para a temática. Estas fontes documentais junto ao parecer realizadas por acadêmicos consagrados que consistem em análises fundadas por um conhecimento profundo das questões teóricas e práticas oriundas de anos de pesquisas voltados para o assunto, somados a minha observação em encontros institucionais pertinentes ao tema, constituem-se nas principais fontes desta pesquisa.

Outra preocupação se refere à amplitude de matérias que perpassam a grande maioria das questões destacadas, como por exemplo, a democracia no processo de globalização dos dias atuais; a história da antiga região rural, ou o tema de acesso à saúde e educação e segurança no contexto no perímetro da zona oeste, por si só, constituem-se como objeto de um trabalho investigativo. Entretanto, com a lucidez de que muitos processos paralelos que tensionam os tópicos em estudo não puderam ser abordados, esta pesquisa privilegiou abarcar uma certa diversidade de temas. Se, por um lado, pode adquirir, em alguns momentos, uma conotação difusa, por outro, propiciou-me estabelecer marcos para a análise a partir da consideração de distintos atores e processos que estão sendo vivenciadas na zona oeste que, por um longo período, foi relegada ao esquecimento. Marca-se entretanto que esta tese analisa pontualmente a região do Mendanha e o sub-bairro da Carobinha, que são localidades marcadas sob o signo da falta e da exclusão e são caracterizadas como região periféricas no contexto da zona oeste do Rio de Janeiro.

Em cada etapa da pesquisa outros temas se impunham, como por exemplo, o tema da carência econômica na região e suas conseqüências no processo educativo; ou as inconsistências na área da saúde, que nos contam histórias de um cotidiano daquela população. Esses fatores nos fazem descobrir que ao viver em regiões com deficiências de atendimento do Estado, e as dificuldades consequentes deste abandono, são questões discutidas e debatidas na procura de estratégias e alternativas para aquilo que deva ser solucionado. Como pesquisador, interessou-me perceber essas articulações em nível local, como estas relações incidem sobre a interação e o conflito, em diferentes escalas, o que permite o desenvolvimento do conceito de alegabilidade que iremos debater no decorrer desta tese.

Também coube dar atenção “A Teoria das Elites” que constitui uma das possibilidades de reflexão em torno do qual se situa esse trabalho e nos ajuda a compreender as práticas políticas na região em estudo. Originária da Escola Italiana, inaugurada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto,

acrescida ainda por Roberto Michels<sup>4</sup>, e mais recentemente incorporando contribuições diversas e de distintas concepções, o estudo do comportamento das elites demonstra a validade de seu emprego em pesquisas dessa natureza. No caso do trabalho em questão, trata-se indiscutivelmente de grupos de elites representativos do espectro social da Cidade do Rio de Janeiro o que confere legitimidade aos representantes do povo carioca na Câmara Municipal. É por essa razão que se pretende identificar aqui esses vários espectros e suas lideranças populares, supostamente autênticos e legítimos porta-vozes dos interesses das comunidades da Zona Oeste. O processo de formação de várias representações de elites, parte, obviamente, do princípio de que se entende por elite um destacamento significativamente capaz de coordenar as vontades e desejos de segmentos da sociedade. Diferentemente das classes sociais, as elites podem estar partilhadamente presentes no interior de uma mesma classe, porquanto muitas das vezes se acomoda em categorias sócio-profissionais, ou ainda em camadas sociais integrantes de um mesmo universo social.

Desse modo, é possível registrar elites oriundas do mundo do trabalho, das finanças ou do campo; assalariadas, autônomas ou integrantes do circuito dos detentores de capital, proprietárias tradicionais ou recentemente agregadas à esta classe de renda. Seja como for e numa comunidade de bairro com características de pequeno município (há ainda movimentos locais que reivindicam a emancipação da região), é perfeitamente viável trabalhar com esse referencial teórico. A conexão dos estudos das elites, no que elas têm de mais comum no universo da política, com os recursos adicionais da perspectiva de uma história do presente, apoiada pela história oral, resulta numa correlação extremamente interessante para a interpretação dos demais cientistas sociais interessados nesta investigação. Desenvolvidas ainda isoladamente, com breves e pequenas incursões que possibilitam uma maior interação, a presente tese propõe-se a dar maior abrigo a essas diferentes modalidades de análise aplicadas à história política, campo no qual, é preciso reforçar, situa-se o presente trabalho.

Aplicada ao contexto da *alegalidade*, a teoria das elites alcança uma dimensão nova não convencional a estudos que lançam mão de seus pressupostos, porquanto identifica nas elites que promovem esta alegalidade e que agem nos espaços desprovidos de elementos de legalidade através de convenções responsáveis pela formação de verdadeiras confrarias. Nestas existe um

---

<sup>4</sup> A Teoria das Elites, discutida nesta tese teve como principal consulta a obra de HOLLANDA, Cristina Buarque de. (2011) Teoria das Elites. RJ:Zahar.

conjunto de procedimentos responsáveis pela convivência entre seus membros. São elites reconhecidas por todos, sejam pelos que por um lado, sofrem suas ações de comando ou pelo próprio Estado no seu jogo duplo de combatê-las, e que por outro com elas acertar acordos inconfessáveis. Assim, o próprio reconhecimento por parte das autoridades policiais a serviço do Estado das lideranças que operam o crime organizado nesses territórios é, ao mesmo tempo, um atestado de que essas lideranças constituem a elite dominante dos espaços ou territórios da ilegalidade.

A partir dessas considerações preliminares, é possível compor um quadro de referência de representantes da população e seus comportamentos em relação à problemática da zona oeste. Identificados os atores políticos, seus interesses, e suas formas de atuação a fim de reunir elementos necessários ao estudo, prosseguiremos com as análises teóricas e conceituais no campo das ciências sociais e da filosofia de onde migrou o conceito central aqui debatido que é o da *alegalidade* em Immanuel Kant (1724-1804).

A partir da hipótese de que as classes dominantes visam exercer um controle social, através de práticas que se caracterizam por uma verdadeira "faxina social" das classes subalternas e que para que essa política de exclusão social aconteça, o Estado incentiva a prática da ilegalidade, que interessa a quem reprime e induz a busca da marginalidade como meio de vida, esta tese procura dar conta desta temática questionando: Como se estabelecem e ganham sentido no território as mais diversas intervenções, no contexto de intensas disputas simbólicas? Parece evidente considerar, mediante as iniciativas formuladas pelos atores estatais, voltadas para o desenvolvimento local na região, uma diversidade de fatores, entre eles: a adaptação e a resistência geradas por pressões extralocais e a possibilidade de uma nova conformação dos espaços do território.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, "Campo Grande: considerações sobre a cidadania e ilegalidade" além de conter um breve histórico sobre o bairro de Campo Grande, a região do Mendanha e o sub-bairro da Carobinha, se debruça também sobre como o conceito de ilegalidade pôde ser adaptado nesta narrativa. Partimos da hipótese de que certas práticas tão debatidas nesta tese por efeito das ações dos milicianos, apesar de não poderem ser consideradas legais, tampouco podem ser enquadradas como ilegais como no vocabulário do senso comum, já que muitas vezes estão ocupando um vazio de políticas públicas e estão implementando certas dinâmicas para a sobrevivência daquela população.

No segundo capítulo, “Elementos Constitutivos da Composição da Sociedade Brasileira”, são apresentadas as características gerais de constituição da Sociedade Brasileira, considerando os aspectos formais que imprimiram um caráter emblemático da sociedade e que decorre de uma discussão historiográfica e sociológica no processo de construção de uma cultura e identidade nacional. Essas prerrogativas são relacionadas com o tema da questão do clientelismo, observando a implementação de práticas nacionais e locais onde vigoram a permanência de um fazer político baseado na assimetria e hierarquização dos poderes, emergindo daí um cenário que tensiona a questão democrática.

Assim, no terceiro capítulo, “Práticas clientelistas: Brasil e Rio de Janeiro” consideramos como se estrutura o clientelismo no Brasil, e na sociedade carioca nota-se que tal fundamento está inserido no conteúdo discursivo das propostas de poderes, ao preconizar um processo de melhorias que visa atingir significativa parte da população. A dimensão de pesquisa que procuramos dar conta se volta para a análise do exercício de uma política que trate de ampliar a idéia de integração, avaliando as necessidades sociais, políticas com foco na relação entre clientelismo e políticas públicas no Rio de Janeiro. Neste contexto, existe a necessidade de aprofundar a análise sobre clientelismo e chaguismo no Rio de Janeiro. Entendendo que o chaguismo foi uma prática determinante para consolidação de uma máquina política que atuou durante muitos anos no Rio de Janeiro no século XX, deixando assim marcas indeléveis.

A Política de Segurança no Rio de Janeiro se constitui como eixo principal desta tese como marco de políticas públicas e sociais e conformam o capítulo IV, intitulado ‘Aspectos de Segurança na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro’, a análise considerou perspectivas que foram estabelecidas em instâncias distintas no que tange à segurança pública, com foco na zona oeste e nas formas que estas instâncias assumem: territorialidade, milícias e a ilegalidade. Também em uma perspectiva histórica, neste capítulo será destacado através da obra de Eric Hobsbawn, “Bandidos”, a dimensão simbólica e do imaginário em torno do bandido social em territórios onde a escassez se faz presente. Analisamos, também, neste capítulo especificamente a região do Mendanha e da Carobinha e o impacto da operação das milícias nestes locais, notadamente marcada por uma significativa atuação destas.

Por fim, nas Considerações finais pontuamos aquilo que regra geral foi analisado e discutido no desenvolvimento deste trabalho: as consequências que o poder das milícias geraram nas unidades de análise, as funções na dinâmica cotidiana do local e como a impactaram. Sem

dúvida, essas impressões nos ajudam a compreender o que se constitui, atualmente, em um espaço de intervenção estatal e miliciano. Levando-nos, assim, a perceber se a comunidade local se articula para que façam valer suas propostas. Estas considerações nos remeteram a recorrer às relações entre o local e o global, na busca de apreender a noção do local como “a força do lugar”. Obtivemos percepções a partir do “lugar de onde falamos”, os diversos atores, sendo entendidas às noções norteadas por questões de interesse público, e que são centrais no atendimento das demandas conseqüentes da nova ordem econômica e social, tendo em vista que o reconhecimento dos processos discursivos é aqui compreendido como uma prática social produtora de sentido e que circula dentro de um espaço determinado (FOUCAULT, 2007).

Ao ponderar sobre a territorialidade da região e os processos formais de integração por políticas em andamento na região, espera-se que esta pesquisa possa ter contribuído para uma reflexão sobre a idéia de abandono e esquecimento destas regiões aqui eleitas para análise inseridas na zona oeste do Rio de Janeiro. Ademais, saliento que, para se pensar um projeto de interação cidadã pretendida pela região, torna-se necessário um estudo sistemático do fenômeno da regionalização, sobretudo a partir da territorialidade. Nesta perspectiva, estamos diante de uma nova concepção da zona oeste em contraposição à idéia de segregação, e passando a percebê-la como um espaço de resgate de sua história e importância para a cidade do Rio de Janeiro.

# 1 CAMPO GRANDE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADANIA E ALEGALIDADE.

## 1.1 Um breve histórico do bairro de Campo Grande

Campo Grande é um bairro da zona oeste que tem características bastante peculiares. O que ao longo do tempo se destacou é o fato de Campo Grande ser um bairro que sempre apresentou características de centralidade, um forte comércio varejista. O centro comercial serve como ponto convergente a várias outras franjas periféricas da cidade e inclusive municípios vizinhos. Desta forma verificamos a centralidade traduzida também pelo campo de forças que exerce sobre as áreas circunvizinhas que gravitam em torno do bairro. Observa-se também que o bairro ocupou o segundo lugar em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – em 2008, com o número de R\$1.344.175.475,50, perdendo apenas para o Centro com R\$2.309.355.332,32 (ACICG, 2009). Outro dado importante é que a principal rua do subcentro recebe cerca de 250 mil pessoas por dia, sendo considerado um centro comercial de amplo destaque. Nota-se também que em decorrência do desenvolvimento do bairro, nos últimos anos, muitos edifícios comerciais têm sido lançados, Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – apontaram a localidade como oitava no ranking de bairros cariocas que apresentam maior quantidade de salas comerciais, e a terceira em números de lojas (2008)<sup>5</sup>.

No aspecto cultural outrora o bairro teve certa proeminência, haja vista a experiência do Teatro Rural do estudante, na década de 1950, quando um grupo de jovens, entre eles Rogério Fróes, Regina Pierini, Wilson Dray, Zelia Moraes, J. Thomé, Dinear V. Plaza, Carlos Branco e outros, liderados por Herculano Leal Carneiro, criaram o Teatro Rural do Estudante. Este grupo, cujo talento alcançou destaque internacional com a peça “Zé do Pato” despertou a admiração da engenheira Dr<sup>a</sup>. Elza Pinho Osborne (figura 1)<sup>6</sup> que os presenteou com a construção de um Teatro de Arena, o posteriormente ganhou seu nome.

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=63>. Revista online de pesquisa urbana. Acessado em julho de 2017.

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=63>. Revista online de pesquisa urbana. Acessado em julho de 2017.

Figura 1 - Elza Osborne



No entanto, atualmente na área cultural existem poucos espaços. Destaca-se a Lona Cultural Elza Osborne e o Teatro Arthur Azevedo. Recentemente, no ano de 2006, o Teatro Arthur Azevedo recebeu um grupo de jovens liderados por Rafael Rocha e Danielle Sardinha com a proposta de realizar um trabalho cultural. Essa proposta deu origem a Orquestra Sinfônica Jovem de Campo Grande - RJ, com a realização de concertos didáticos<sup>7</sup>.

Outro fator de evidência é a emergência de uma nova classe média por volta dos anos 2000, ou seja, o bairro tem marcado o signo da modernidade, em uma área que trás fortes tradições rurais, ao mesmo tempo em que ocorria a inexorável expansão urbana da cidade (o que fazia o bairro ser considerado a “capital da zona oeste”). Campo Grande e seus arredores foram a última fronteira de expansão para a população carioca. Os Distritos Industriais instalados com grandes empresas indicavam o crescimento da área. Em Campo Grande, a acessibilidade conferida por sua rodoviária e estação ferroviária, além da proximidade com outros espaços densamente habitados, possibilitaram agregar uma demanda por moradia, que, conseqüentemente incentivou o setor imobiliário a investir na região. De fato, uma acentuada expressão cultural e social teve proeminência na região, e estabeleceu-se como um território de sociabilidade que caracteriza os centros urbanos modernos.

A descrição do panorama histórico do bairro revela a vocação desse centro urbano para as atividades comerciais ao lado da vocação burguesa para o lazer. No modelo de cultura burguesa, o estilo de vida da cidade, ainda no início do século XIX, foi marcado pela adoção de práticas

---

<sup>7</sup> A Orquestra tem parceria com o Instituto Rio e é patrocinada pela Casa da Moeda do Brasil e pela Fundação Italiana Fondazione Zegna. No ano de 2011 sua administração adotou a política de ampliar suas parcerias com empresas de responsabilidade social. Fonte: <http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=63>. Acessado em julho de 2017.

européias, configurando, dessa forma novos estilos e padrões de vida perpassando pelas festas religiosas, que revelavam algumas características da vida social da cidade do início e meados do século XX, que eram também implementadas em Campo Grande. O Teatro, segundo Lima (2007) fez parte do contexto cultural da zona oeste, e ainda foi pouco explorado, seria também mais um elemento de formação de novas sociabilidades que permitiram afirmar a centralidade da região.

A representação da vida social urbana na década de 1950, é elemento de análise ao estabelecer um diálogo com o processo de modernização ocorrido no período, ao evidenciar a emergência de novos atores sociais inerentes ao bairro de Campo Grande, que abrigou as condições propícias para o surgimento de iniciativas que evidenciavam a sua centralidade.

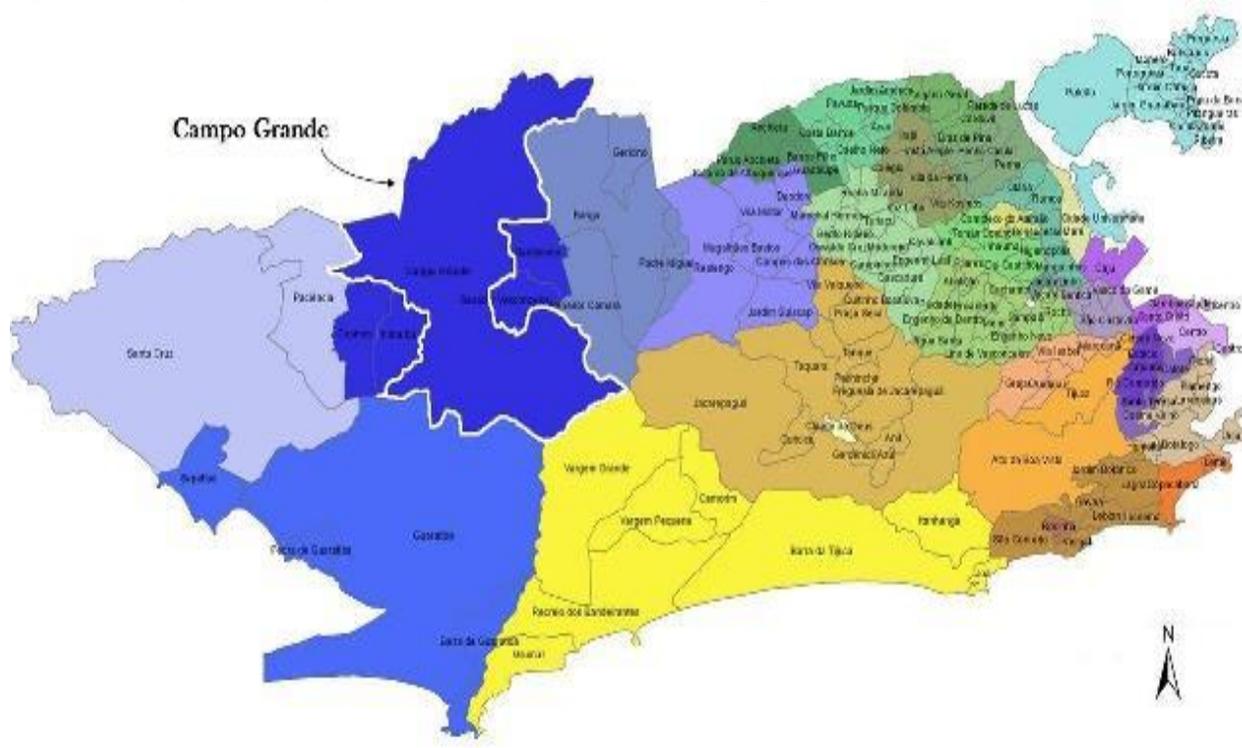
Na zona oeste, com uma área de 294,75 Km<sup>2</sup>, a XVIII RA (Campo Grande, Santíssimo, Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Medanha, Rio da Prata, Monteiro, Guaratiba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba) situa-se no extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro, cobrindo aproximadamente ¼ do Município. Tem como limite a leste os bairros de Bangu e Jacarepaguá, a oeste o bairro de Santa Cruz, ao sul e o Oceano Atlântico e ao norte municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro. Seus limites foram estipulados pelo Decreto n° 943 de 05 de outubro de 1967.

Campo Grande, região administrativa XVIII, compreende uma área de 11.912,53 hectares do Município do Rio de Janeiro, e baixa densidade – 27,5 hab/ha – ainda conta com uma paisagem natural privilegiada, acolhendo parte do Parque Estadual da Pedra Branca e do Parque Municipal da Serra do Gericinó-Medanha. Como pode ser observada na representação do mapa abaixo representa os limites atuais do bairro de Campo Grande<sup>8</sup> (Fig. 2 ) está localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro e abriga 328.370 habitantes (IBGE, 2010), sendo o mais populoso da cidade.

---

<sup>8</sup> Figura 2 : Mapa adaptado, Instituto Pereira Passos, 2008 *in* <http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=63>. Revista online de pesquisa urbana. Acessado em julho de 2017.

Figura 2 - Mapa de Campo Grande entre bairros do município do Rio de Janeiro.



Campo Grande a partir da década de setenta do século XX, viu-se ao mesmo tempo afetado tanto por uma ultrajante especulação imobiliária, sob a qual soterrou-se uma memória regional de peso histórico significativo, quanto pela degradação de suas atividades agrícolas responsável pela ocupação regular da região a partir do século XX.

As vocações naturais que caracterizam o bairro, incentivam a atuação do mercado imobiliário. Aspectos como áreas disponíveis para edificação, baixa densidade demográfica e meio ambiente privilegiado. Em relação à produção imobiliária no bairro em estudo, percebe-se que, apesar do avanço das opções de moradia para a classe média, vários lançamentos de conjuntos habitacionais complexificam a dinâmica urbana interna. Como pode garantir Corrêa, “os processos e formas espaciais não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro (...) pode-se afirmar que os processos espaciais são complementares entre si.” (1999, p.37).

A própria distância do centro favoreceu o desenvolvimento e mobilidade intrabairros. Esta aparente facilidade e crescimento contribuíram também para seu isolamento através do escasso investimento público em transporte, o colocando numa situação de imobilidade, gerando inclusive outros meios de possibilitar o deslocamento, como o transporte alternativo e seus riscos,

e também o mercado informal, como é visto no sub-centro. Contudo, isto não quer dizer que não exista no bairro uma certa autonomia econômica e de atividades comerciais, porém, existe uma dicotomia centralidade-periferia em que o bairro se insere, o que implica em contradições internas, vide a existência de obras viárias e novos condomínios fechados competindo por espaço com habitações populares. É neste sentido, decorrente da dicotomia apontada entre centralidade e as regiões periféricas que se encontram no interior do bairro que serão abordadas essas regiões no estudo desta tese, a saber: sub-bairro do Mendanha e a região da Carobinha. No próximo item deste trabalho iremos nos deter nestas áreas.

O bairro de Campo Grande a partir de 2013, obteve considerável aumento no valor dos imóveis para locação e venda. No que se refere ao mercado imobiliário, foi uma novidade, pois sequer esteve entre os mais valorizados bairros da cidade. Com a expansão do Porto de Itaguai e novos investimentos sendo atraídos, vias importantes foram abertas, o Túnel Vice Presidente José de Alencar favoreceu ligação com bairros tipicamente de classe média como Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca. Outras vias favoreceram o acesso à região, suas ruas foram alargadas para a passagem dos BRT (Bus Rapid Transit), foram contruídos o arco metropolitano e o maior complexo da América latina, o Miécimo da Silva, que também serviu como equipamento que valorizou Campo Grande. Nos últimos anos foram construídos dois grandes shoppings centers e a elevação de novos empreendimentos imobiliários, com o surgimento de serviços diferenciados e novos prédios comerciais. Houve também um aumento de renda, que segundo dados do IBGE, subiu mais que a média da cidade, nos idos de 2015. O bairro começou a mostrar novas características, apesar do uso dos antigos “calçadões”, o shopping center trouxe uma nova alternativa, as classes mais abastadas que estavam acompanhado o ciclo econômico do período áureo da “era Lula”, e até muitas edificações passaram a copiar o estilo arquitetônico típicos dos bairros mais abastados como Barra e Recreio. O ritmo acelerado, com novos empreendimentos e até na alteração do tempo de deslocamento vem transformando Campo Grande, mas é preciso entender que esta mudança “não deixa margem para uma comparação de igualdade com bairros de moradores tipicamente de classes altas” (SOARES, 2015. pag16)

Houve um crescimento econômico considerável em Campo Grande, que estava par e passo com a situação economia da sociedade brasileira, onde havia a emergência de uma classe média, comparado com outros bairros, sua extensão territorial é imensa e por isso é bom observar que não foi em todo bairro que houvera melhorias. A linha férrea que atravessa o bairro delimita

bem a divisão e mostra como os dois lados crescem de maneira diferente, até antes mesmo do período de altos investimentos. Isso na verdade ocorre em todo bairro que tem linha férrea e é considerado suburbano, existe uma diversidade de comércio e distinção de serviços públicos.

Posse e Mendanha estão ao norte da linha do trem, são os principais acessos a Avenida Brasil, ali foi construído o primeiro e principal shopping do Bairro. “Ainda neste mesmo lado, se desenvolve há mais de 20 anos uma grande extensão de loteamentos com casas construídas pela ECIA- Irmãos Araujo. Fundada em 1955 é uma empresa de engenharia. Dedicou à construção de loteamentos, casas prédios, se desenvolvendo no segmento de shoppings centers, centros comerciais e academias. Em 60 anos construiu mais de 40.000 imóveis” (SOARES, 2015.pag17). No lado sul à linha do trem se encontra à rodoviária, o único hospital público do bairro, e o principal acesso ao bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Os maiores empreendimentos estão hoje ao sul da linha férrea: “Quase todos os novos condomínios no modelo clube estão ao sul da linha férrea, além de novo shopping center da empresa Multiplan e do pequeno shopping no que estão no centro do bairro. O centro esportivo Miécimo da Silva, o novo hospital(...), o terminal final do novo trecho BRT e novos edifícios com salas comerciais (...) estão nesta área”(SOARES, 2015.pag19).

O bairro de Campo Grande passa a representar um lugar de emergência econômica, com uma classe média que surgia com as novas possibilidades de empreendimentos e consumo, ou a chamada “nova classe média”, pela mídia e por alguns estudiosos, mas de forma rasa:

“Seria dizer que Campo Grande cresceu economicamente o suficiente para não ser mais considerado um bairro restritamente popular, mas permanece periférico, extremamente distante das estruturas completamente centrais e ainda abaixo de bairros estruturados. Enquanto a nova classe trabalhadora representa uma população que ascendeu socialmente representa uma população que ascendeu socialmente o suficiente para não ser considerada pobre (...) mas permanece muito distante da elite e ainda da classe média tradicional.Sendo periferia e marcado por um histórico de relação periferia – centro, apesar de não modificar esta relação, algo que vai além do prestígio de seus superlativos e da rápida mudança de outros tempos , parece estar ocorrendo” (SOARES, pág. 40).

Com os novos empreendimentos que surgiram parece que estava sendo oferecido um bairro exclusivo, com estruturas iguais a um bairro tradicionalmente de classe média, e podemos pensar que assim foram atribuídas a milhões de pessoas na sociedade brasileira uma identidade

que na maioria dos casos não conferia a realidade.

Segundo Soares, a localidade apenas ficou mais complexa de enobrecimento relativo, mesmo com a estimada valorização do solo, Campo Grande em absoluto tornou-se um centro potencializado: “Seus novos aparelhos estruturais parecem atender novas demandas, mas o lugar continua sendo uma área –fora do mapa- da cidade carioca e tão pouco alcançou privilégios” (SOARES, 2015. pág. 44)

É fato também que a questão da periferia vem trazendo uma discussão mais ampla sobre o forte estigma social que este conceito carrega. No livro *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*, Nelson da Nóbrega Fernandes discorre sobre a construção dos espaços que ficaram marcados como lugar de moradia de baixa renda, sem infraestrutura, falta de equipamentos. Conforme avança a urbanização, e o tecido urbano se estende, as transformações econômicas sociais ficam cada vez mais complexas, lugares que eram classificados como arredores e arrabaldes se transformaram, se modernizaram. O subúrbio em algum momento foi o lugar da elite, onde as classes médias se refugiavam da cidade insalubre e perigosa, mas a partir do final do século XIX a classe trabalhadora foi sendo empurrada para o subúrbio da cidade industrial, bairros que nos dias de hoje estão longe do rótulo de suburbanos, a exemplo de Botafogo e Gávea já foram denominados subúrbios, nos dias de hoje isso traria grande estranhamento. Segundo Nelson da Nóbrega Fernandes(2011), o “conceito carioca de subúrbio” traria então, uma carga ideológica profunda onde a classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro estaria relegada a viver em lugares desprestigiados, tanto pelo poder público quanto pelo ponto de vista social.

Encerramos este tópico com a pontuação de que toda esta dinâmica econômica, social e habitacional são válidas para avaliar a realidade carioca e, sobretudo, a existência de um sub-bairros periféricos, apesar de apresentar também aspectos de crescimento e centralidade em determinada escala no centro de Campo Grande. O estudo visou trazer estas contradições à tona e oferecer uma base ainda que pequena, que sirva a outras pesquisas e debates de novas áreas em condições similares.

## 1.2 Aspectos do sub-bairro do Mendanha e do loteamento da Carobinha

O Mendanha é um sub-bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Não é um bairro oficial da cidade. É sub-dividido em áreas conhecidas por nomes próprios, mas sem por isso, deixarem de denominar-se também de Mendanha:

No centro os loteamentos Jardim Mendanha e o Novo Mendanha, bem como os Conjunto Votorantin e o Campo Belo; a leste, os loteamentos Caminho do Ceará e o Jardim Nossa Senhora das Graças (também conhecida como "Carobinha")<sup>9</sup>.

O nosso objeto de estudo se centra na atuação das milícias no bairro de Campo Grande, porém dando mais ênfase no sub-bairro do Mendanha e no loteamento da Carobinha<sup>10</sup>, onde estas práticas são bastantes evidentes. Porém, neste momento, iremos enfatizar os aspectos que constituíram a história da região.

Do final do século XVI até meados do século XVIII, a ocupação territorial da região de Campo Grande foi lenta, apesar do intenso trabalho dos jesuítas, encerrado quando foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal em 1759. Os religiosos foram responsáveis por importantes obras de engenharia como estradas, pontes e vários canais de captação de água para irrigação, drenagem e contenção da panície pois nesta região havia a preocupação da ocorrência de enchentes devidos aos rios *Guandu e Itaguaí*.

Entre 1760 e 1770, na antiga Fazenda do Mendanha, o padre Antônio Couto da Fonseca plantou as primeiras mudas de café. Esta plantação teve um grande desenvolvimento, as mudas floresceram de forma excepcional. Os historiadores apontam que em decorrência deste fato ocorre o desenvolvimento da cafeicultura que se espalhou por todo o estado no século XIX, espalhando-se pelo Vale do Paraíba, atingindo, em sua expansão, até a província de Minas Gerais<sup>11</sup>.

Como a região era eminentemente rural, os aglomerados humanos formados durante quase três séculos ficaram restritos às proximidades das fazendas e engenhos e às vilas de

---

<sup>9</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha_(Rio_de_Janeiro)). Acessado em Junho de 2017.

<sup>10</sup> Esta relação da atuação do poder miliciano no sub-bairro do Mendanha e no loteamento da Carobinha será detalhado no capítulo IV desta tese.

<sup>11</sup> FRÓES, José Nazareth de Souza. *Rumo ao Campo Grande : por trilhas e caminhos.* (José Nazareth de Souza Fróes e Odaléa Ranauro E. Gelabert), Rio de Janeiro, 2004.

pescadores, ao longo da costa. Já no final do século XVIII, a Freguesia de Campo Grande começou a prosperar.

Seu desenvolvimento urbano ocorreu a partir do núcleo formado no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, que ofertava água pela existência de um poço que existia próximo a esta igreja. Em Campo Grande, como aconteceu em toda a cidade, o abastecimento público de água foi uma condicionante para o desenvolvimento local. Foi tão significativo para a região que foi estabelecido um acordo garantindo a venda, pelo povoado de Campo Grande para o de Santa Cruz, das cachoeiras dos rios do *Prata* e *Mendanha*, com a condição de que as águas continuassem a abastecer o bairro.

Durante todo o século XVIII a ocupação territorial ocorreu em Santa Cruz, impulsionada do engenho dos jesuítas, e nas proximidades do centro de Campo Grande, cujas terras hoje são limítrofes das regiões de Bangu e Jacarepaguá. Essas terras eram atravessadas pela *Estrada dos Jesuítas*, mais tarde Estrada Real de Santa Cruz - que ia até São Cristóvão. Em caminhos anteriores pelas vias hidrográficas da antiga e extensa Freguesia de Irajá que servia o litoral e adentrava estes territórios. Toda a área, na verdade, era uma única região, um imenso sertão povoado por alguns núcleos, em torno dos engenhos e nos pequenos portos fluviais.

A fazenda dos jesuítas era tão importante para o governo colonial que suas terras não foram postas em leilão, após a expropriação, tendo sido incorporadas ao patrimônio oficial e depois transformadas por Dom João VI em *Fazenda Real de Santa Cruz*, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Com a chegada da comitiva real, a cidade do Rio de Janeiro modificou-se muito e todas as regiões tipicamente rurais sofreram sua influência. As atividades econômicas e culturais aceleraram-se e a zona rural voltou-se para o abastecimento da cidade e para os benefícios trazidos pela corte. Não houve, porém, uma aceleração do desenvolvimento da região, que continuou a manter suas características rurais<sup>12</sup>.

O Mendanha é assim chamado por causa do primeiro proprietário daquela fazenda, o Sargento-Mor Luiz Vieira Mendanha, senhor de escravos e grande produtor de açúcar e aguardente. E como foi uma das primeiras a cultivar café no Rio de Janeiro, ganhou notoriedade.

Atualmente o sub-bairro do Mendanha encontramos o Bairro Serrinha - Tipicamente rural que fica ao norte e com ativa produção agrícola. A localidade é atendida somente por uma linha

---

<sup>12</sup>Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo\\_Grande\\_\(bairro\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro\)Esporte\\_lazer.2C\\_cultura\\_eturismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(bairro_do_Rio_de_Janeiro)Esporte_lazer.2C_cultura_eturismo)

de ônibus. E o Novo Mendanha considerado um Conjunto habitacional localizado próximo a Avenida Brasil. O sub-bairro também é constituído pelo Jardim Mendanha - Povoado localizado entre o bairro da Serrinha e o Jardim Nossa Senhora das Graças e Mangariba - Localizado no limite com o bairro de Paciência. Esta região foi marcada por processos de ocupação de terrenos na década de 1980, e iniciou um ciclo de violência e incertezas. Esta ocupação na região gradualmente foi dominada pelo tráfico de drogas.

Carobinha é o nome da rua principal desta comunidade; o eixo que percorre quase todo o loteamento no sentido sul-norte, a partir da Av. Brasil. Era um espaço com paisagem característica da transição do rural para o urbano, muito comum no eixo da Av. Brasil a partir de Santíssimo, em direção a Santa Cruz. Ainda há muitas pequenas propriedades de agricultura familiar nos limites da comunidade, principalmente próximo ao sopé do maciço do Mendanha. Originalmente esta área pertencia a uma ordem de leigos da Igreja Católica.

O nome original do loteamento era Jardim Nossa senhora das Graças. Era um loteamento clandestino, sem autorização e regularização oficial da prefeitura. O loteamento tinha pouquíssimos moradores, com muitos lotes demarcados e vazios. Os poucos residentes lutavam pela regularização do loteamento, organizados na associação de moradores – AMORJARG (Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora das Graças).

Faltava saneamento básico e demais serviços de urbanização. O fornecimento de eletricidade e água eram bastante irregulares e precários. Na década de 1980, o Zonal Campo Grande da FAMERJ – além dos Zonais Bangu e Santa Cruz tinha uma luta bem organizada pela regularização de inúmeros loteamentos clandestinos na zona oeste do município do RJ.

Os principais atuantes da AMORJARG tinham a intenção de promover uma ocupação do espaço vazio, como forma de desencadear a luta pela regularização do loteamento e conseqüentemente os serviços de urbanização.

Na época, os principais representantes da AMORJARG eram Dona Zezé (presidente) e os diretores Taylor (ex-militante da VPR – Vanguarda Popular Revolucionária) e sua esposa Laudir. Taylor e Laudir eram vinculados ao grupo de Mário Del Rey, do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Estes fizeram contatos com Reginaldo, um militante do PLP (Partido da Luta Proletária) muito atuante em Campo Grande, propondo atuar juntos no projeto de ocupação do loteamento.

A direção do PLP na Zona Oeste se envolveu diretamente na preparação do projeto,

juntamente com os representantes da AMORJARG. A tônica era a politização do processo; dar um caráter político à ocupação e tirar a pecha de “invasão” que prevalecia no senso comum.

Foi definido o principal critério para a seleção dos candidatos a ocupantes: não fossem proprietários de imóveis; que vivessem de aluguel ou agregados em casa de parentes. Na época, o termo sem-teto não era utilizado.

Membros do PLP levantaram todas as informações necessárias: da planta do loteamento à legislação municipal que regia esses empreendimentos. Tudo foi estudado, inclusive com a ajuda de advogados militantes. Importante: a legislação municipal de loteamentos previa a reserva de 20% de lotes do empreendimento, como caução, caso a empresa não cumprisse com as obrigações previstas em Lei em relação às obras de infra-estrutura e serviços básicos. Decidiu-se que estes 20% de lotes da reserva seriam os utilizados e ocupados. Isto para garantir que não se ocupasse lotes já vendidos ou sendo comprados. O lema era “Não ocupar lote de trabalhador.” Foram várias visitas à área para mapeamento e reconhecimento do terreno. O processo de preparação durou aproximadamente uns três meses.

Tentou-se, ao máximo, eliminar a presença de indivíduos e lideranças oportunistas, muito comuns nessas lutas por moradia; o que não foi alcançado, como se revelou no decorrer do processo. Foram contatadas e convidadas diversas lideranças em parte da zona oeste, de Realengo à Inhoaíba, para se envolverem no projeto. Durante os contatos, só algumas lideranças sabiam da área a ser ocupada. Era importante evitar o vazamento de informações e a precipitação de uma ação oportunista, muito comum nas invasões, inclusive com venda de lotes.

Estruturado o núcleo principal, foi criado um grupo denominado “comando”, composto por 19 representantes que tinha a função de preparar a ocupação. Estes representantes eram os captadores e organizadores de grupos locais de candidatos que se reuniam semanalmente nos seus locais de origem, sem saber quando e onde ocupar.

O objetivo, nas reuniões locais, era informar e formar politicamente para o ato de ocupar: não esconder a inevitabilidade da repressão policial e a necessidade de enfrentamento e resistência. Ocorreram desistências durante o processo; ficaram os mais determinados.

Semanas antes, a orientação era ter tudo preparado, todo o material necessário para construir e morar a partir da entrada no terreno. Regra importante: não seria permitido o uso de barbantes e fitas na demarcação. Para garantir o terreno era necessário uma estrutura mínima de moradia: barracas, tendas, lonas, placas de madeira, etc.

Cada grupo era responsável pela logística necessária ao deslocamento de pessoas e carga. Da carroça ao fusquinha; da kombi ao caminhão; do ônibus fretado à moto. A cada reunião do Comando se atualizava o número total de famílias dos 19 grupos.

No final do processo de preparação uma rede de apoio foi criada e contava com advogados, parlamentares, lideranças religiosas e entidades. Nas últimas reuniões do Comando antes da ocupação, foram marcados no mapa do loteamento as quadras e lotes que seriam ocupadas por cada grupo. Cada representante tinha sua cópia do mapa e sua área definida. A ação coordenada previa que cada grupo saísse do seu ponto de encontro, nos diferentes bairros, no mesmo horário: às 5 da manhã. O representante de grupo era responsável por conduzir os participantes.

No Sábado, 8 de outubro de 1988: uma assembléia popular, num Ciep de Campo Grande, reuniu a maioria das famílias participantes. O tema do “encontro”: Luta por Moradia. No final do encontro cada representante de grupo passou a informação aos integrantes de que a ocupação seria no dia seguinte, sem revelar o local.

No Domingo, 9 de outubro de 1988 : a data escolhida era estratégica e deveria ser próxima de um feriado. O Fórum demoraria a emitir uma Ação de Reintegração de Posse e o efetivo da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PM) seria menor nos batalhões. Isso garantia tempo necessário para construir o mínimo da moradia.

Por volta das 6 da manhã, vários grupos entraram pela Rua Carobinha e ocuparam os lotes nas quadras ao longo de todo o loteamento.

Durante as primeiras horas foi intensa a movimentação de chegada de ocupantes e a construção. A imprensa foi comunicada do ato. A tentativa de retirada dos ocupantes se deu com a chegada da PM dois dias depois, sem nenhuma ordem judicial. Houve resistência pacífica. Alguns bloqueios de ruas e acessos com cordões humanos e outras com materiais, pedras, troncos de árvores, etc. Já de sobreaviso, o apoio de advogados, parlamentares e entidades foi acionado.

Após três dias de resistência mais direta e algumas detenções, a PM se retirou. A presença física de apoiadores, parlamentares e entidades foi importante no processo.

Enquanto o processo jurídico se desenrolava, as moradias foram se consolidando. Havia a necessidade afirmativa de manter a posse da terra com construção física. Os moradores de cada quadra deveriam se auto-organizar. Havia um representante por quadra, escolhido pelos moradores.

Cada quadra era orientada a fazer mutirões para construção, instalação de água/eletricidade e construção de fossas sépticas (sumidouro) em cada terreno para evitar a formação de valas de esgoto. Formação de um Conselho de Representantes que discutia as questões mais gerais da ocupação. Nos dois anos seguintes várias manifestações e mobilizações foram feitas: Exigindo a intervenção da Prefeitura para regularizar e documentar a posse do terreno, através da legislação que previa a utilização dos 20% de lotes caucionados destinados ao uso social da propriedade com fins de moradia. Reivindicando obras de saneamento básico e urbanização com áreas para creches/escolas, etc.

Houve uma grande mobilização com a ocupação do saguão do “Piranhão” (apelido popular usado para indicar a sede da prefeitura carioca), na sede da Prefeitura, durante 48 horas, que resultou na conquista das obras de saneamento básico, pelo sistema de mutirão e contratação de mão-de-obra local. Ocorreram manifestações também pela melhoria dos transportes públicos. Após amplas mobilizações a Prefeitura reconheceu, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, a posse dos terrenos por parte dos moradores e que no final do processo resultaria no título de propriedade.

Em assembléias gerais foram aprovadas condições importantes para a efetivação desse processo: Cada lote só poderia ser negociado após 5 anos do recebimento do documento. Isto garantia evitar, pelo menos por um tempo, a tentativa de utilizar a posse como negócio e a titularidade da posse era da mulher, numa relação de casais. Disputas políticas e divergências por projetos distintos em curso resultaram num “racha” no movimento e a comunidade ficou praticamente dividida em duas partes: numa – localizada na parte de trás do loteamento, em direção ao Largo do Guandu – se mantinha a organização comunitária baseada na auto-organização construída sob influência do PLP; noutra, sob a influência de um dos integrantes do antigo Comando, que se tornou cabo eleitoral do PDT, prevalecia o oportunismo eleitoral, venda de lotes, etc.

Este racha se manteve por um período, mas ambos espaços perderam a capacidade organizativa à medida que avançava o comércio varejista-armado da droga que já vinha se instalando a partir das comunidades mais próximas como o Votorantim e Vila Kennedy. Esse processo foi mais veloz na parte menos organizada do loteamento, à margem da Av. Brasil. O processo de ação, consciência e organização da população local sobre aquele território, experimentado entre 1988 e 1992, aproximadamente, foi interrompido. Começou então uma



Figura 5 - Padaria principal da Carobinha – Antigo local de reunião da milícia (foto via Web.)



Figura 6 - Via principal na Estrada da Carobinha. (Foto via Web)



### 1.3 Campo Grande: sua transformação de zona rural à suburbana

Até o fim do século XIX, nas freguesias rurais<sup>13</sup>, ocorreram poucas alterações até que vai se consolidando, no país, o modo de produção capitalista na forma do aparecimento de um mercado de alimentos e de terras. No ano de 1918, o zoneamento estabelecido no Governo do Prefeito Amaro Cavalcanti propôs a criação de uma zona rural no território que correspondia anteriormente às freguesias rurais

A partir de 1930, Campo Grande adquire visibilidade, sobretudo pela significativa produção de laranja. Porém, na década de 1950, a citricultura entra em crise, ao mesmo tempo em que a terra se valoriza. O mercado imobiliário se expande, obtém-se maior rendimento no loteamento urbano, do que no agrícola. A partir da década de 1960, a frente agrícola é substituída por uma frente urbana, com ênfase na habitação e não mais na produção agrícola. A crise se instala na região devido ao processo de grande aumento populacional e custo de vida alto, a chamada zona rural passa ser zona oeste, mera referência a localização em relação ao Estado em que se insere. Como consequência, na década de 1970. A produção rural, vocação da região entra em um significativo declínio, em decorrência se desenvolve uma forte especulação imobiliária que transforma drasticamente o cenário local. A região apresenta um expressivo aumento populacional e o setor de serviços públicos e ordenamento territorial não acompanham este processo. Desta forma traça um perfil com característica de subúrbio na região, com aumento da violência, carência de serviços e a atuação de políticos empregando a prática do clientelismo na região, ou seja, “curral eleitoral”.

Iniciou-se em 1976 a construção da Torre Repetidora do Mendanha, inaugurada no dia 23 de junho de 1978. O calçadão de Campo Grande um projeto do paisagista Roberto Burle Max, foi inaugurado em novembro de 1976, três anos antes do terminal Rodoviário de Campo Grande. Como é de se perceber, Campo Grande mudou muito, passando por profundas transformações que gradativamente alterariam o perfil da região. Como foi dito, a zona oeste desde a década de 1970, foi afetada pela especulação imobiliária, que deslocou a população carente da cidade para as zonas mais distantes. Gradativamente, o bairro como espaço de produção agrícola, foi sendo substituído, por uma área de produção industrial, tendo sido edificado o distrito industrial de

---

<sup>13</sup> As freguesias rurais se referem às freguesias de: Guaratiba, Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande.

Campo Grande<sup>14</sup>. Restam na antiga zona rural da cidade apenas nichos agrícolas que resistem, penosamente, à expansão urbana.

As transformações ocorridas na região de Campo Grande levantam algumas questões sobre a análise relativa às definições, *rural* e *urbano*, no Brasil. A lógica capitalista de desenvolvimento permeia as análises sobre as interações entre esses dois espaços. As considerações teóricas são formuladas sob o auspício do desenvolvimento capitalista e partem da ocorrência de interações múltiplas, que influenciaram na estrutura da organização espacial das regiões rurais.

Até a década de 1960, pode-se dizer que Campo Grande foi a capital da zona rural. No entanto, passa-se a acompanhar a decadência da citricultura local e da expansão urbana, na década de 1970. Gradativamente um “novo rural” se implanta nessa região. Esta categorização de “novo rural” é utilizada em estudos sobre a região ao considerar que as estruturas governamentais tem sempre estabelecido novas definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos, como é o caso da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Os critérios que se empregam, tradicionalmente discriminam a partir de um determinado patamar populacional; a predominância da atividade agrícola e a delimitação político-administrativa. Segundo critérios internacionais, a definição do significado da *ruralidade* nas sociedades contemporâneas é estabelecida a partir de três aspectos básicos, a saber: o grau de importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano.

De acordo com a lógica capitalista e a transformação do rural, o processo de urbanização que ocorre em áreas rurais está ligado a esta lógica. A produção e as relações sociais sofrem transformações radicais, ocorrem mudanças de uso e ocupação do espaço e do tempo, bem como se utilizam novos produtos e tecnologias.

Do ponto de vista histórico, a perspectiva dicotômica predominou na geografia e na sociologia teve como uma de suas principais fontes de inspiração o contraste entre o conceito de comunitário e o de não-comunitário, ligando-se à antítese comunidade/sociedade, tradicional/moderno e deslocada para a oposição campo/cidade.

Devemos agora nos ater ao estigma do atraso e da pobreza nas regiões periféricas em particular da nossa área em questão. Ao aprofundarmos a análise, poderemos captar que as

---

<sup>14</sup> Marca-se que na zona oeste também foi edificado o distrito industrial de Santa Cruz.

características de abandono que outrora marcou a região denominada como *sertão carioca*, distante e insalubre, e posteriormente atingida por um sistema de concentração de terras, resultando em experiências nefastas de conflitos fundiários e desigualdades sociais, ainda permanece. Já que, na atual área periférica da cidade do Rio de Janeiro, se faz presente à continuidade da desigualdade e do abandono, carecendo de promoção de políticas públicas que visem proporcionar um desenvolvimento planejado para a região e qualidade de vida à sua população

Assim, a problemática social urbana, no que diz respeito ao nosso tema, se relaciona com o regime populista e como consequência as questões relacionadas ao clientelismo. Os políticos assumem posições muitas vezes doutrinadoras ou paternalistas em relação ao povo. Uma síntese da ideologia populista, ligada ao clientelismo, e sua influência em Campo Grande pode se traduzir conforme Lia Matos Rocha (2008), em artigo intitulado “Uma favela sem tráfico?”:

São as alianças entre candidatos a cargos públicos e grupo de traficantes, as quais costumam ocorrer nas comunidades onde estes últimos são poderosos [...] è sabido que candidatos inescrupulosos passam por cima das autoridades legítimas nas favelas, preferindo obter um acesso mais exclusivo através de grupos de traficantes que lhes permitam fazer campanha à vontade ou que pressione a associação de moradores a proibir a campanha de outros candidatos. (LEEDS, 20003:255, *in* Rocha, Matos Lia SILVA, org.2008)

Outro fator importante na questão da periferização, se relaciona com o adensamento populacional. Visto que, entre as décadas de 1940 e 1950, o crescimento industrial da cidade do Rio de Janeiro atraiu uma numerosa mão-de-obra migrante que se dirigiu, sobretudo, para os novos locais de instalação das fábricas, ou seja, nos subúrbios cariocas. A densidade populacional do bairro de Campo Grande, por exemplo, cresceu a uma taxa de 71% neste período<sup>15</sup>. Assim, a paisagem campestre dessa antiga zona rural do Distrito Federal começava a se transformar. O processo de crescimento demográfico e industrial dos subúrbios pode ser aferido pela verificação dos índices de distribuição ocupacional da população economicamente ativa. Para o bairro de Campo Grande, o Censo Demográfico de 1940 contabilizou uma taxa de 23% da população diretamente envolvida em atividades agrícolas e extrativistas; já o Censo de 1950 apresentou índice menor, ou seja, 19% encontravam-se nessas atividades. Ao longo das duas décadas, o que se percebe é um aumento gradativo de transferência de mão-de-obra da agricultura para a

<sup>15</sup>Cf. Mauricio de Abreu. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN-Rio /Jorge Zahar Editores, 1987.

indústria na região.

A transformação maior da região, imprimiu em primeiro lugar uma mudança sócio-espacial de rural para área suburbana. Em segundo, podemos apontar uma urbanização acelerada impulsionada pela especulação imobiliária. Em terceiro lugar, frisamos a instalação de indústrias e o aumento da população que ocupou aquele espaço de forma irregular, e sem planejamento público consistente. Ademais, a oferta de bens e serviços não acompanharam a demanda gerada pelo adensamento populacional. As práticas clientelistas serão bastante comentadas neste trabalho, bem como, nas últimas décadas, a atuação miliciana. Para dar conta destas problemáticas, ainda neste capítulo iremos destacar o conceito de “alegalidade” em Kant, demonstrando o conflito entre autonomia (como capacidade da razão ditar suas próprias regras) e a necessária obediência às leis, ambas invocadas pelo autor alemão. Visando ainda atualizar as reflexões do filósofo, articularemos esse conflito entre autonomia e obediência as leis com o pensamento de Durkheim e Derrida. À luz dessa articulação, intentamos melhor compreender os pressupostos teóricos capazes de definir o espaço da alegalidade na produção de regras em uma dada comunidade.

#### 1.4 A alegalidade

Pois ela [a insurreição] torna insegura toda a constituição jurídica e introduz o estado de uma plena alegalidade [*Gesetzlosigkeit*] (*status naturalis*), onde todo o direito cessa ou, pelo menos, deixa de ter efeito.  
Immanuel Kant.<sup>16</sup>

Na busca de uma melhor compreensão do conceito de *alegalidade*, fundamental, para o desenvolvimento de nosso trabalho, nos deparamos com poucas fontes em português, tal como mostram os resultados frustrantes de nossa pesquisa bibliográfica em ferramentas como o *Google Acadêmico*. Por esse caminho, ao procurar pelo conceito-chave, obtivemos como resposta “a legalidade”, ou ainda, “à legalidade”, seguidas da seguinte afirmação: Você quis dizer “a

---

<sup>16</sup> KANT, Immanuel. *Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 33. In: \_\_\_\_\_. *Akademie-Ausgabe*, VIII, p. 301, disponível, juntamente com toda a obra no idioma original em: <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/>>

legalidade”<sup>17</sup>. Em função disso, nos vimos obrigados a nos guiar por outros idiomas, tais como inglês, espanhol e alemão, sendo este último aquele em que encontramos uma distinção mais clara entre *legalidade* (*Legalität*), *ilegalidade* (*Illegalität*) e *alegalidade* (*Gesetzlosigkeit*), com uma maior riqueza de referências na sociologia e na filosofia.<sup>18</sup>

Seguindo por esse caminho mais árduo, sentimos a necessidade de obter inicialmente uma compreensão básica, e assim definir um ponto de partida para a pergunta: o que significa *alegalidade* (*Gesetzlosigkeit*)? Para isso recorreremos a nenhum outro recurso senão ao auxílio de um léxico que esclarecesse o significado da palavra em alemão. Nele *alegalidade* (*Gesetzlosigkeit*) pode ser: 1) a liberdade de leis; 2) estado sem leis, o desprezo da lei, falta de disciplina; 3) aquilo que é oposto à lei<sup>19</sup>. Em função do objeto de nossa pesquisa, ficou claro que deveríamos trabalhar com os dois primeiros significados. E foi já nesta primeira e simplória prospecção que encontramos o eixo que conduziria nossa pesquisa, a filosofia de Kant citada pelos autores do léxico:

(...) a conseqüência inevitável da declarada inexistência de lei [*Gesetzlosigkeit*] no pensamento (a libertação das restrições impostas pela razão) é esta: a liberdade de pensar acaba por se perder e, considerando que a culpa não seja de alguma infelicidade, mas de uma verdadeira arrogância, a liberdade, no sentido genuíno da palavra, é confiscada.<sup>20</sup>

Nossa incursão incipiente se mostrou eficaz, na medida em que essa citação de Kant nos abriu um universo de novas referências, mesmo em português. Assim, através de novas buscas, agora relacionando *Kant* e o conceito de *alegalidade*, identificamos uma relativa abundância de

<sup>17</sup> Esta certeza da ferramenta de buscas deixava claro desde o início que o trabalho seria árduo e assim o foi. Obtivemos 17.100 resultados numa última pesquisa já em 15 de agosto de 2017, confirmando todas as anteriores, onde foram encontradas apenas as formas “a legalidade” e “à legalidade”, cf. [https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)

<sup>18</sup> Embora no inglês também haja uma distinção entre *legal* (*legal*), *illegal* (*illegal*) e *alegal* (*unlegal*), tivemos muita dificuldade de encontrar referências filosóficas ou sociológicas sobre nosso conceito nesse idioma. Em geral encontramos manuais de como aproveitar brechas jurídicas. Em espanhol encontramos dificuldades semelhantes. Cf. comparação entre <[https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=unlegal&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=unlegal&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>, [https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidad&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidad&hl=pt-BR&as_sdt=0,5), e [https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=Gesetzlosigkeit&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=20&q=Gesetzlosigkeit&hl=pt-BR&as_sdt=0,5).

<sup>19</sup> GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. Deutsches Wörterbuch Von Jacob Grimm Und Wilhelm Grimm. Leipzig: S. Hirzel, 1854, verbete *Gesetzlosigkeit*, disponível em [http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui\\_py?sigle=DWB&mode=Vernetzung&hitlist=&patternlist=&lemid=GG11241#XGG11241](http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui_py?sigle=DWB&mode=Vernetzung&hitlist=&patternlist=&lemid=GG11241#XGG11241)

<sup>20</sup> KANT, I. **O que significa orientar-se no pensamento**. *Apud*. GRIMM. Opus cit. (Trad. Artur Mourão, Lusofia, pag. 17)

referências ao nosso conceito-chave<sup>21</sup>.

Destacamos **Racionalidade Moderna e Subjetividade** de Luiz Bicca. Nessa obra, os dois primeiros capítulos são dedicados a Kant e lá encontramos uma breve, porém elucidativa discussão sobre a *alegalidade*. Nessa discussão, Bicca enfatiza o papel do Estado como um puro conceito na obra de Kant, como “apenas uma representação exclusivamente inteligível que possui um sentido normativo” (p. 17), i.e. um conjunto de construtos intelectuais que “orienta a constituição dos povos” e o estabelecimento das “comunidades políticas”. Nesse sentido, “o Estado indica o que um povo deve ser”, nas palavras de Kant: o Estado é a “reunião de uma multidão de seres humanos sob leis jurídicas”. Nesse ponto, Bicca acentua um dever no âmbito do Estado, a saber:

o de se evitar a situação em que um conjunto de seres humanos [seja] apenas multidão desordenada e sem lei, e o de, em contrapartida, organizar-se jurídico-politicamente, isto é, viver em estado de direito, sob uma constituição civil.

Bicca salienta ainda um ponto importante para nosso trabalho. Ele fala da ociosidade e nocividade das “especulações em torno do ‘estado de natureza’, ou *status naturalis*, ou estado de *alegalidade*, por essa razão, não há em Kant propriamente uma discussão sobre esse estado natural. Bicca explica que: Esse “conceito significa apenas uma situação de insegurança, de violência entre os indivíduos, a qual é sempre e a qualquer instante, possível – e não um momento ou época no desenvolvimento para dar lugar à etapa da existência humana social regulada pelo Estado”. (p. 18)

Neste sentido, para Kant, o *status naturalis* faz parte das inclinações e impulsos humanos, é portanto “constituente da natureza, do ser do homem”, daí a necessidade de evitarmos “recair em tal estado” (p. 19). Por isso, a razão “desempenha um papel ativo, eficiente, dentro da concepção de estado de natureza.” Pois “ela postula a necessidade de abandonar tal situação” para permanecermos no estado de direito.

Bicca conclui resumindo que para Kant, estado de natureza “é uma situação – real ou potencial – de guerra”.

---

<sup>21</sup> Todavia não no Google acadêmico, e sim no Google Web, cf. comparação <https://www.google.com.br/search?q=alegalidade+kant&ei=sz2UWcCNBLi2wQSe8KmIDw&start=10&sa=N&biw=1366&bih=657> com um resultado relevante localizado e [https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade+kant&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade+kant&hl=pt-BR&as_sdt=0,5) sem nenhum resultado relevante localizado.

(...) não tanto de injustiça, mas de alegalidade – dada a ausência de autoridade, de uma instância que arbitre, medeie os conflitos, evitando que o direito se faça ou se estabeleça pelo imediatismo dos arbítrios envolvidos diretamente. (p. 19)

A *alegalidade* em Kant é, portanto, segundo Bicca, um estado no qual não existe um sistema de regras capaz de regular as relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Essa ausência de normas jurídicas diferencia a *alegalidade* da *ilegalidade*, esta última sendo uma oposição em relação a regras já estabelecidas num estado de legalidade. Todavia, o estado de violência característico da alegalidade não pode ser qualificado como um estado pré-civilizatório originário, sempre anterior ao estado de direito. Em vez disso, ele é um estado ligado às inclinações do homem, que sempre podem, a qualquer momento, ameaçar o estado de direito estabelecido na *legalidade*.

A abordagem de Bicca, embora esclarecedora sobre o estatuto da alegalidade em Kant, não toca um problema que surge quando confrontamos dois enfoques dos textos kantianos: o da obediência às leis e, conseqüentemente, a superação do estado de alegalidade, em contraposição ao enfoque da autonomia, i.e. da capacidade de escolher as regras às quais se deve obedecer. Mais adiante, veremos como esse confronto é fundamental para compreendermos a alegalidade não apenas como um estado negativo, limitador e perigoso que por isso deva ser superado. Mas também como um estado criativo, produtivo e emancipador, que permita o surgimento de uma nova realidade jurídica.

Esse confronto é possível a partir de uma ambigüidade presente no texto kantiano. Em seus escritos, o filósofo invoca a importância da autonomia da razão<sup>22</sup>, i.e., a capacidade da razão ditar suas próprias (*auto*) regras (*nomos*) e seu exato oposto, a heteronomia, i.e. a obediência à lei<sup>23</sup>, a regras (*nomos*) impostas por um outro (*heteros*). Ou seja, por um lado, o filósofo de Königsberg expressa a necessidade de cada um “fazer uso de seu [próprio] entendimento sem a direção de outro indivíduo”<sup>24</sup>; mas por outro, expressa a importância do “respeito à lei moral”<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Por exemplo, em KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”* Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d.

<sup>23</sup> Por exemplo, em KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Lusofonia, s/d.

<sup>24</sup> KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”* Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 6.

<sup>25</sup> KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela, Lisboa: Ed. 70, 2007: “Também (...) como não é nem o medo nem a inclinação, mas tão-somente o respeito à lei que constitui o móbil

Essa ambigüidade é de vital importância, pois Kant é considerado um pensador sistemático, o que nos leva a pensar os motivos de uma possível contradição a partir dessa ambigüidade no filósofo alemão. Fehér admite esse problema, mas afirma tratar-se de uma falsa contradição, ou uma aparente contradição entre a valorização da autonomia, por um lado, e, por outro, a estrita obediência à lei<sup>26</sup>. Sendo assim ele defende uma unidade em Kant:

Kant nunca deixou de enfatizar o caráter coercitivo (*Zwang*) mesmo daquelas leis criadas pelo acordo mais livre. Enquanto forem válidas, estamos sujeitos a elas, somos sujeitos à lei. Só se as observarmos incondicionalmente, isto é, sem fazer exceções, iremos mostrar o respeito para as (boas) máximas. Só assim podemos nos erguer da mera natureza-fenomenica para o *nous*, o nível propriamente humano, genuinamente livre. (*op. cit.* p. 171-2)

Outros autores, como Bresolin, também apontam para a dissolução de qualquer contradição. Segundo ele “a autonomia da vontade é o princípio supremo da moralidade. Desejos, inclinações, preceitos e fórmulas podem fundar qualquer outra coisa, exceto leis morais com valor universal.”<sup>27</sup>. Citando a *Metafísica dos Costumes*, essa resolução nos parece mais clara:

A autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto, não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.(KANT, 2007)

Sendo assim não restaria qualquer traço de contradição no que diz respeito ao confronto da *autonomia* com a *obediência à lei moral*. Mas é preciso salientar que isso se dá exclusivamente numa perspectiva moral. Ao contrário, no campo político, o amor ao dever traduzido como obediência a leis estabelecidas pelo ordenamento jurídico de um determinado Estado possui outras tonalidades. Ou seja, a autonomia em Kant garante a autodeterminação daquele que preza o amor ao dever como lei universal, por isso ao se subordinar a uma regra moral, o sujeito autônomo não se submete a qualquer instância externa a ele, mas à razão. Mas

---

que pode dar à ação um valor moral.” p. 85. Bicca coloca esses dois momentos em capítulos estanques de seu livro, dificultando assim um diálogo entre esses dois aspectos do pensamento kantiano.

<sup>26</sup> FEHÉR, Ferenc. "Practical Reason in the Revolution: Kant's Dialogue with the French Revolution." **Social Research**, 56.1 (1989): 161-85.

<sup>27</sup> BRESOLIN, Keberson. Autonomia versus heteronomia: o princípio da moral em Kant e Levinas//Autonomy versus heteronomy: the principle of morality in Kant and Levinas. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 18, n. 3, p. 166-183, 2013.

isso valeria apenas para lei morais universais e não para leis de um determinado sistema jurídico estatal.

Essa perspectiva é importante, uma vez que ao defender a superação da alegalidade nos encontramos necessariamente no campo de um poder capaz de arbitrar e mediar conflitos, como é o poder estatal. Nesse campo não necessariamente estamos diante de uma lei moral universal, mas freqüentemente sujeitos à arbitrariedade de leis forjadas por interesses que não podemos considerar universais. Essa era justamente a realidade política da Prússia na época de Kant e, inevitavelmente, a realidade de nossa comunidade estudada.

Kant pertenceu, historicamente, ao Iluminismo, período caracterizado pelo ideal de progresso, pela crença de que o homem pode dominar a natureza, e pelo otimismo racionalista. Todavia, Kant não adere ingenuamente a esses ideais, e sim compreende o Iluminismo como uma espécie de superação dos erros a partir do uso do próprio entendimento nos limites da razão humana. Nas palavras do filósofo de Königsberg: “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de seu próprio entendimento”. Isso é, para Kant, essencialmente o *Aufklärung*, isto é, o esclarecimento iluminista.

Tentando responder à pergunta “o que é o esclarecimento?”, o filósofo afirma: “é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado”. Como indicamos acima, tal menoridade é compreendida por Kant como incapacidade do homem de “fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”. Trata-se de um estado no qual a vontade humana sucumbe ao aceitar que uma autoridade estranha a conduza no uso da razão. O homem padece de uma “falta de direção e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem”.

A maioria da razão, invocada pelo *sapere aude*, seria para Kant um desafio aos homens. E o fracasso diante desse desafio seria a expressão de uma vontade “menor”, resultante de uma “preguiça” ou “covardia”, exposta assim que nos esquivamos do uso da razão. Trata-se de uma posição confortável e comodista escolhida pela vontade. Como explica Kant: “é tão cômodo ser menor”. Nesse sentido, o filósofo nos oferece três exemplos da discutida menoridade: (1) quando um livro toma o lugar do meu entendimento; (2) quando um orientador espiritual toma o lugar de minha própria consciência; e (3) quando um médico decide como deve ser minha dieta. Essa comodidade é, entretanto, cultivada persistentemente no homem:

A imensa maioria da humanidade (...) considera a passagem à maioria difícil e, além do mais, perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a

supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranqüilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostraram-lhe em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. (...) É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da minoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor por ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes, do abuso, de seus dons naturais são os grilhões de uma perpétua minoridade.<sup>28</sup>

Mas se a comodidade de se manter na minoridade é cultivada por um supervisor, tornando difícil ao supervisionado se desvencilhar dessa segunda natureza, o alcance da maioridade exige um ato de liberação. Nas palavras de Kant: “Para este esclarecimento (*Aufklärung*), porém nada mais se exige senão liberdade (*Freiheit*)”<sup>29</sup>.

Kant explicita a natureza dessa libertação ao destacar o exercício da obediência exigida pelos poderes militar, financeiro e religioso: “O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede!”<sup>30</sup>. Para o filósofo, a maioridade será alcançada não quando a humanidade não for obrigada a obedecer, mas sim quando, mesmo sendo solicitada à obedecer, for livre para pensar: “raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei”<sup>31</sup>, afirma Kant.

Desse modo, o próprio autor parece resolver a dicotomia entre o livre pensar e a obediência, propondo a obediência no uso privado, mas o livre pensar no uso público da razão. Essa separação dos usos da razão se dá da seguinte forma: ao exercer um papel ativo, como membro da uma comunidade, um cidadão instruído tem a “completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas as suas idéias, cuidadosamente examinadas e bem intencionadas”<sup>32</sup>. Sendo assim, um cidadão não poderia se negar a pagar seus impostos (uso da razão privada), neste caso ele deve obedecer, mas enquanto esclarecido e instruído, ele tem o dever de expor publicamente suas idéias contra a injustiça dessa obrigação (uso público da razão). Resumidamente, devo pagar os impostos, mas também devo manifestar minha contrariedade com relação à injustiça que eles representam.

<sup>28</sup> KANT, Immanuel Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 1-2.

<sup>29</sup> KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 2.

<sup>30</sup> KANT, Immanuel Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 2-3.

<sup>31</sup> KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 3.

<sup>32</sup> KANT, Immanuel Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 3-4.

Essa separação preserva a autonomia do pensamento, essencial na condução ética na vida pública, sem comprometer a obediência à lei, essencial à superação do estágio de *alegalidade*.

Mas Kant vai além dessa conciliação entre autonomia e heteronomia, ao responder uma última questão: “Se for feita então a pergunta: vivemos agora em uma época esclarecida (*aufgeklärten*)? A resposta será: não, vivemos em uma época de esclarecimento (*Aufklärung*)”<sup>33</sup>, denotando um caráter de movimento, sendo o esclarecimento um processo. Kant demonstra assim uma preocupação com o seu tempo, tanto em diagnosticar o problema, quanto em apontar o caminho a ser percorrido: “ampliar seus conhecimentos, purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento”.

Essa crítica do presente e essa perspectiva de futuro de Kant é destacada por Foucault em sua leitura de *O que é o esclarecimento?* Nas palavras do filósofo francês:

Esta parece ser a primeira vez em que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento em que ele escreve e em função do qual ele escreve. A reflexão sobre a ‘atualidade’ como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica em particular me parece ser a novidade desse texto.<sup>34</sup>

Podemos dizer então, com Foucault, que Kant foi um crítico de seu tempo, apesar da evidente preponderância da obediência à lei, uma lei moral universal e racionalmente estabelecida, mais uma norma jurídica criada pelo Estado e imposta arbitrariamente aos cidadãos. Nesse sentido, apesar de uma explícita valorização da autonomia em relação à heteronomia, em Kant essa valorização não pode recair de modo algum num estado de ausência de normas (*alegalidade*), ou de desobediência destas (*ilegalidade*).

Assim, enfatizamos que o conceito de *alegalidade* em Kant diz respeito a uma ausência de leis, consequência inevitável de uma espécie de anarquia no pensamento, uma libertação das restrições impostas pela razão, um estado selvagem:

Podem chamar-se vícios da brutalidade da natureza e denominam-se, no seu mais intenso desvio do fim natural, vícios bestiais: os vícios da gula, da luxúria e da selvagem ausência de lei (na relação a outros homens).

---

<sup>33</sup> KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?” Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p 6.

<sup>34</sup> FOUCAULT, M. Ditos e escritos, v. II, p. 341.

Trata-se de um *status naturalis*, que necessita ser constantemente superado através do fortalecimento da lei. Na ausência desta, a *alegalidade* necessariamente se difere da *ilegalidade*, a qual pressupõe o estabelecimento de uma norma jurídica. O primeiro caso, como um estado de inexistência de leis e, o segundo, como um estado no qual a norma jurídica existe, mas é desobedecida. Mas o mais importante para nosso estudo é que há, inevitavelmente, uma condenação sumária da alegalidade o que não explicita toda a riqueza desse conceito e, conseqüentemente, a contribuição que seu conhecimento pode trazer para nossa discussão. Por isso, seremos levados a confrontar mais uma vez a oposição *autonomia* versus *heteronomia* para a partir desse confronto, tentarmos compreender a alegalidade (como já dissemos) não apenas como um estado negativo, limitador e perigoso que por isso deva ser superado. Mas também como um estado criativo, produtivo e emancipatório, que permita o surgimento de uma nova realidade jurídica.

Perseguindo esse objetivo, nos parece proveitoso, primeiramente, destacar uma discussão sobre desobediência legal presente em Durkheim (1858-1917), tal como encontramos em sua obra *As regras do método sociológico*. Segundo o sociólogo francês:

É preciso que a autoridade que a consciência moral possui não seja excessiva; caso contrário, ninguém ousaria contestá-la e muito facilmente ela se cristalizaria numa forma imutável. Para que ela possa evoluir, é preciso que a originalidade individual possa vir à luz; ora, para que a do idealista que sonha superar seu século possa se manifestar, é preciso que a do criminoso, que está abaixo de seu tempo, seja possível. Uma não existe sem a outra.<sup>35</sup>

Durkheim destaca a importância do confronto com a consciência moral, a qual não pode ser vista como definitiva e imutável, mas sim como passível de ser superada pelo idealista e subvertida pelo criminoso. A autoridade da consciência moral deve ser dotada, portanto, de uma maleabilidade, a qual permitirá que ela adquira uma nova forma e, assim, surja uma nova autoridade. Nessa perspectiva, Durkheim relativiza inclusive o estatuto do crime diante da autoridade moral: “Quantas vezes, com efeito, o crime não é senão uma antecipação da moral por vir”<sup>36</sup>. Nessa perspectiva, o sociólogo nos oferece o exemplo de Sócrates:

---

<sup>35</sup> DURKHEIM. Émile. *As regras do método sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 72.

<sup>36</sup> Idem, p. 72.

De acordo com o direito ateniense, Sócrates era um criminoso e sua condenação simplesmente justa. No entanto seu crime, a saber, a independência de seu pensamento, era útil, não somente à humanidade, mas à sua pátria.<sup>37</sup>

Segundo Durkheim, Sócrates estaria ajudando a fundar uma nova moral e uma nova fé, necessárias à sociedade ateniense da época. Pois a tradição até aquele momento já não estava mais em harmonia com as “condições de existência”. E assim conclui o francês: “A livre filosofia teve por precursores os heréticos de todo tipo que o braço secular justamente perseguiu durante toda a Idade Média, até as vésperas dos tempos contemporâneos.”<sup>38</sup>

Dessa vez, em nome de um movimento de transformação das sociedades, na análise de Durkheim, subversão está mais próxima de uma *ilegalidade* do que propriamente de uma *alegalidade*, ou seja, ao se opor a uma autoridade vigente, tanto o criminoso, quanto o idealista, estariam se confrontando com a lei estabelecida e não com o espaço vazio, o *status naturalis* da *alegalidade*, já recriminado por Kant.

Outro autor que se distancia de Kant é Simmel. Contemporâneo de Durkheim, ele a descreve como obediência à lei individual da obra de arte "em sua singularidade individual", em sua "peculiaridade" (2000/1918, 383), como a norma obrigatória que apela para uma necessidade ideal. Ela "contém o que chamamos de promover o respeito pela idéia que apresenta a visão nascida internamente no artista". Segundo Kast, "Simmel formula a lei individual em contraste com a lei geral de Kant." Ou seja, “Não aja da maneira que todos devem agir, e sim porque você vive sua própria vida de uma forma única e distintiva a cada momento, aja de acordo com a obrigação, que vem do fundo do seu coração.” É digno de nota o fato de que Simmel considera a constituição de uma cidade como sendo também uma obra de arte. Nesse sentido, o estado de *alegalidade* nos termos kantianos acaba se confundindo com o estado de obediência a uma lei individual e o estado de direito ou legalidade pode ser, ao contrário, um estado de opressão contra esse sentimento artístico próprio de um estado criativo, produtivo e emancipatório, que seria o estado de *alegalidade*.

Se Durkheim nos apresenta a positividade da desobediência às leis, Simmel transforma essa desobediência em produção artística. Tendo em mente esse desdobramento, precisamos recorrer ainda ao pensamento de Jacques Derrida e, conseqüentemente, nos utilizar da

---

<sup>37</sup> Idem, p. 72.

<sup>38</sup> Idem, p. 73.

desconstrução para uma compreensão mais ampla do conceito de alegabilidade.

Na conferência intitulada Força de Lei, Derrida parte de um questionamento inicial: “Será que a desconstrução assegura, permite, autoriza a possibilidade da Justiça?”<sup>39</sup>. Para responder a essa pergunta ele recorre a uma análise da expressão em inglês “*toenforce the Law*”, em português, aplicar a lei e, em francês, “*appliquer la loi*”. No idioma inglês essa expressão possui uma dinâmica interior que não está presente nem no francês, nem no português. Nas palavras de Derrida:

o direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada, mesmo que essa justificação possa ser julgada, por outro lado injusta ou injustificável. Não há direito sem força.<sup>40</sup>

Com isso, o filósofo quer dizer que a “*enforceability*” não é uma “possibilidade exterior ou secundária”<sup>41</sup> ao direito. Ao contrário, em sua perspectiva desconstrutivista: “Ela é a força essencialmente implicada no próprio conceito da justiça enquanto direito, da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito.” Derrida demonstra que não há lei sem aplicabilidade e, portanto, sem “*enforceability*”, o que é um fato: pois de toda obrigação legal decorre uma coerção que garanta a devida obediência à lei. Assim, num sistema jurídico, sempre haverá um exercício da força, real ou potencial, que garanta o cumprimento da lei, seja essa força, “física ou simbólica, exterior ou interior, brutal” ou “discursiva”, “coercitiva ou reguladora”, completa Derrida.

Recorrendo ao alemão de Kant, o filósofo francês lembra que o termo *Gewalt*, comumente traduzido para outros idiomas como violência, significa também para os alemães “poder legítimo, autoridade, força pública”. Nesse sentido, por exemplo, *Staatsgewalt* deve ser traduzido como “autoridade ou poder do Estado.”

Diante dessa proximidade entre autoridade e violência, o filósofo se pergunta:

Como distinguir entre força de lei de um poder legítimo e a violência pretensamente originária que precisou instaurar essa autoridade, e que não podia ela mesma autorizar-se por nenhuma ilegitimidade anterior, de tal forma que ela não é, naquele momento Inicial,

---

<sup>39</sup> DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o "fundamento místico da autoridade"*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 4.

<sup>40</sup> Idem, p. 8.

<sup>41</sup> Idem, ibidem.

nem legal, nem ilegal (...)?)<sup>42</sup>

Nesse ponto, cabe salientar o estado de *alegalidade* presente no questionamento de Derrida. Relendo seu texto temos: Como diferenciar a força de lei presente em um poder legítimo, de um lado, da violência originária que precisou instaurar essa autoridade sem possuir qualquer legitimidade anterior? Derrida conclui que nesse exato momento de instauração, essa força ou violência encontra-se no âmbito da alegalidade, pois não é “nem legal, nem ilegal”

Derrida mostra ainda como em Heidegger os termos *Walten* (prevalecer) e *Gewalt* (violência) são dotados de grande ambiguidade, possuindo um papel fundamental em certos textos do autor alemão, justamente onde é retomado o conceito de *Díke* (justiça) presente em Heráclito.

*Díke*, a justiça, o direito, o julgamento, a pena ou o castigo, a vingança, etc... é originariamente *Éris* (o conflito, *Streit*, a discórdia, o *pólemos*, ou a *Kampf*), isto é, também a *adikía*, a injustiça.<sup>43</sup>

Toda essa gradação conceitual, da justiça à seu exato oposto, a injustiça, compõem a estratégia desconstrutiva de Derrida, que é a da desestabilização dos conceitos, complicando-os e apontando seus paradoxos: a justiça é justa, mas também injusta. Neste sentido, desconstruindo o conceito de justiça, Derrida procura mostrar como há uma sutil separação entre justiça e direito, ou lei:

A justiça não é necessariamente o direito ou a lei, ela só pode tornar-se justiça, por direito ou em direito, quando detém a força, ou antes, quando recorre à força desde seu primeiro instante<sup>44</sup>

Seguindo esse raciocínio, Derrida procura mostrar, citando Pascal, que é necessário juntar justiça e força, por duas razões, para que a justiça sem força não seja impotente e para que a força sem justiça não se torne tirânica. Mas a essa altura o autor nos faz um alerta fundamental: de onde vem essa ligação entre força e justiça? Do que é justo na justiça ou do que é necessário na força? Ele avança uma resposta com Pascal: “já que a justiça exige, enquanto justiça, o recurso à

---

<sup>42</sup> Idem, p. 10.

<sup>43</sup> Idem, p. 10.

<sup>44</sup> Idem, p. 19.

força. A necessidade da força está implicada no justo da justiça."<sup>45</sup> Desse modo, força e justiça se recobrem completamente.

Mas Derrida completa sua crítica acrescentando o pensamento de Montaigne:

as mulheres usam dentes de marfim onde os naturais lhes faltam e, em vez de sua verdadeira tez, forjam outra de alguma maneira estranha... embelezam-se com uma beleza falsa e emprestada: assim faz a ciência (e até mesmo nosso direito tem, ao que dizem, ficções legítimas sobre as quais ele funda a verdade de sua justiça).<sup>46</sup>

O fundamento da justiça é por assim dizer uma ficção e essa ficção sustenta a verdade da justiça. Trata-se de uma crítica à ideologia jurídica, na qual Derrida se apoia, tanto em Montaigne como em Heidegger e Pascal, para aprofundar sua desconstrução, procurando efetivar uma “dessedimentação das superestruturas do direito”<sup>47</sup>, as quais, ao mesmo tempo, “ocultam e refletem” os “interesses econômicos e políticos das forças dominantes da sociedade”. Mas ao fazer isso, Derrida chama a atenção para um momento fundador da justiça e do direito, negligenciado pelos outros autores: “o momento instituidor, fundador, justificante do direito”<sup>48</sup>. Este momento implicaria uma “força performativa”, ou seja, uma força interpretativa, capaz de apelar às crenças. Mas nesse instante a lei não estaria a serviço da força, como se fosse um instrumento “dócil, servil e, portanto, fora do poder dominante”. Estaria sim onde ela coincide com a chamada força, poder ou violência, “numa relação mais interna e mais complexa.” Desse modo, Derrida nos esclarece:

Justiça no sentido jurídico (*right or law*) não estaria meramente a serviço de uma força ou de um poder social, por exemplo, econômica, política, ideológica que existiria fora ou antes dela, diante do qual deveria se curvar ou estar de acordo segundo uma utilidade. Seu momento de fundação ou instituição nunca é um momento dentro do tecido homogêneo de uma história, pois ele o rasga em uma decisão.<sup>49</sup>

E ele continua completando seu raciocínio

---

<sup>45</sup> Idem, p. 19.

<sup>46</sup> Idem, p. 22.

<sup>47</sup> Idem, p. 23.

<sup>48</sup> Idem, p. 24.

<sup>49</sup> Idem, p. 24.

A operação de fundar, inaugurar, justificar o direito de fazer a lei, seria um golpe de Estado, uma violência performativa e, portanto, interpretativa que em si não é justa nem injusta e não há justiça e nenhuma lei fundadora anterior, nenhuma fundação pré-existente, por definição, nem garantia prévia que possa a contradizer ou a invalidar.<sup>50</sup>

O que Derrida está tentando nos dizer é que há um momento originário, de instauração de normas as quais necessariamente rompem com normas antigas. Essa força-justiça, nesse momento originário, ainda quando consideramos que ela se opõe a um conjunto de normas pré-existentes, em seu momento de efetividade primeiro, elas não se apoiam nessa oposição; “elas mesmas são uma violência sem fundamento.” Nesse preciso instante, imediatamente anterior ao surgimento dessas forças há uma espécie de vazio. Portanto, nesse movimento sutil, em que esse nova força não tem onde se apoiar, elas não são nem justas nem injustas, pois não há um referencial externo que possa julgar e ato instaurador da justiça. Dizer que algo é justo ou injusto, legal ou ilegal, pressupões que há uma referência sólida e estável para isso. Mas nesse momento inaugural tudo o que não há é esta estabilidade e solidez.

Esse processo de desconstrução da justiça em seu sentido jurídico, pode nos auxiliar a compreender as “Leis vigentes”, mas ineficazes e inefetivas, sem legitimidade, sem a presença do Estado que as garanta, portanto, enfraquecidas por serem destituídas da “força performativa” que faça o justo se tornar lei, são incapazes de servir como referência contra um novo ato de violência que se efetive como justiça e lei nessa comunidade.

### **1.5 A ilegalidade: conflito e insegurança em contextos de anomia social.**

No âmbito das Ciências Sociais, questões relativas à relação indivíduo-sociedade e a condição humana em relação à sua cultura, nos forcem a considerar o contexto histórico em que esta relação está situada, bem como as condições de vida dos sujeitos que estão sendo objetos de estudo. No caso, analisamos populações de moradores de comunidades periféricas que são constitutivos desta tese, como grupos de pessoas que vivem em condições precárias e com baixo investimento público para a salvaguarda de suas necessidades mais básicas. Assim, verificando a estrutura e dinâmica interna destes grupos podemos perceber que são constitutivos de seu

---

<sup>50</sup> Idem p. 24

cotidiano a insegurança, o conflito e a anomia social em grau de “nocividade” bem mais acentuados do que do restante da população que vive sob condições mais salubres e que podem usufruir de uma sensação de proteção institucional e estabilidade um pouco mais acentuadas.

O objetivo é frisar que consideramos a importância do contexto social para a saúde psíquica dos indivíduos, que em contextos sociais inibidores da sensação de estabilidade e segurança, faz com que estes proclame por uma ordem que estabeleça o bem comum. É explicado pela ciências humanas e sociais e também pela psicanálise que estes grupos de indivíduos façam pactos variados para que se estabeleça a redução do impacto do “mal-estar” diante deste cenário social. Para os sujeitos desejantes de garantias, as insatisfações são decorrentes destas condições culturais demasiadamente repressoras, instáveis, inseguras, que o colocam sob o signo do abandono. Como se encontra o sujeito mediante tantas forças que visam subjugar-lo em um sistema de vivências que o frustra de forma constante, mediante aquilo que é posto como necessário para a salvaguarda do bem comum? Essas constantes perdas simbólicas se manifestam em diversos pontos da vida social, seja moral, psicológica, intelectual, econômica, afetiva e abatem o indivíduo na sua mais profunda auto expressão. Neste sentido, é possível entender a emergência de atores como os milicianos e suas propostas como ordenadores de vidas e do espaço. É factível assim a compreensão da subjetividade da implantação nestes espaços de práticas milicianas, da norma, da lei diferenciada, o que estamos compreendendo como alegabilidade, onde troca-se *um respaldo do espaço comunal por um quinhão de segurança*.

A partir destes esclarecimentos, iniciaremos a abordagem a partir da perspectiva de que os ditames do patrimonialismo e do clientelismo, serviram para dar legitimidade à determinadas demandas da população. Visando passar uma idéia de oportunidade na perspectiva social à determinados grupos, ou seja uma cultura liberal que virtualmente apresenta um conjunto de proposta que promulguem a inclusão, onde a relação com a dinâmica do capital mostra certa viabilidade em condições diferenciadas<sup>51</sup>. Entretanto, conforme Jessé Souza (2015), falar em

---

<sup>51</sup> A princípio os conceitos de patrimonialismo e clientelismo, mantém o Brasil na categoria de um modelo capitalista periférico, subordinado aos grandes conglomerados do capitalismo mundial. Ele se torna um apêndice da exploração à medida que não consegue sair das armadilhas do desenvolvimentismo, o que o impede de ultrapassar esta função de um Estado que serve ao mundo capitalista com o setor primário, a exploração de suas riquezas, recursos básicos vendidos a preços módicos que de um lado realiza a acumulação por parte de uma elite interessada apenas na agroexportação e que muito enfraquece as atividades dos setores voltados à expansão da tecnologia. Este desenvolvimentismo acabou criando a ilusão de um país que concorre *par epasso* com os países desenvolvidos mas, na verdade, o único setor que mostra evidentemente o lucro com a exploração do trabalho é o setor agrário isso trás ao Brasil grandes problemas insolúveis nos grandes centros que necessitam do capital humano capacitado para o serviço dos setores secundários e terciários.

patrimonialismo e clientelismo pressupõe uma violência simbólica e visa mostrar que as classes dominantes são mais virtuosas. Isto remete a um constante circularidade de idéias que mantém fixados nos seguintes termos os dominantes e dominados. O que queremos frisar aqui é que o clientelismo e o patrimonialismo utilizam-se de instrumentos de cunho retóricos mas que não promovem nenhuma mudança estrutural para as populações mais desfavorecidas.

Convenientemente nas grandes cidades o controle da população alijada do consumo e remetida cada vez mais à escassez e a pobreza o terror e o medo são eficazes mediadores de controle que assistidos cotidianamente a grande mídia têm o seu papel. Criada esta assimetria as classes superiores se mantêm confortável em seu dinamismo de controle e distante das classes dominadas impedindo que estas ascendam de qualquer forma. A ideologia dominante faz com que o indivíduo seja incapaz de compreender a realidade que o cerca nesta auto-culpabilidade, leva a auto-desvalorização e até a desagregação de laços sociais nas comunidades. Fazem dali seu território de controle com o aval desta população empobrecida subordinada à ignorância e à mediocridade. Existe aí então uma espécie de vácuo garantindo pela escassez de todas as formas, de recursos e de ideais. Os agentes do Estado que deveriam ali fazer o seu papel de intermediadores entre a cidadania e a realidade deste público, não o fazem. Diante da vulnerabilidade das pretensões e de direitos das classes desfavorecidas é possível utilizar a alegabilidade como termo mais preciso para revelar a ausência das relações do poder público com a periferia. O Estado que representa apenas o direito dos ricos também tem a função de garantir de forma precária a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, atuando de forma veemente com o terror para controlar possíveis manifestações populares e descontrole social. A alegabilidade neste contexto pode ser entendida não como ausência de lei e ilegalidade mas como princípio necessário à resistência e adaptação por parte dos moradores destas localidades que foram sendo conduzidas ao descaso das autoridades e destituídas de sua cidadania. Este direito não garante a cidadania do pobre mais, o julgamento é feito nas ruas das comunidades com o aval dos milicianos.

Com a crescente crise até os traficantes começaram a acharcar comerciantes utilizando a forma dos milicianos, essa prática começa a apartir da retração que houve na economia nos dias atuais. Em 2017, os traficantes agiram de forma como se cobrassem as taxas de proteção assim como os milicianos o fazem. Importante notar o *modus operandis* do tráfico que antes era apenas pertencentes aos milicianos. Assim, questionamos: será que houve uma coibição tão grande da

venda de drogas para que tal reação fosse efetivada? Ou será que o Estado, vendo cada vez mais a população erigir seus direitos e leis, se utiliza deste novo *modus operandis* aos grupos que oferecem a retaliação como forma de gerar a insegurança? A insegurança é outro mote para explicar a alegabilidade, o Estado age com base na insegurança para realizar o controle efetivo das massas, elas não saem às ruas e o controle é mais eficaz. O sistema cada vez conhece o indivíduo mais do que ele próprio se conhece. Apesar dos comerciantes pagarem seus impostos eles são alvos dos grupos que “defendem seu patrimônio”, pois existe uma fragilidade dos órgãos de Estado, a polícia se encontra no momento sem inteligência e sem salários, acabam promovendo falsas diligências em casos de abuso destas milícias e do cidadão comum, para parecerem como protagonistas de uma encenação promovida pela mídia.

Falaremos posteriormente sobre o banditismo e suas relações com as comunidades rurais, que simbioticamente mantinham uma espécie de integração. Com o colapso da nossa economia podemos observar atualmente a transfiguração e permanência deste processo e mais uma vez fortalecer o conceito da alegabilidade reforçando os laços dentro de uma realidade do terror e da insegurança. O medo é o grande elo, o amálgama da relação. Estabelece os parâmetros do controle efetivo dos mandatários sobre a população que até reconhece nas ações mais austeras algo de civilidade, pois não há outro parâmetro de comparação. A escassez como já foi pontuado, abre espaço para o clientelismo e outras formas de assimetria e a hierarquia cria uma espécie de barreira à democracia dentro das comunidades. Assim, vereadores dos municípios brasileiros têm um histórico de lidar com um mecanismo de controle em suas localidades, onde a dívida da população com a troca de benesses se torna excessiva ao ponto de heroicizá-los.

Com este poder subvertido cabos eleitorais de outrora em muitas comunidades são os milicianos que batem a porta dos moradores com suas pistolas coagindo para que aceitem o que antes era dádiva como a gatonet, o transporte público e o gás de cozinha. Existe uma transmutação dos “dadivosos” vereadores e a imposição do terror e da subserviência pelas milícias. Se antes eram apenas necessidades como as bicas d’águas na zona oeste, a demanda por serviços nas localidades mais pobres só tem aumentado. Registro mais uma vez que a alegabilidade é uma via de mão dupla onde a sociedade tem que estabelecer uma relação que legitima esta troca. A população não é assistida pelo Estado, e sem leis e normas vindas destas autoridades só resta a negociação com os grupos dominantes reforçando assim a escassez que se faz tão grande, que o sentido da racionalidade se perde e abra as portas para o estabelecimento de uma

subjetividade de insegurança, medo e temores. Porta de entrada que permite a implementação de um Estado de exceção.

As políticas urbanas deixam de ser acreditadas e a justificativa é que a população naturaliza o desmantelamento das práticas democráticas e aceitam medidas cada vez mais desumanas.

## 1.6 O discurso da Alegalidade

Nesse item do trabalho traçaremos considerações sobre os processos de estabelecimento da alegalidade como um lugar da possibilidade da ação dos grupos dos milicianos. Privilegiei as noções que consideram que estes processos envolvem, um complexo de sistemas de várias ordens: econômica, territorial e social. Esta dinâmica serviu de base para considerar que essa nova ordem gera a formação de pactuações que a nível simbólico engendram uma subjetividade que ultrapassa as noções usuais e dicotômicas de legal/ilegal. A alegalidade é uma alteração limítrofe que propõe um novo ordenamento territorial à serviço da população que vive sob o jugo destas propostas milicianas. Digo isso, por ser aqui a alegalidade compreendida como uma relação, um pacto entre as partes envolvidas. De certa forma ela vem como um regulador da configuração barbárie-civilização.

Tomaremos como base de análise neste momento o Trabalho de Ignácio Cano e Thais Duarte, *Só no Sapatinho: A evolução da Milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*, que trás uma série de entrevistas que me ajudaram a compreender como se constitui a alegalidade naqueles espaços e apresenta o discurso sobre o entendimento das milícias por variados atores os moradores, delegados, juizes e promotores.

Várias comunidades da zona oeste se constituem como espaços de violência cotidiana gerada por vários atores. No entanto, o foco neste momento é perceber como a comunidade local se articula, e qual é o seu ponto de vista em relação as propostas milicianas. Este exercício me levou a entender como se dão as manifestações simbólicas no campo da violência e na aceitação por parte dos moradores da imposição de determinado segmento (milicianos) sobre outro (população das comunidades). Ensejo apreender a noção do pacto local em função da segurança,

diminuição de conflitos e bem estar comum.

A metodologia de tomar o discurso como material de análise, contempla verificar se esta articulação instituiu benesses à população da localidade. Na obra de Cano (2012) foram realizadas entrevistas com moradores residentes em áreas de atuação da milícia, e destacaremos, a saber: Tanque, Inhoaíba, Campo Grande, Batan, Campinho, Jacarepaguá.

Ressalta-se que corresponde aos objetivos deste trabalho, compreender os desafios e contradições das mudanças sociais ocorridas naquelas comunidades com a irrupção das práticas milicianas, a partir da perspectiva dos atores locais.

O objetivo é abordar questões que, tensionam o entendimento do que venha a ser o legal, o ilegal e o alega. Neste sentido, a opção metodológica elegeu, na fala dos informantes verificar como estabelecem estas diferenciações, a partir daquela vivência cotidianamente relacionados com as práticas do local.

Sobre as políticas que devem ser efetuadas nas regiões impactadas pelas milícias, na fala do prefeito Cesar Maia (2006-2007) podemos perceber a constatação de que as forças milicianas seriam toleráveis pois este categorizava as milícias “como autodefesa comunitárias”. Esta fala do ex-prefeito foi um marco no período de surgimento das milícias, assim como as conhecemos hoje, e endossa a milícia como um projeto político. Esta fala também se coaduna com o que estamos tentando demonstrar ao longo deste trabalho sobre a questão do conceito de alegalidade, algo que se estabelece como uma alternativa. A milícia como projeto político segundo Marcelo Freixo se fez crescer no exercício do mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2017). Nas falas dos moradores locais, a implantação das milícias como projeto político podem ser percebidas por colocações por meio das falas das lideranças comunitárias, uma delas comentou: “*Eu acho que, daí, particularmente quem começou isto foi o governo Garotinho, com Álvaro Lins*”; outra liderança comunitária contou: “*o presidente da associação de moradores teria que colaborar com o governo, dando informe onde está o armamento e onde está o marginal*” (CANO, 2012, p.61)

Pode ser percebida pelas colocações supracitadas que ambas convergem para uma combinação entre os poderes locais e o governos, como também enfatizam as limitações que sofrem os moradores do local por terem receio, muitas vezes, em cumprir com o acordo. Colocação posta por determinado líder comunitário expressa este fato: “*O governador está chamando a gente para apontar onde o cara está, como é que a gente vai conviver numa*

*comunidade desta? A gente vai morrer...”.*

Para os moradores das comunidades, regra geral, eles compreendem que as milícias são grupos formados, também, por agentes públicos da área de segurança. Neste contexto, em sua concepção esta atuação não é ilegal, à margem do Estado. O que buscam é a sensação de segurança. Conforme a fala de um entrevistado de uma comunidade de Campo Grande:

Olha só a maioria das pessoas gostavam da segurança que eles passavam, mas tem um certo medo também, as pessoas tem certo receio. Mas acho que a maioria não reclamava não. Quando a gente vê que está tendo mesmo uma segurança, que está tendo mesmo este trabalho, aí a gente até se sente seguro. Agora aqui não, a gente pede trinta reais para os caras ficarem ali se coçando então não vale a pena, mas aí para voce pagar para você ter uma segurança, mesmo que voce tenha receio, tenha medo, até vale a pena. (morador da comunidade)

Na nossa percepção, apesar da fala ser atravessada pelo medo e pelo receio que já é um sentimento bastante difundido nestas comunidades prevalece o desejo, a importância que os moradores dão a terem a perspectiva de segurança para si e para os seus. Em outro momento uma moradora de comunidades coloca um diálogo que teve com um miliciano ao passar por certo lugar perigoso: *“Não passa mais por aqui não, porque aqui é deserto, é perigoso e a gente vai olhar a senhora, até a senhora sumir”*. *“E eu não passo mais por aqui não”*. *“Não se arrisca não”*. A moradora encerra sua fala justificando as ações milicianas visto que: *“Então quer dizer, no dia a dia eles são pessoas educadíssimas que não incomodam a comunidade, eles tomam atitudes extremas quando surge um caso, algum acontecimento, quando eles são solicitados, quando a população solicita a ação deles”*. (CANO, 2012, p.84). Outro entrevistado demonstrou a importância da sensação de segurança e apontou a regularização de serviços como um benefício para a comunidade:

Antes da milícia era muita roubalheira, os meninos assaltando cabo de fio de telefone quando cortam, quando fica sem telefone o pessoal dizia que roubaram, agora eu já estou tem o que? Tem uns dois anos que meu telefone funciona normalmente, de lá e quando chegava lá perguntava, *“Ué porque não tem telefone? Roubaram os cabos, agora não roubam porque a milícia está aí, entendeu?”* (CANO, 2012, p. 86)

Um outro momento relaciona as taxas de proteção e a organização de serviços impressos pela milícia no território. No caso da agiotagem, a milícia foi apontada como um agente regulador desta prática no território, sistematizando o empreendimento e eliminando a instabilidade gerada por agiotas não configurados dentro da ordem normativa miliciano, vemos

isso na fala de um entrevistado menor de idade e morador de uma das comunidades:

Tem um agiota, um cara que era da comunidade e não era miliciano. O cara agiotava. Aí, eles falavam assim para ele, “meu irmão, voce tem que parar, só quem pode fazer agiotagem é a gente...” Milícia faz agiotagem, minha filha empresta dinheiro e cobra juros. Se tiver algum agiota eles falam pro cara... se o cara não obedecer, o cara morre também. Tudo eles ameaçam de morte. (morador que não quis se identificar)

Os moradores citam também os serviços assistenciais que são fornecidos pelos milicianos como os cuidados médicos, odontológicos, e a proibição do tráfico sobre penas severas, conforme morador de Campo Grande: *Porque quando a gente vê o tráfico, e os próprios milicianos conhecem os rapazes do tráfico. Se eles não mandam embora, é porque eles também estão envolvidos.* (CANO, 2012,p.91).

Até o momento, analisamos os discursos a partir da perspectivas de moradores de comunidades que vivenciam as práticas milicianas. Suas falas correspondem ao seu posicionamento e são produzidas *a partir do lugar de onde falam* e de suas necessidades. A seguir iremos analisar o posicionamento de outros autores, como delegados e juízes, de forma que devemos nos atentar ao discurso e o posicionamento dos atores. Destacamos no que remete a manifestação discursiva, regra geral, as falas dos atores denotam uma visão de mundo referente ao contexto social em que estão inseridos.

De acordo com Michel Foucault (2007), tanto os setores que representam como o posicionamento destes atores, imprimem diferentes sentido as suas manifestações discursivas. Conforme Foucault (2007): “o discurso é um jogo”.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante se seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quanto tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade silenciosa da consciência de si. Quer seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2007, p.49).

Além do conceito de ilegalidade que frisamos na primeira parte deste item como um conceito que imprime uma aceitação pactuada entre as partes envolvidas, a questão possibilita a utilização de outra categoria analítica, que remete à questão do ‘habitus’ discutida por Pierre

Bourdieu (1997)<sup>52</sup>. Através deste conceito, o autor postula que a aquisição ou o capital que se incorpora social e historicamente, opera de forma transformadora e faz com que reproduzamos as condições sociais de nossa própria produção, no entanto, de forma relativamente imprevisível. Com isto queremos problematizar a questão das categorias e visão de mundo que vem sendo apresentadas ao longo do tempo. Que elas correspondem a uma época e a um lugar, utilizando, por exemplo, Castoriadis podemos refletir sobre a idéia de poder instituidor. Mas há algo sempre aberto que pode ser, atravessadas por novas possibilidades, o imponderável que no âmbito social e psíquico fazem com que as coisas não sejam dadas, são construídas e vão se estabelecendo novos padrões hegemônicos. A quebra de paradigmas é um perfeito exemplo disso, e o conceito de alegaldade situa-se nesta configuração.

Outra colocação, que faz com que busquemos entender a inquietações, que tange a questão das práticas milicianas, se inspiraram na argumentação apresentada por *Roberto Moreira* (2007, p.25) a partir da reflexão referente às elaborações interpretativas que estamos nos debruçando, assim:

Homogeneizar estas elaborações sem situar o contexto histórico distinto no qual falam os autores e sem buscar entender a posição de classe da qual eles falam, pode levar a algumas confusões interpretativas”. A preocupação do autor é distinguir categorias interpretativas que correspondam a definições gerais de um “sentido” historicamente específico. Assim, podemos compreender, segundo o autor, que as narrativas que se traduzem através dos conceitos, não se estabelecem como um dado a priori, e sim que por meio da representação dos poderes hegemônicos sobre uma dada realidade contextualizada historicamente (MOREIRA, 2007, p.25).

O *habitus* social traduz os comportamentos adquiridos pelos grupos sociais em seus espaços de relações objetivas, como um conjunto de acomodações duráveis que determinam ações específicas, desta forma os atores internalizam princípios normativos e códigos, de maneira a serem percebidos como naturais.

No referente à dimensão discursiva no tocante às práticas milicianas nos deteremos agora na visão dos juízes e delegados definidos a priori como atores detentores de poderes instituídos normatizadores da ordem, no contexto da legalidade. Neste momento, estaremos contrapondo as visões de alegaldade e legalidade neste contexto específico.

De acordo com a fala de um delegado, não identificado, que vamos chamar de informante

---

<sup>52</sup> BOURDIEU (1997) ao estudar a grande ‘miséria do mundo’ procura captar a dificuldade de viver, determinados grupos e pessoas, em diferentes situações e países. Note-se que seu enfoque sobre a questão espacial, no caso a urbana, destacando-se a simbolização do espaço, dos lugares como rebatimentos espaciais da hierarquização social.

1, temos a seguinte colocação:

Tiraram os caras do poder político e do poder armado, claro que isso é muito importante. Mas se não enfrentar o poder econômico não vão desfazer a milícia. A milícia é um negócio, a milícia qual é a razão de ser? Qual é a finalidade? É negócio. É dinheiro. A milícia é uma empresa, uma empresa criminosa, uma empresa ilícita, mafiosa, corrupta, mas é umas empresa, é capital, está ai para ganhar dinheiro, ponto. É muito dinheiro, faturamento altíssimo, voce vai juntando as fontes básicas de receitas, transporte alternativo, gás, gatonet é muito dinheiro [...] voce tem estas variantes de milícia , e todas estas fontes de receita ficaram entocadas, continuam funcionando em pleno vapor. Então, você não pode imaginar enfrentar um negócio criminoso sem tocar na gênese do problema. (CANO, 2012, p. 112)

Outro delegado, não identificado que chamaremos de informante 2 , apresenta outras condicionantes para o poder da milícia:

O principal seria tão logo houvesse uma atuação de combate à milícia em determinada localidade, ir com um choque social, mostrando para as pessoas que é possível acreditar no Estado, que eles vão ter infraestrutura para poder viver com dignidade e aí a partir disso, elas vão poder confiar mais na polícia. Se por ventura surgir aí uma nova tentativa de implementação de milícia, estas pessoas terão mais recursos para procurar um agente do Estado e denunciar. Eu acho que o Estado tem que dar este choque social. (CANO, 2012, p. 114)

Já o delegado informante 3, esclarece:

O Estado não enfrentou a atividades da milícia, enfrentou os milicianos, mas não enfrentou as milícias em si. Porque na medida em que não enfrenta as atividades econômicas, razão de ser e fim das milícias, não enfrentou as milícias. Senão, a gente vai imaginar que as milícias são um fenômeno individualizado, personificado na figura daquelas pessoas.(IDEM , 2012)

Á luz do conceito de alegabilidade, não é possível encontrar a mesma ressonância relativa a uma aceitação do “pacto” estabelecido do que pudemos perceber nas vozes dos entrevistados moradores de comunidades sob o jugo da milícia. No caso dos entrevistados, foi frisado o caráter criminoso da milícia, o que é bastante condizente com o *lugar de onde falam*. E colocaram o combate do poderio econômico como peça chave para o desmonte da organização. Não citaram a questão da segurança, que foi constantemente colocada pelo grupo e moradores. No entanto, reconheceram a carência de ações sociais, carências estas, que inclui a falta e confiança no Estado por parte desta população. Mesmo não havendo uma colocação efetiva que pressuponha a questão da alegabilidade do ponto de vista destes atores, ela permeia através do discurso de uma determinada aceitação e na criação de um espaço que subjaz a relação dos moradores com a

milícia. Ou seja, ele reconhece que a milícia é criminosa, que é uma empresa com alto lucro, que para combatê-la só seria possível pelo viés econômico, e que tem que ser desmontada, e ser atendida a demanda social nas comunidades para que possam confiar no Estado. Mas nada de efetivo foi feito. O pacto gerado pela ilegalidade, vivenciado nas comunidades, ocupa este vazio da legalidade que é reconhecido pelos delegados.

No ponto de vista dos juízes a falta de testemunhas é um entrave para que se combata a organização miliciana: *“Do processo dessa Liga da Justiça, só sobrou uma testemunha viva. E a gente tinha no júri de Campo Grande, a gente tinha esta característica: a testemunha ia na delegacia e ela contava uma história. Quando ela chegava em juízo ela desmentia aquilo tudo e depois que ela desmentia, ela desaparecia”*(CANO, 2012, p.104). Esta foi a fala de um juiz não identificado, que demonstra como que estrutura legal não tem condições de executar um trabalho de combate contínuo para com as às milícias. Os moradores não se arriscam a confiar na estrutura legal do Estado, e preferem manter a sensação de segurança advinda da prática miliciana no contexto de ilegalidade no território. Seja por medo, ameaça, terror, enfim, o que importa é manter o instrumento necessário para que se mantenha alguma ordenação no território, que estão sob o controle da milícia.

Outro Juiz, não identificado, problematiza ainda mais a questão ao nos revelar a nitidez da ilegalidade do traficante, mas encontra dificuldade em dar conta da ilegalidade dos milicianos que muitas vezes são agentes do Estado. O cidadão reconhece muitas vezes no agente do Estado, que é milícia, o protetor, a lei, ou seja, as esferas se confundem e não há a separação necessária entre grupos (legal/ilegal) para que se institua uma ação ofensiva de combate a milícia. O miliciano transita no Estado, e muitas vezes é membro do próprio Estado:

O perfil do miliciano eu acho pior do que o perfil do traficante porque esses são muitas vezes agentes do Estado, que acham que têm um poder ilimitado e que são intocáveis, e que nada nunca vai acontecer com eles. Então eles são extremamente desafiadores. Eu acho que... não é que exista moral no crime, nem ética, nem nada. Mas eu acho que até pela forma que eles conseguem manipular todo o sistema da polícia e tudo o mais, eu acho mais grave do que o tráfico. Acho mais difícil você combater a milícia do que o tráfico. (CANO, 2012, p.100)

A repressão estatal não conseguiu desarticular as milícias, apenas enfraquecê-las. Nos centramos, neste trabalho, em comunidades em que as milícias detiveram o seu controle. O juízo de valor referidos a estes grupos são difíceis de categorizar, principalmente se confrontarmos as

falas dos moradores com a fala de juízes e delegados. Para os moradores o conceito de alegalidade se expressa pela formação de compromisso que pressupõe a troca de domínio pelo território pela sensação de segurança, no limiar entre o legal e o ilegal. Para os poderes públicos, a alegalidade se expressa por ter um continente legal, nas atividades ilegais das práticas milicianas, passando muitas vezes a idéia de um “mal menor”, já que estes coordenam certas ações de ordenamento do território.

## 2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

### 2.1 A construção da identidade brasileira

Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, influenciados pela realidade em que viviam, formularam interpretações originais sobre a sociedade brasileira. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. propôs interpretar o Brasil buscando elucidar os nexos de subordinação externa em que se processara a colonização e que ainda persistiam no presente. O Brasil do tempo da obra de Caio Prado (anos 1930/40) era um país que não “tomou forma”; viviam-se resquícios de um passado colonial, sobretudo na esfera econômica: praticava-se ainda uma economia voltada para os mercados externos baseada na produção extensiva e, conseqüentemente, desfavorecia a organização de um mercado interno; o trabalho livre ainda não estava organizado em todo o país. Portanto, o autor buscou delinear nesta obra o que ele denominou o “sentido da colonização” do Brasil. Compreender esse sentido era entender a realidade brasileira, sua formação e problemáticas. Em sua interpretação, a história do Brasil ergueu-se sobre os alicerces da dependência em relação às regras da economia internacional, excluindo-se assim, as bases para a construção de um projeto de nação autônoma diante de seus colonizadores.

Prado Jr. utiliza a idéia de processo histórico de longa duração para explicar a formação do Brasil contemporâneo, aproximando-se da tese marxista. Como se vê, o autor propõe uma interpretação histórica pautada em critérios eminentemente econômicos, ou seja, norteadas pela constatação de como a produção e a reprodução da vida material determinam o caráter das relações sociais. Prado Jr., ao descrever a forma de exploração da terra, implantada pelos colonizadores no Brasil, utiliza o mesmo pressuposto, afirmando que os três elementos principais presentes na agricultura colonial (a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo) são conseqüências naturais e necessárias, decorrentes do modelo imposto pelo processo de expansão ultramarina portuguesa. Para o autor, esta lógica explica a caracterização do tipo de unidade familiar, que está na base da estrutura social da Colônia.

Em sua análise do sentido da colonização do Brasil, Prado Jr. estabelece que não foi tanto

a forma de produzir implantada na Colônia que constituiu a questão mais importante, e sim a circulação comercial dos produtos em direção ao exterior. Se o autor descartou o mercado interno como objeto central de sua análise, nem considerou os sistemas produtivos, isto deriva do fato de que sua interpretação da história do Brasil tinha por objetivo precisamente apontar para o processo de formação deste mercado, cujo crescimento, estava sendo obstruído pelas características exportadoras coloniais, da economia. Na opinião do autor, os sistemas produtivos somente se fortaleceriam, o mercado interno somente se constituiria e a sociedade somente se organizaria com a liquidação deste caráter exportador.

De acordo com as questões nacionalistas impostas na década de 1930 pelo governo de Getúlio Vargas, Caio Prado Jr. postulava que a história do Brasil deveria ser analisada a partir do prisma da formação de sua economia agroexportadora dependente do mercado externo, de modo que a compreensão deste processo permitisse o vislumbre de soluções para os problemas enfrentados pelo país naquele momento.

A matriz teórica de Prado Jr. bem como a de Sérgio Buarque de Holanda tinha sua origem no pensamento europeu, e seus pressupostos convergiam para uma idéia comum: o conhecimento do passado deveria estar vinculado aos problemas do presente. Podemos observar um ponto distintivo entre as duas obras. Enquanto Prado Jr. delineou o caminho dos processos econômicos que formaram a estrutura da sociedade brasileira, Holanda delineou os aspectos culturais desta mesma sociedade, sugerindo que a dissolução da ordem tradicional (nos anos 1930) ocasionava contradições não resolvidas — que nascem no nível das estruturas sociais e se manifestam no das instituições e idéias políticas.

Publicado em 1936, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é um clássico na historiografia brasileira por trazer à discussão acadêmica os fundamentos da sociedade brasileira que pudessem explicar a sociedade tradicional e o fato de ainda sermos “desterrados em nossa terra”. Holanda procura explicar a formação da sociedade brasileira, marcada pela herança ibérica (que se formou na fronteira da Europa não sendo, portanto, definidas pelo “europeísmo” característicos das outras nações vizinhas). Neste sentido, os países ibéricos possuem uma característica peculiar, uma “cultura da personalidade” tributária de sua originalidade nacional. Essa mentalidade, que denuncia a falta de uma racionalização da vida política, foi transportada para o Novo Mundo. Deste modo, Holanda tece as explicações para o fato de que uma nação tão rica como o Brasil estar mergulhada no atraso cultural, social e econômico.

A argumentação de *Raízes do Brasil* está circunscrita à idéia de que o Brasil é uma sociedade que não deu certo, porque faltaram elementos importantes em sua formação histórica. São idealizados os valores da cultura do individualismo burguês, que não teria encontrado lugar no caráter brasileiro. Resulta daí uma combinação de interesses e concepções tradicionais e modernas que, utilizando a expressão de José de Souza Martins, justificariam o “poder do atraso”, a persistência do passado de dominação política patrimonial. No último capítulo de *Raízes*, SBH dirá da necessidade de uma “revolução vertical” capaz de destruir os arcaísmo da sociedade brasileira.

No capítulo da obra intitulada “Fronteira da Europa”, o autor faz referência ao extremado personalismo dos portugueses, à sua “tibieza de espírito de organização” e ao seu sentimento irracional no concernente aos privilégios e às hierarquias. Estas características da mentalidade portuguesa foram determinantes para que Portugal se tornasse uma nação colonizadora e também determinaram a configuração cultural da jovem nação brasileira.

Para Holanda, a identidade do homem brasileiro, esta vinculada à origem portuguesa. Utilizando um “tipo ideal” como se afigura na tipologia de Weber, o autor cria a noção de *homem cordial*. Este indivíduo, fruto da colonização portuguesa, encontrava no ambiente colonial a prevalência da personificação do poder e a primazia do privado sobre o coletivo. Podemos partir da premissa que a *cordialidade* originou práticas autoritárias de poder que, aliadas à compreensão da realidade nacional através do ponto de vista europeu, produziram governantes alheios às necessidades da população. Deste modo, ao analisar o pensamento liberal-democrático mostra que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseado nos valores cordiais. Tais reflexões caracterizam a obra de Holanda como uma crítica ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas, fatores inalienáveis às explicações sobre o Brasil.

Em relação ao mundo rural, pode-se dizer que Holanda inaugura a tese ruralista da sociedade brasileira. Para o autor, a fisionomia do Brasil definia-se pela dicotomia rural-urbano, sendo que o predomínio da vida rural e suas instituições como a escravidão, o patriarcado e o latifúndio dominavam e estabeleciam as relações econômico-sociais e culturais brasileiras. A “herança rural” era o legado que a colonização portuguesa transmitia aos brasileiros após a independência e, seguramente, na República Velha até a década de 1930, quando se começou a questionar a tese da “vocaçao agrária do país”. Por outro lado, como consequência do desenvolvimento de uma sólida base urbana e deslocamento do centro da gravidade do campo

para a cidade, a questão da estruturação e adequação das instituições políticas estava colocada pra a sociedade brasileira. E mais, o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira é definido como sendo o da superação das formas rurais e arcaicas, que predominam na organização social colonial, pelas formas urbanas e modernas engendradas pelo desenvolvimento capitalista.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a Revolução comercial caracterizada pelas grandes navegações e das conseqüentes descobertas ultramarinas, determina o desenvolvimento mercantil e o alvorecer da Idade moderna, o fim do sistema feudal e de novas relações sociais. Estas novas relações sociais, provém de uma de expansão da área geográfica de trocas, do aumento de volume das trocas e a incorporação de grandes regiões ao mundo já conhecido. Então para isso foi necessário o aparecimento de novas técnicas que tornassem mais rápidas as embarcações e ao mesmo tempo, ampliassem a capacidade de carga dos navios. As transações foram regradas com o aparecimento das letras de câmbio, flexibilizando assim a forma anterior de regime de trocas. O tipo de economia circunscrita apenas a determinadas áreas foi desaparecendo na medida em que a Revolução comercial tomava rumo. Com o fim das relações que marcaram a Idade Média, surge uma nova classe social: a Burguesia. Esta nova força arrasta toda a sociedade para um novo conjunto de relações, num quadro histórico diverso daquele que existia anteriormente.

Portugal surge neste contexto se beneficiando de seu estatuto de Estado Nacional, do seu posicionamento geográfico e das suas conquistas, para empreender algo bastante importante, dentro de estratégias fundadas na: *“cuidadosa e fria montagem que caracteriza os empreendimentos comerciais de importância”*. (SODRE, 1967, p.14).

Apesar da entrada do Brasil no contexto econômico mundial, Portugal garantia seu comércio com o oriente. O grupo mercantil português partia então para buscar novos caminhos marítimos, passando as rotas a serem oceânicas. Sem entrar no mérito se o descobrimento foi ocasional ou não, o fato importante para os portugueses era garantir o comércio com o oriente a todo custo, as especiarias eram deveras importantes, para garantir que produtos perecíveis como carnes e queijos tivessem como se conservar mais tempo, além do comércio de vestimentas e outros, garantindo a distribuição e consumo dentro do território europeu. A princípio, o Brasil fica a margem dos interesses portugueses, mas aos poucos com a construção das feitorias nas áreas litorâneas vai sendo introduzido no circuito econômico. Nelson Werneck Sodré mostra que as primeiras incursões de Portugal sobre o novo território além de definirem este aspecto de

exploração, irá influenciar na repartição de classes deste lado do continente. Na fase das feitorias o trabalho forçado dos indígenas é esporádico, mas não menos rendoso aos que exploravam o pau Brasil, e não menos agressivo as relações coletivas mantidas pelos indígenas.

Apesar de caminhar economicamente para a modernidade as leis portuguesas tinham características feudais. Os poucos indivíduos que aqui aportavam eram oriundos de uma pequena nobreza de Portugal, que revelam traços que influenciaram em muito na construção da sociedade colonial brasileira. No país ibérico, a conquista sobre os árabes e a garantia de novas terras, resultaram na integração territorial da nação portuguesa, sua nobreza era integrada por grande parte do clero que era beneficiado com doações à medida que os árabes eram expulsos de suas antigas posses. A casta mercantil sempre foi muito arguta e mantinha comércio com Flandres e Inglaterra. O grupo mercantil era deveras importante para a sociedade portuguesa e estava por trás dos grandes empreendimentos.

Quando tem início a obra da colonização, são transferidas para o Brasil levas de pessoas destinadas à fixação nas terras, isso trará como novos padrões de comportamento, crenças e instituições que conseqüentemente sofrerão transformações. No Brasil, diferentemente da América espanhola, a mineração não foi atividade exercida nos primeiros tempos, e a exploração colonial teria que encontrar outras bases. Assim, a atividade agrícola se desenvolveu, o que trará profundas conseqüências nas relações de classe, de cunho escravocrata, regulando-as e mostrando a distinção entre elas com base na propriedade territorial<sup>53</sup>. Com as capitanias donos de terras terão poderes “majestáticos.” O rei repartirá o território em largas faixas e garantirá amplos direitos aos representantes, lhes permitirá o usufruto da extensão total da terra, a posse plena de algumas áreas e o direito de conceder outras áreas, chamadas sesmarias, tudo dentro dos forais e na obediência às leis do reino. O instituto da sesmaria já era prática conhecida na Roma antiga, que tinha como principal função fomentar a utilização da terra, quando não cultivada era retirada do antigo dono e passada para outro que viesse a plantar e colher seus frutos. No caso das terras brasileiras que não tinham antecedentes de posse as terras voltariam para a coroa. Como a extensão das terras era muito grande, muitos donatários por falta de recursos não foram à frente.

A propriedade era onde repousava toda a articulação econômica e a terra sendo o bem por excelência, serviria para diferenciar as classes sociais. Mas, ainda assim, a posse da terra deveria

---

<sup>53</sup> O termo nobreza será deslocado e adaptado às novas relações e a extensão da propriedade distinguirá uma classe da outra.

ser complementada com o regime de trabalho, ou seja, o trabalho escravo passa a garantir os elementos essenciais do desenvolvimento mercantil. Neste sentido, o tráfico será muito rendoso e populações serão removidas à força do continente africano. As regiões ultramarinas ficarão incumbidas de fornecer gêneros ao continente europeu com o uso do trabalho escravo.

Na colônia não existia coisa pública, tudo girava em torno da ordem privada, mesmo porque não existia o “povo” vivendo de seu trabalho, a remuneração salarial não tinha espaço, assim como o trabalho livre. O exercício da propriedade, ou seja, a propriedade da terra e a do escravo é o que irá caracterizar e definir a classe e o sistema. Desse modo, podemos afirmar que não existia uma classe média e muito menos uma burguesia, pois as relações de produção eram baseadas no sistema escravocrata.

Com a descoberta de ouro a partir do século XVIII, uma nova elite de intelectuais, comerciantes, militares e funcionários públicos começam a fazer parte do cenário político das nossas cidades, principalmente o Rio de Janeiro, que começa a se tornar principal entreposto comercial onde as relações se diversificavam e se avolumavam. O Vice-reinado da Bahia passa para o Rio de Janeiro, a importância gerada pelo comércio do ouro e o aumento da população intensificavam as insatisfações perante a metrópole e fazem surgir um número cada vez maior de manifestações contestando os poderes de Portugal sobre a colônia. Com isso o Governo toma enérgicas atitudes.

Segundo Jurandir Freire Costa em seu livro “Ordem médica e norma familiar”(2004):  
*“Datam dessa época os primeiros esforços sistemáticos para controlar a cidade e a população em função dos interesses do Estado. O Rio, por sua posição estratégica do ponto de vista econômico e militar, vai converter-se em laboratório destas experiências.”* (COSTA, 2004,p.20).

É interessante destacar o papel da polícia desde os seus primórdios. Devido as constantes disputas cotidianas envolvendo os mais diversos interesses, entre os setores da elite dominante na época como Igreja, governadores, Senado e Câmara, a polícia tinha sérias dificuldades em cumprir as leis e por isso era obrigada a se render aos interesses privados. A figura dos “quadrilheiros”<sup>54</sup> nasce por uma demanda destas elites que, movida por seus interesses particulares, faziam o recrutamento dos membros na população civil.

---

<sup>54</sup> O conceito de “Quadrilheiros” foi desenvolvido por Jurandir Freire, buscando relacioná-los aos grupos civis recrutados para defender as elites no período. Ele cunha este termo no livro “Ordem médica e norma familiar”(2004).

apesar de terem sua chefia própria e dependerem formalmente da justiça os quadrilheiros subordinavam-se freqüentemente à autoridade pessoal dos Governadores ou ao senado da Câmara. Não havia um comando único nem uma lei suficientemente clara que orientasse a ação policial num sentido mais preciso. A criação das guardas municipais, em 1788, apenas deu novo nome à antiga situação (COSTA, 2004,p.21).

A partir de 1808 a polícia passou por uma reconfiguração. Dom João criou a Intendência a fim de garantir a centralização e fortalecer o poder da polícia. Esta policia fazia de tudo um pouco na cidade do Rio de Janeiro. Devido a sua localização e seu terreno ser bastante alagadiço, era dever da polícia, construir pontes, redes de esgotos, drenar pântanos, e não obstante a isso era seu papel também coibir a ação dos meliantes e vagabundos que surgiam em grande número, pois a repressão colonial era estritamente punitiva, aquela época a prevenção do crime não existia, a população punida reincidia sistematicamente. Era sabido pelo governo que as causas da reincidência era a vagabundagem e a ociosidade, o atraso cultural e econômico mantido por Portugal ao Brasil, dificultava que a disciplina ao trabalho, a falta de escolas, ou até de valores familiares, ajudasse o Estado no controle da marginalidade. O Estado não dispunha de instrumentos de controle que implicasse no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Estado buscou em duas de suas instituições mais importantes: a Igreja e o Exército, uma forma de garantir o controle sobre a população. Os jesuítas se aproximaram das famílias e acabaram promovendo mais dissenso do que controle naqueles tempos em que os governantes precisavam com urgência utilizar dos dispositivos disciplinares à serviço da Coroa. A partir de então o Estado procura na disciplina militar um melhor remédio para aplacar todo e qualquer motivo de desordem. Ouve uma tentativa de por parte do estado do emprego sistemático da disciplina militar no combate á desordem. Os “terços” surgiram como tropas auxiliares do corpo regular do exército e tinha como característica menor exigência de disciplina física e ocupação do tempo dos soldados. Os terços surgiram como solução, pois representava grande economia ao Estado, pois diferente das tropas regulares, com seus próprios recursos os recrutas se fardavam e compravam suas armas, não recebiam soldo. Não recaia sobre eles, a dura vida na caserna. Por motivo de prestígio e poder a população preferia servir nos terços, devido as eventuais vantagens econômicas que de que podiam usufruir. Os chefes dos terços eram constantemente requisitados por negociantes, para sua proteção. Esta espécie de “milícia civil” era preferida pelos negociantes e pela elite que garantiam nela sua proteção. O Estado desta forma entrava no jogo. Economizava, pois diferentemente das tropas regulares, os “terços” não recebiam o soldo do

exército e se armavam e se vestiam custeados pelos serviços prestados a comunidade. O Estado então unia seu interesse econômico e militar com os interesses privados da população que precisava de segurança. O Estado usava como pretexto para a legitimação dos terços a idéia de que a população deveria criar o hábito de respeitar os pequenos grupos para que progressivamente o respeito às instâncias maiores naturalmente viesse a emergir.

A população engajada nas tropas auxiliares (terços) extraía benefícios econômicos (proteção nos negócios, preservação do tempo em função dos interesses privados) e de poder (participação na repressão). O apelo a ordem não se fazia apenas na legalidade soberana, voltada exclusivamente para interesses do Governo. Aos soldados auxiliares eram prometidos um certo número de favores. A legalidade surgia como portadora de vantagens pessoais. A sabotagem econômica e a subversão política convertiam-se em crime lesa população. Defendendo o Estado a população acreditava defender – se a si mesma. O caráter excessivo da justiça real era assim atenuado. A repressão ocultava seu caráter punitivo e expunha sua faceta integradora (COSTA, 2004, pag.26)

Nesta mixórdia de mandos e desmandos, o aparato jurídico policial colonial não dá conta do ordenamento urbano. O Estado então recorre a novos artifícios para enquadrar a população e submeter esta a sua vontade, segundo Jurandir de Freire Costa:

Este é o momento da inserção da medicina higiênica no corpo político dos indivíduos. A medicina que desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada na Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. Este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. (COSTA, 2004, p.28)

Esta lógica da higiene se desdobrou ao ponto de intervir tanto nos grupos sociais primários quanto nos modelos de urbanização. Desde a colônia o privado se impunha ao público e as elites tinham suas casas em lotes grandiosos que faziam limite com as ruas, a cidade era toda tomada pelas propriedades privadas. O desprezo às ruas foi paulatinamente incorporado, pois os cidadãos ficavam a maior parte do tempo em suas casas. As elites coloniais só as freqüentavam em momentos de festas religiosas ou cívicas. As cidades funcionavam como extensão das propriedades rurais onde as famílias tinham o monopólio sobre as instituições municipais. As famílias coloniais tomaram tamanha força que competiam com o poder da metrópole.

A elite urbana dos dias de hoje guarda os resquícios da elite latifundiária colonial. A família burguesa brasileira traz o gene da família latifundiária de outrora nos preconceitos e

iniciativas conservadoras. Na trajetória da construção de seu individualismo utilitarista, as elites brasileiras associaram a eugenia à higiene, criando estratégias cada vez mais sutis para garantir sua política de limpeza étnica tendo seu respaldo na ciência. Como afirma Jurandir Freire Costa: *“Toda formação social que pudesse fraturar o mito da sua universalidade era sistematicamente aniquilada. A família escrava foi destruída pela violência física e a dos homens livres pobres, pela corrupção, pelo favor e pelo clientelismo.”* (COSTA. 2004, p.37)

O aparecimento da atividade mineradora será um elemento que alterará a estrutura da sociedade colonial até então. A Coroa portuguesa lucrara formidavelmente como beneficiária econômica e financeira daquela atividade. O trabalho na mineração deixara pouca margem para participação de elementos locais e elevava o preço dos escravos, muitos trabalhadores saíram das zonas agrícolas para as áreas mineradoras, alterando assim a atividade tradicional. O declínio da atividade mercantil esteve ligado diretamente ao desmedido esbanjamento da Coroa com benefícios dados à nobreza e a perseguição e expulsão dos judeus, trazendo impacto às atividades comerciais. A exploração mineradora trouxe ao Brasil a lógica do desperdício e do esbanjamento, a mera transferência das riquezas para Portugal. Na metrópole o esbanjamento com obras suntuosas, não esconderá o desmonte da estrutura econômica da época. Mas a espoliação mineradora vai colocar as classes dominantes na colônia e na metrópole em conflito, levando ao movimento de Independência, mas sem alterar em profundidade o plano sócio-econômico estabelecido. Este ciclo econômico será importante, pois, começa a intensificação do mercado interno, com rede de estradas ligando as regiões. Com a circulação interna da economia se acentua o trabalho livre e começa as primeiras condições para o estabelecimento de uma vida urbana. A sociedade começa gradualmente a apresentar uma lógica diferente se distanciando da fisionomia antiga. A cidade vai passar a adquirir outras funções, começa a surgir uma divisão progressiva do trabalho. Mas a classe dirigente continuará esboçando sua indiferença, tendo horror ao trabalho que exija esforço ou habilidade física e tratando o comércio como algo inferior e de pouco prestígio.

O aumento demográfico foi garantido por aqueles que não encontravam lugar na atividade agrícola. Formam-se os setores judiciário, fiscal e administrativo. O aparecimento das milícias, coagindo os meliantes de um lado, e o clero de outro, garantiam posição social às almas perdidas, aos elementos da terra. Os escravos faziam a maior parte dos trabalhos nas cidades, atuando em grande parte nos domicílios. Neste período foi importante o aparecimento de uma classe média

com características urbanas, inteiramente afastada da terra, ao mesmo tempo, que surgiu uma classe trabalhadora remunerada, distinta da massa de escravos. A classe proprietária não era mais tão ligada à Coroa e estava se afastando cada vez mais da mesma.

No século XVIII a acumulação capitalista chega a um nível que possibilitou a passagem para uma nova etapa de desenvolvimento. A Revolução Industrial trouxe consigo transformações profundas e o antigo modelo colonial apresentou-se ao mundo como entrave para a nova forma de exploração. Não havendo um consórcio de interesses das elites econômicas das colônias e da metrópole, o que se viu foi o dismantelamento da supremacia ibérica. Os proprietários na colônia aos poucos foram se libertando da subordinação política com a metrópole, e fortalecendo as relações com o comércio exterior. A classe proprietária fortalece sua primazia e seus interesses privados, a Independência do Brasil em nada altera seu posicionamento, pois nada tinha de revolucionário. Conflitos ocorreram ainda no sul do país e, com as forças imperiais, surge uma classe média na fase que se estende da abdicação do primeiro imperador até a maioria do segundo.

O processo da transição de poderes se encaminha, e o recrutamento de elementos que garantirão, através do aparelhamento político o poder dos proprietários, se faz presente: “*Havia de preencher as assembleias legislativas provinciais e a geral, que prover as funções judiciárias, que dar forma à força militar. É na classe média que vão recrutar muitos destes elementos.*” (SODRÉ, 1967, pág.40).

Outros cargos serão de domínio da própria classe proprietária, então surgem os cursos jurídicos para preparar esta elite econômica para os quadros administrativos e políticos capacitando quem viesse a representar o governo.

O quadro que se identifica é de uma sociedade comandada por proprietários de terra, com uma classe média sem força alguma para alterar mudanças, e de uma classe trabalhadora que era representada pela maioria de escravos. Surge então um aspecto de representação política, a ser conturbado por manifestações e leis severas. “*Na fachada, realmente, dentro dos padrões do liberalismo, há possibilidade para manifestar tendências e pleitear direitos. No fundo, a ausência total de possibilidade para uma e outra coisa, a evidente desigualdade que traduzia o quadro real*”. (SODRÉ, 1967, pág.40).

Na passagem da colônia para país autônomo, muitas coisas foram sendo modificadas paralelamente, mas muitas permaneceram – apesar de surgir uma classe afastada da propriedade

territorial, a terra e o escravo ainda era base de tudo. Não houve mudança substancial para classe senhorial, a classe média que emergia, se apoiaria em novas atividades que surgiam na época. Mas o que acontece é que sob o impulso da Revolução industrial, o tráfico negreiro começa a extinguir, a propriedade rural começa a ter que viver do crescimento vegetativo das populações existentes e o capital disponível, criam novas aplicações que só eram possibilitadas nas atividades urbanas. Começa a aparecer elementos da atividade industrial, assumindo novas formas. Saindo do estágio do artesanato e da produção doméstica, o estreito mercado de trabalho começa a se ampliar, ao lado ainda do trabalho escravo que ainda era grande. No quadro rural o trabalho escravo ainda iria permanecer firmemente. O trabalho livre será preponderantemente urbano e na cidade sempre encontrará condições de desenvolvimento. A Abolição não correspondeu a nenhuma alteração essencial na sociedade brasileira, pois não abalou a hierarquia social, e não subverteu o regime de propriedade. A Abolição fixaria sim contrastes antigos, com gritante clareza em vez de atenuá-los. Uma burguesia surgia de maneira vagarosa, através das relações comerciais externas e internas, buscando representação na vida política. Esta classe que fornecia trabalho crescia, mas sem possibilidade de influir na transformação social e política, e com a acumulação de mão de obra disponível, não se fortalecia, pois não havia correspondência total com a demanda da mão-de-obra.

Mesmo com a queda da monarquia, a estrutura econômica em nada mudou. A República operava lentamente transformações. A representação política ganharia maior flexibilidade e grupos que desenvolviam no quadro urbano atividades comerciais começaram a participar. Ocorreram distensões, crise nos laços de dependência, e alguns denunciavam que grupos da mesma classe eram contemplados na distribuição das riquezas e no amparo que o Estado garantia. Com a chamada “política dos governadores”, a política se reajusta no quadro da realidade, as oligarquias são representadas por estes, e o domínio dos proprietários rurais é fortalecido mais uma vez. Com o advento do ciclo cafeeiro, enormes quantias de capital externo chegavam ao país, o mercado interno se desenvolvia, a mão de obra imigrante trazia novidades para a economia. Neste período a acumulação capitalista no campo internacional chegará a níveis nunca antes vistos, e no espaço geográfico a economia das áreas americanas serão pautadas pela disputa de mercado. A entrada de capitais no Brasil, para exploração de serviços públicos, será uma marco para o desenvolvimento dos transportes, aparelhamento portuário, e serviços urbanos como água, esgoto e eletricidade. Este período de acumulação capitalista leva também a

articulação dos monopólios e dependência do capital estrangeiro.

Explorar a riqueza nacional em prol dos brasileiros ficava mais difícil, pois a estrutura colonial ainda estava presente e as concessões que os estrangeiros obtinham, em explorar o território brasileiro, neutralizavam o avanço e a aplicação dos capitais nacionais. Fica difícil então a ascensão de uma burguesia impulsionadora de investimentos capaz de modificar a fisionomia colonial brasileira. Contudo, o espaço ocupado pela classe média foi ampliado, atividades urbanas se diversificaram e ela será acomodada com o tempo ao conjunto, pois vinda em boa parte a classe dominante conservará dela a ética, suas normas e padrões.

Com o surgimento da indústria surge a classe operária, e o trabalho livre apesar de sofrer com as heranças do passado colonial, encontrara sua expansão no surto industrial. De qualquer forma o operariado não terá expressão política, e participará de forma rudimentar na vida pública. Nas discussões das políticas partidárias, incapaz de seguir seu próprio rumo, esta classe se mostrará pouco atuante e perdida, servindo de joguete nas articulações políticas. Mas com o tempo a classe operária urbana, já no final do séc. XIX, compreenderá seu papel e passará a atuar na vida política dentro das possibilidades condicionadas pela estrutura vigente. Com o aumento do parque industrial brasileiro e o acontecimento da Revolução Russa, a classe operária começa a vislumbrar melhores possibilidades, abandonando as linhas anarquistas e formando um partido de classe. O Partido Comunista fará com que a classe operária seja motivo de grande disputa no jogo das competições internas, e garantirá a criação de uma legislação trabalhista. A Revolução de 1930 será importante para o surgimento de uma classe média que estará à frente dos descontentamentos.

Nelson Werneck Sodré certamente esperava que neste momento atual, o proletariado cumprisse seu papel histórico, pois quando escreveu *A Revolução Brasileira*, os paradigmas estavam bem avivados. Com o fim do socialismo muita coisa mudou, mas ainda externamos muito do passado colonial. Hoje ainda estamos a mercê das oligarquias donas de verdadeiras imensidões de terras. O jogo político continua com as mesmas características morais dos oligarcas, trazendo prejuízo a democracia brasileira.

Regina Bruno em seu livro “Senhores da terra, senhores da Guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil” (1997), revela como ainda é comum para a elite agrária dar rumos à política brasileira, sendo influentes nos assuntos que norteiam a vida de todos. Com a chegada da década de 1980, uma nova retórica de legitimidades das elites agrárias vem à tona,

um novo discurso mostra a ascensão de um novo patronato rural que se estabelece junto com a modernização agrícola, e se utiliza das velhas práticas e dos antigos argumentos para garantir sua hegemonia de grandes proprietários de terra. Isso revela a tentativa de renovação de mecanismos de legitimação de estruturas de poder de grandes proprietários e empresários rurais, um novo tipo de mando que continuamente renova a dominação e exploração os trabalhadores rurais. Além disso, em relação a questão fundiária, o que ocorre é que as elites agrárias lutam para ampliar suas propriedades para além das fronteiras historicamente estabelecidas. Como vimos apesar das diferenças há uma identidade social básica no conjunto do patronato rural brasileiro, uma racionalidade uniformizadora garante os interesses dos empresários rurais e donos de terra. Esta identidade se reúne em torno de questões prioritárias para manutenção do poder e exercício da dominação, como ampliação da representação e assim possibilitar maior percentual de barganha junto ao Estado e perante a sociedade, a necessidade da construção de um discurso ideológico e político, a defesa do monopólio fundiário. Com a crise que se seguiu que abalaram as representações tradicionais dos proprietários de terra e dos empresários rurais, se tornou necessário buscar um novo discurso de legitimação do patronato rural, pois perceberam que nem tudo se resumia a crédito fácil e barato, em incentivos fiscais e intocabilidade da propriedade rural. Hoje, a Bancada Ruralista no Congresso Nacional só perde para as empreiteiras e os militares, o bloco ruralista como é chamada a frente parlamentar, corresponde a 28% do conjunto de parlamentares e envolve representantes dos mais diversos partidos. A prioridade da política agrícola hoje é a total subordinação da política fundiária à política agrícola. E a luta frente parlamentar hoje é desqualificar cada vez mais o discurso da luta pelas terras e defender o monopólio fundiário.

Finalizando esta reflexão buscamos retratar a constituição da formação da sociedade brasileira do período colonial até os tempos atuais. É importante neste momento citar brevemente algumas considerações de Jessé de Souza na obra “A Tólice da Inteligência Brasileira” (2015). O autor refuta alguns conceitos que apresentamos como a do patrimonialismo como uma idéia que serve para efeitos de “demonização” do Estado e deixando em segundo plano, uma crítica aos mecanismos do mercado e do “capital”. *“Essa é a idéia força fundamental do liberalismo brasileiro por boas razões, afinal, poucas vezes em que verificou historicamente qualquer preocupação política com as demandas das classes populares, estas sempre partiram do Estado”* (SOUZA, 2015, p. 53). O autor prossegue mostrando que existe um falso conflito entre Mercado

e Estado, “*onde o Estado assume o protagonismo pelas mazelas sociais*”(SOUZA, 2015, p. 53), uma das tarefas de Jesse é mostrar que o caráter “patrimonialista do Estado” tão fortemente adotada por Raimundo Faoro, que segue na tentativa de reproduzir o que vigorava em Portugal, e Jessé demonstra que existe uma fragilidade teórica destas idéias teleológicas, ou seja, construída para validar uma única tese política: a ação demoníaca do Estado, contraposta a ação virtuosa do mercado. Outro marco de crítica é a tese do “homem Cordial” defendida por Sergio Buarque de Hollanda, ambas as idéias- patrimonialismo e homem cordial- para o autor constroem uma imagem distorcida do Brasil e faz com que a nossa “elite intelectual” se submeta a “elite do dinheiro” construindo uma imagem distorcida do Brasil, por ser reiteradamente reproduzido este discurso pela elite intelectual e submete este pensamento a elite econômica.

Neste trabalho, optamos por realizar uma análise sobre a constituição da sociedade brasileira utilizando os clássicos supracitados<sup>55</sup>, no entanto ao reproduzir a crítica de Jessé de Souza a idéia foi deixar marcado que no âmbito das ciências políticas e sociais existe uma produção crítica as idéias consolidadas na historiografia e no pensamento político brasileiro.

## **2.2 Um breve panorama da política urbana brasileira**

O professor Francisco de Oliveira em seu livro “A economia da dependência imperfeita” (1986) diz que de nada serve entender que o Brasil, enquanto espaço de produção, é uma criação do capitalismo como também de nada serve descrever o que aqui ocorre como simples reafirmações do que é peculiar ao sistema, citando Marx, ele diz que o capital “*não é apenas uma relação social; ele é também essencialmente um movimento, uma reprodução*”(OLIVEIRA apud MARX,1986), assim é necessário então entender as leis que fazem este movimento e só através de sua observação se pode desvendar sua especificidade. Um exemplo que o autor cita é que, para entender como a sociedade política brasileira não se encaminhou para as formas democráticas burguesas do capitalismo dos países centrais, não basta apenas remeter ao caráter subordinado da economia nacional perante o capitalismo internacional, e não basta assumir que houve escravidão no Brasil, é necessário entender como a sua classe proprietária se transforma numa oligarquia e

---

<sup>55</sup> A exemplo destacamos Nelson Werneck, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Raimundo Faoro.

cria um obstáculo para a expansão do capitalismo, diz Oliveira, é com base na contradição entre as formas do capital que se explica seu movimento, sua negação, no contexto das relações internacionais que também são cambiantes dentro do sistema capitalista. Segundo o autor é importante buscar entender a especificidade do capitalismo brasileiro e saber a quem serve o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ermínia Maricato na obra “O Impasse da política urbana no Brasil” (2011) traça o panorama das políticas públicas no governo Lula, sua importância para o Brasil, que no período FHC quase perdeu a totalidade de suas empresas para o capital estrangeiro e declinou no que diz respeito aos direitos conquistados ao longo de toda a história pela classe trabalhadora. Enfim o neoliberalismo de FHC foi desnortado pelas políticas do governo Lula.

Durante oito anos do governo FHC, a política por ele administrada entrou em perfeita consonância com as orientações emanadas pelo chamado Consenso de Washington, um conjunto de medidas formulado por economistas de instituições financeiras como FMI, Banco Mundial e Departamento de Tesouro dos Estados Unidos que se tornou uma receita para promover ajustes econômicos aos países em desenvolvimento que se encontravam em crise financeira. Tal Consenso abrigava um elenco de medidas neoliberais cujos principais objetivos eram a privatização e a redução da intervenção do Estado na economia; a popularização destes ideais econômicos tomou força com a queda do modelo socialista. Destruiu o modelo varguista baseado no Estado forte e de fortalecimento das empresas estatais e implementou um modelo de Estado baseado na privatização, liberalismo e desregulamentação. O desmonte se alicerçava na transferência de ativos do Estado para o mercado internacional, implicando setores de suma importância como: telefonia, mineração, energia e finanças.

O Primeiro governo de Lula não rompeu com esta orientação, segundo Ermínia Maricato, ele aumentou a taxa de juros, fez cortes orçamentários consideráveis em todas as áreas de governo, seguindo ainda a cartilha do Fundo Monetário Internacional. Essa dívida para o brasileiro era quase que um mito, todos os dias nos jornais ela aparecia como personagem principal de um drama. O Ministério da Fazenda controlava o chamado “gasto” como um ditador. Para o FMI, tratava-se inclusive de despesas com água e esgoto em favelas. No seu governo subsequente, Lula baseou-se numa orientação desenvolvimentista. Passou a investir na construção de infraestrutura econômica e social, e ampliou os conglomerados brasileiros privados para competir no exterior. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social),

criado na era Vargas, financiou muitas privatizações no Governo FHC. Com Lula este mesmo banco participou até na formação de grandes conglomerados de importância internacional como a Brasil Foods, além de financiar investimentos nas áreas de petroquímica, agro-combustíveis, mineração e finanças. Houve comparações entre a “Era Vargas” e a “Era Lula”, e uma frase se tornou popular: “Nunca antes na história deste país...”.

A maior liderança brasileira depois de Vargas instituiu programas sociais, que de fato, surtiu verdadeiro impacto sobre a pobreza e com isso trouxe para si o apoio das classes de baixa renda, compensando assim a perda do apoio de certa parcela da classe média que criticava sua “política assistencialista”.

Entre as principais políticas públicas do governo Lula podemos citar: O reajuste nominal de 155% do salário mínimo e aumento real de 73% acima da inflação no período de janeiro de 2003 a março de 2010; o programa Bolsa Família que tirou da indigência 5,5 milhões de pessoas e beneficiou em muito a Região Nordeste; a redução da pobreza foi substancial, segundo dados oficiais de 36 milhões de indivíduos caiu para 12 milhões; o Programa Universidade para Todos (ProUni), desde que foi criado, atendeu a mais de 750 mil estudantes; o Pronaf que financia projetos de geração de renda para pequenos agricultores e assentados da reforma agrária; o acesso a população em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de compra de alimentos da agricultura familiar através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); a Lei de Alimentação Escolar que exige aos municípios o investimento de 30% de seus recursos para a merenda escolar repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar; o “Programa Luz para Todos” que foi criado com o objetivo de fornecer energia elétrica para as pessoas do meio rural; a ampliação do trabalho formal e a garantia do crescimento econômico.

O governo Lula fez muito pelo país, de certo, mas deixou de lado aspectos estratégicos. Segundo Maricato, o poder da esfera financeira permaneceu intacto. O clientelismo e o patrimonialismo expandiram-se na relação executivo e legislativo e até para dentro dos grandes partidos de esquerda e centro-esquerda.

A questão ambiental foi esquecida, a política de comunicação ficou a mercê dos setores conservadores apesar de Lula ter sido bastante criticado dioturnamente pela imprensa falada e escrita. A questão da terra, o maior problema brasileiro, ou “nó social no Brasil” ficou oculta, no campo e na cidade. Com todas as ações distributivas do governo Lula o coeficiente GINI,

indicador universal aprovado pela Organização das Nações Unidas para medir a desigualdade social apresentou pouca mudança.

Segundo Werneck Viana, Lula trouxe para sua intermediação todas as forças vivas da nação: “um chefe de executivo carismático a mediar interesses conflitantes, fortalecido pela crescente centralização do Estado” (MARICATO 1996, apud VIANA Werneck pág,42). Ainda, segundo Werneck Viana, o Estado sob o comando de Lula engoliu a todos, dos poderosos do agro negócio ao sindicalismo, do capital produtivo ao capital financeiro.

Quanto à política urbana, avançaram alguns aspectos, outros ficaram para traz. Com a ampliação do apoio ao governo, as forças progressistas foram dispersas e conjugadas com outros setores. O Ministério das Cidades foi perdendo o poder para acomodar o Programa Minha Casa Minha vida que retomou antigos conceitos, vigentes durante a ditadura militar. Avanços conceituais sobre o tema da habitação social que se referem tanto a projetos arquitetônicos quanto a legislação urbanística não foram incorporados na sua operação. Interesses privados obedeceram à lógica do mercado dando a diretriz da ocupação espacial. A maior parte da localização das novas moradias será definida nos municípios e metrópoles por agentes do mercado imobiliário.

A lógica é o isolamento da população em verdadeiros aglomerados afastados dos centros urbanos cuja única ligação seja uma rodovia estadual no meio do nada condenando os moradores ao afastamento dos polos de emprego, educação e serviços.

Estes empreendimentos acabam gerando desperdícios, pois a extensão de equipamentos e redes urbanas para lugares não urbanizados impõem um alto preço ao conjunto da sociedade. Vários estudos já foram feitos sobre este modelo que gera segregação territorial e insustentabilidade. A geração e captação de renda fundiária e imobiliária continua a orientar o crescimento urbano e a falta de controle sobre o uso do solo no Brasil.

O direito à cidade não é a fragmentação do espaço, como diz Henri Lefebvre na obra “Direito à cidade”, e a realidade urbana não existe afastada do centro. O Centro representa a reunião, o encontro que tem como finalidade a “segurança-felicidade” tal como Aristóteles define o sentido da *pólis*. A fragmentação do espaço para venda e para a troca coloca constantemente em jogo a vida dos seres humanos. Excluir do urbano; classes, grupos e indivíduos, significa afastá-los da civilização e da sociedade.

Da mesma forma que Marx substituiu a enumeração, a descrição e a contabilização da Economia, enquanto ciência, pela análise crítica; Lefebvre chama atenção da análise crítica para

o espaço.

As cidades estão piorando de maneira geral, não existe algo que indique uma possível saída do rumo predatório que estamos acompanhando. A urbanização do mundo implica a urbanização da pobreza. No Brasil podemos dizer que a sociedade anda menos desigual, mas a melhora social e econômica reflete no consumo e não nas cidades.

Existe uma enorme dificuldade hoje em conceituar e compreender a pobreza urbana, principalmente no Brasil. Muitas pesquisas existem para compreender a reprodução da força de trabalho dentro deste capitalismo onde a flexibilização econômica dá as cartas junto à dominação dos conglomerados transnacionais. Destrinchar o “Ornitorrinquico” que é o capitalismo brasileiro, onde imperam os impasses e combinações esdrúxulas da sociedade e da economia, onde se assegura o celular e a TV a cabo sem assegurar a relação formal do trabalho, segundo Francisco de Oliveira, é compreender que ele aparenta ser várias coisas, mas nada se confirma, em nenhuma das aparências.

O Brasil carrega no seu processo de urbanização características decorrentes da nossa formação social. O período escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo, o patrimonialismo, o clientelismo e a universalização da política dos favores contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania estão presentes em nossas cidades. As autoridades do executivo e do legislativo comandam seus territórios e dominam seus moradores, destruindo assim os princípios da impessoalidade e da racionalidade que compõem o domínio racional legal da burocracia capitalista. Assim a alegialidade se torna regra na cidade periférica. Sempre sobram para os pobres áreas ambientalmente frágeis onde estes estão sujeitos as sanções do poder público.<sup>56</sup> Existe todo um esforço da cidade formal em afastar os destituídos. Com a proximidade física de moradias pobres o impacto sobre a desvalorização das propriedades é grande.

A legislação urbana e ambiental brasileira é bastante avançada e detalhada, segundo Ermínia Maricato, mas as tarefas de fiscalização para o cumprimento das leis é bastante precária. Os fiscais tendem a se corromper, pois possuem menores salários. Além disso, o aparato de controle fiscal sobre o próprio Estado é gigante, incluindo tribunais de contas federais, estaduais, municipais, controladoria da União, etc. E uma parte do funcionalismo público se empenha em

---

<sup>56</sup> Cf. ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

assegurar tanto a burocracia, quanto a corrupção. Ermínia Maricato criou uma imagem para expressar o Estado brasileiro: o “elegarça” um corpo de elefante, ou seja, gabinetes superdimensionados nas tarefas normativas nas assessorias e consultorias; sustentado por pernas de garça, gestão ineficaz, fiscalização insuficiente, despreparada e desarticulada, orientadas pelo clientelismo e interesses capitalistas.

As políticas públicas dentro do Estado capitalista, são resultantes das relações que historicamente se estabelecem entre o desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, e são mediadas pelo Estado envolvendo três atores: a burocracia, a burguesia e os trabalhadores urbanos. O Estado capitalista cria o referencial de cidadania postulando o ideal da dominação política pela igualdade, ao mesmo tempo em que necessita que o cidadão corresponda jurídico e politicamente ao trabalhador livre capaz de vender sua força de trabalho. Podemos entender a partir daí que o Estado e a expressão de dominação de uma classe e um momento de equilíbrio jurídico política.

O neoliberalismo e a globalização influenciam na tomada de decisão dos governos assim como a própria tradição construída historicamente e seu desdobramento nas conjunturas. Tanto o governo FHC e o governo Lula foram pressionados pelos órgãos internacionais que se basearam no Consenso de Washington. Lula por ter um vínculo mais estreito com as camadas populares e por isso maior compreensão de suas demandas conseguiu reverter em algumas instâncias o jogo imposto pelos conglomerados transnacionais. A verdade é que se tem muito o que fazer, e entender principalmente, as articulações destes interesses empresariais que dominam o mercado mundial, fragmentando fronteiras nacionais e fortalecendo seus interesses privatistas com suas propostas antidemocráticas e de dominação territorial. Países europeus como a Grécia, Portugal e Espanha vivem hoje a mercê das diretrizes impostas pelos setores financeiros e especuladores. Uma saída possível é a compreensão do grau de exploração e de alienação a qual chegamos e a consciência de que as populações devem agir em prol do fim da exploração dos órgãos representantes do totalitarismo neoliberal a nível global.

Procuramos demonstrar como a dinâmica política e econômica no cenário brasileiro favorecem as práticas clientelistas, assim na parte subsequente desta tese iremos aprofundar o conceito de clientelismo, a partir do que vem sendo discutido como forma degenerativa do processo democrático brasileiro. Posteriormente nos deteremos nas práticas clientelistas da Cidade do Rio de Janeiro.

### 3 PRÁTICAS CLIENTELISTAS:BRASIL E RIO DE JANEIRO.

#### 3.1 Como se estrutura o clientelismo no Brasil

O termo clientelismo segundo o “Dicionário de política” de Norberto Bobbio, remonta as sociedades tradicionais onde aponta a clientela da antiga Roma como aquela que em primeiro deu visibilidade ao fenômeno. O clientelismo romano era estabelecido dentro de uma ordem onde um indivíduo de posição mais elevada o *patronus* tinha a função de proteger seus clientes. Esta relação de dependência tanto política quanto econômica era sancionada pelo foro religioso, os clientes que gozavam do *status libertatis*, como escravos alforriados e estrangeiros, poderiam cultivar a terra do seu senhor e em troca garantir sua lealdade, defendendo o *patronus* com suas armas e até mesmo auxiliando-o das mais diversas formas, testemunhando a seu favor em tribunais e garantindo-lhe ajuda financeira. Posteriormente a este período o fenômeno se revelou de forma diversa onde a figura central era o *pater familiae*. A comunidade estatal então era constituída pela atuação de um grande número de grupos familiares que formavam a *res publica*, as estruturas familiares tinham papel preponderante na tutela de seus membros, aos recém-chegados na cidade cabia a procura da proteção dos nobres que possuíam funções políticas e muitas terras. Em troca, ofereciam sua fidelidade a esses nobres.

Não obstante o clientelismo ser um fenômeno das sociedades tradicionais ele se revela também quando analisamos o fazer político à luz da organização política modernas. Enquanto o clientelismo nas sociedades pré-modernas era baseado em microssistemas autônomos, nos modernos sistemas políticos as relações de clientela se transformaram em estruturas de acesso e contato. O clientelismo tradicional deu lugar ao clientelismo onde os políticos profissionais em troca da legitimação e apoio obtêm uma variedade de ajuda pública que está ao seu alcance. Comparando esta forma de clientelismo com a tradicional vemos que em comum existe uma rede de fidelidades pessoais que, segundo Bobbio, passa pelo uso pessoal da política, dos recursos estatais e dos recursos civis autônomos. Outras tantas análises sobre o clientelismo passam pela esfera das máquinas políticas e do *bossismo* como veremos logo adiante.

O clientelismo é um fazer político que se estrutura no cenário da política brasileira desde

os seus primórdios. Tem seus fundamentos num modelo constituído de relações diversas em locais que tinham como lideranças pessoas que possuíam direito sobre grandes quantidades de terras. A manutenção do direito sobre as terras implicava numa complexa rede. Vigoravam intermediações onde se assentavam a garantia e a administração da produtividade e seu uso. As terras que foram sendo ocupadas no território conquistado pela coroa na América portuguesa seguiam determinações onde seriam garantidos os direitos de exploração desde que houvesse por assim dizer um uso mais produtivo da terra.

No auge da modernidade, as terras brasileiras foram ocupadas sob o anseio de novas posturas que começaram a dominar o pensamento da época. A colônia supria a metrópole e a ocupação dos territórios distribuídos por ela, deviam garantir lucratividade. Diferente das terras comunais do antigo regime, nestes territórios deveria haver a garantia de melhoramentos de toda a espécie para não ocorrer o desperdício e, de certa forma, estabelecer o direito daqueles que faziam uso destas. Algumas terras prosperaram conforme o esperado pela coroa, mas outras não. A dificuldade em administrá-las desde a extensão territorial ao modelo de utilização das técnicas, muitas vezes inapropriadas, implicavam na utilização de antigos costumes e práticas.

O clientelismo no Brasil está relacionado a antigas estruturas familiares. Tem seu início em um quadro que se estabelece, dentro de uma dinâmica sócio-territorial, onde valores e costumes estão ligados à hereditariedade. Os laços consanguíneos são relevantes, como objeto das pesquisas que estabelecem a análise das questões fundiária e direito de propriedade. As diferentes interpretações do direito sobre determinados territórios e localidades geram conflitos, setores oligárquicos mantêm seus privilégios enquanto vários movimentos têm como reivindicação principal a demanda de terras. Vemos que, muitas vezes, as pesquisas que seguem a linha genealógica da propriedade fundiária encontram dificuldades, pois, setores hegemônicos, enxergam com desconfiança o tema, já que no Brasil muitas das terras são provenientes de negociações fraudulentas onde os documentos são forjados.

As tradições portuguesas, trazidas pelas famílias que se estabeleceram no território brasileiro, construíram um cenário propício para a funcionalidade da casa colonial. As casas grandes e cheias de serviçais, logo, passaram a fazer parte da paisagem. As famílias que deram início a nossa colonização, saíram do isolamento da varanda das fazendas e se estenderam, galgando novos espaços. A importância social destas famílias será marcada pela linhagem dos ancestrais numa árvore genealógica e isso determinará os privilégios e a predominância de seu

papel político e econômico.

Neste contexto o conceito de parentela aparece como um elemento primordial a ser desvendado para a busca do entendimento do clientelismo enquanto prática. No sistema de parentela, laços familiares podem estar num mesmo nível econômico o que implica uma verticalidade, num mesmo lugar, mas podem também estar assimetricamente disposto em estratos sociais diferentes. O que vai garantir este princípio é a solidariedade e a reciprocidade. Mesmo havendo algum conflito e tensão, existe a elaboração sistemática e multiplicação das solidariedades, fazendo mover os estratos sociais que resultarão em benesses e empregos aos familiares e amigos. É a clientela estruturada, numa condição de reciprocidade entre deveres e obrigações.

Sendo assim, não podemos deixar de falar do coronelismo. Este fenômeno social ocorreu praticamente em todo o nordeste e boa parte da região sul do país, e tem como um dos maiores estudiosos sobre o assunto Victor Nunes Leal, autor de “Coronelismo, enxada e voto”. O coronelismo não é um fenômeno simples, segundo o autor, porque envolve um complexo de características da política municipal. Ele entende o coronelismo como:

[...] uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado, ainda visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1997:40)

A figura do coronel apresentava maior destaque como liderança, mas havia outros chefes políticos locais que compunham o sistema, garantido o seu poder na região, e em sua maioria a eram médicos ou advogados, os chamados “doutores”, que eram aliados políticos do coronel ou, mesmo seus parentes. Os votos eram garantidos pelas relações destes com suas clientelas e o prestígio político do coronel era assim garantido. O coronel exercia ampla jurisdição sobre seus dependentes, agia com rigor na eliminação de rixas e desavenças que viessem colocar em jogo o sistema baseado na troca de favores e proteção. As funções de polícia eram garantidas com o auxílio de capangas que serviam de braço armado para execução de tarefas onde seu poder, deveria ser ostentado de maneira violenta.

A obra de Victor Nunes Leal, apesar de ter sido escrita nos anos quarenta do século vinte, tem fundamental importância quando empreendemos análises sobre as relações de parentelas e o

clientelismo dos dias de hoje. O coronelismo é antes de tudo uma forma de poder privado que tem sua base na estrutura sócio-econômica colonial e atua em conjunto à um regime político baseado na representatividade . A estrutura agrária é fator preponderante na compreensão do fenômeno, existe ali um importante debate sobre o papel do município como território do poder político.

Comprendemos então que o município é um ente federativo com forte autonomia, no tempo dos coronéis, é nele que fazemos valer nossos direitos, onde temos nossas casas, onde escolhemos nossos representantes através do voto e onde as políticas públicas são realizadas. Ao mesmo tempo, é o lugar do aprendizado político e da manutenção do jogo democrático, é também o lugar dos mandões e da política *low profile* do clientelismo. Como é a menor entidade federativa, o município pode também ser a síntese de todo o sistema denunciado, e em menor escala, o laboratório para compreensão das relações de poder e aspectos econômicos em todo o território nacional.

O mandonismo e o clientelismo apesar de estarem presentes, como pares, nas análises sobre a construção da cidadania e do fazer político no Brasil, eles trazem características diferentes onde o primeiro aponta para um estilo de poder exercido por um indivíduo em dada localidade, pode ser um coronel, um político ou um chefe de milícias. O clientelismo é por sua vez um sistema que é caracterizado pela relação de reciprocidade entre diversos atores políticos e é muito mais amplo. Para entendermos as questões voltadas à democracia e à cidadania em nosso país, é importante contemplar em nossa análise a correlação entre violência, a ética do favor, o mandonismo e o clientelismo, pois estes fatores são recorrentes no cotidiano da vida política brasileira. Entendemos estas correlações quando observamos nossos municípios, bairros de periferia e nossas favelas. A falta da eficácia dos governantes na resolução de questões essenciais como a promoção de melhorias no âmbito social e econômico abre espaço para toda a sorte de interposições destes fatores acima citados. Interdependem um do outro quando a poder público não mostra sua presença. Os mandões utilizam da violência para reforçar seu controle sobre determinado território, constroem laços com os agentes públicos para resolver questões individuais, criam estratégias para corromper as instituições governamentais. Segundo Maria Isaura de Queirós o “mandonismo local” tem sua gênese na estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de “família grande” e junto ao mandonismo se desenvolveu também um poder central que durante a primeira república se desvencilhou do coronelismo “[...] e passou

*a constituir uma...força independente que com a qual é preciso contar: chega mesmo a um equilíbrio de forças onde governo central e mandões políticos tratam-se de potência a potência”* (BAÍA apud Queiróz,1956, p.253).

O poder central se torna dominante a partir da Revolução de 30. Todavia, segundo Paulo Rogério de Santos Baía, em sua tese de doutoramento “A tradição reconfigurada: mandonismo, municipalismo e poder local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na região metropolitana do Rio de Janeiro” (2006), este poder central nunca deixou de lado o apoio dos chefes locais e regionais. Segundo o autor: “*Pode se dizer que a história política do país tem desde o 2º reinado (1840-1889) até os dias presentes em 2006 – passando por duas ditaduras, a do Estado Novo (1937- 1945) e a Militar (1964-1985) – na disputa entre tendências centralizadoras a mola política propulsora de sua vida pública institucional e local.*” (BAÍA, 2006, p.70)

Vemos que na história republicana brasileira estas práticas políticas vão se desdobrando e tomando novas formas, elucidando a inabilidade do Estado brasileiro em gerir suas instituições e em estabelecer políticas públicas de acordo com os interesses da população, desde o início. As elites vão se apropriando deste desordenamento para criar suas relações de poder. A proposital falta de discussão sobre planejamento urbano, por exemplo, é muito mais uma artimanha do Estado e do setor privado. Sua tutela sobre o poder econômico e sobre as classes dominantes é assim garantida.

Nesse sentido, vale a pena compreendermos o papel da burocracia estatal. O conceito de burocracia segundo o dicionário da política de Norberto Bobbio foi usado pela primeira vez no século XVIII por um fisiocrata chamado Vicente de Gournai para designar o poder dos funcionários e empregados da administração estatal, incumbidos de funções especializadas sob a monarquia absoluta. A burocracia tem principal papel, segundo Karl Marx no “18 Brumário” analisando o papel do bonapartismo, para garantir uma figura particular de mediação entre o Estado e as forças sociais numa arena política em situação de equilíbrio. Gramsci irá mais longe em “Maquiavel, a política e o Estado moderno”, dizendo que estas forças se equilibram sim, mas de uma forma “[...] *catastrófica, isto é, se equilibram de um modo em que a continuação da luta não pode concluir-se senão com a destruição recíproca*” (MARQUES apud Gramsci,1991p.14)

Segundo Gramsci, a partir de 1848 as técnicas políticas mudaram depois da expansão de determinados setores a saber:

[..]expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e de partido, da formação de vastas burocracias estatais e privadas e das transformações ocorridas na organização da polícia, em sentido mais amplo (...) não só no serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelo setor privado para tutelar o domínio político e econômico das classes dirigentes. (MARQUES *apud* Gramsci, 1991:14)

A racionalidade administrativa e a burocracia surgem para superar as “fases catastróficas” das relações entre as forças sociais concorrentes. O Estado capitalista recorre segundo Marx, ainda analisando o golpe bonapartista, a estes dois elementos, pois: “*Após liberar uma sobrepopulação sem trabalho, nas cidades ou nos campos, forçou a mesma, por conseguinte, a procurar lugares de funcionários, postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável*”(MARQUES *apud* Marx,1991,p.15)

Segundo a ordem econômica a casta burocrática foi criada artificialmente para sustentar o regime capitalista, e segundo a ordem política: “*A extensão do aparelho burocrático favorece a cooptação de amplos setores das classes subalternas por parte das classes dominantes, o que é útil para aumentar sua base de apoio.*” (MARQUES, 1991,p.15).

Não obstante, Weber vai estudar a burocracia no que tem de particular. Garante que a burocratização é indispensável para o pleno desenvolvimento da economia monetária e que apenas no estado moderno e nas mais avançadas instituições do capitalismo encontrou condições para expandir-se. Marx já havia considerado tal pressuposto, mas Weber vai analisar profundamente as funções dos funcionários, suas atribuições, as normas disposições administrativas, os vínculos de fidelidade e impessoalidade, a rigidez da hierarquia, os regulamentos, a necessidade do arquivamento de documentos e assim por diante. Weber correlaciona três tipos de dominação a este movimento de burocratização e racionalização capitalista: a dominação tradicional; que consiste na crença de poderes imutáveis como no feudalismo; a dominação carismática, que é reconhecida no carisma e poderes de um chefe perante seus discípulos; e a racional- legal, que ele classifica como tecnicamente mais pura, pois estaria isenta das influências sentimentais, do capricho. Sob esta ótica weberiana: “*A burocracia administrativa configura-se num modelo de racionalidade econômica adaptado ao espírito do capitalismo.*” (MARQUES,1991,p.24)

Segundo Weber a moderna democracia de massas é acompanhada de perto pela burocracia, e os tipos ideais de dominação estão inseridos dentro deste modelo, as vezes mais aparentes, por vezes menos emergentes.

Considerando a democracia como auxiliar da doutrina do liberalismo econômico, e o Estado capitalista como dependente da burocracia para seu funcionamento, e a burocracia como garantidora do sistema democrático, cujo pressuposto básico é a impessoalidade, podemos elucidar o papel do clientelismo mais uma vez como aquele que subverte a ordem democrática, criando esquemas personalistas e individuais, firmado a partir de relações pessoais baseadas na reciprocidade, visando a dominação tradicional e carismática e não o domínio racional legal que garante a “pureza” da burocratização na “Teoria Administrativa” de Weber.

Considerando a teoria marxista, o Estado capitalista criou elementos para facultar a dominação do homem pelo homem, por isso o clientelismo apesar de garantir a reprodução das condições de opressão ele é um elemento que pode criar dificuldades para o funcionamento do aparelho burocrático que garante ao Estado ampliar sua cooptação das classes subalternas, favorecendo apenas alguns grupos patrimonialistas e tradicionais.

O Estado republicano brasileiro trás a marca de algo que não se renovou, não promoveu rupturas com o estado monárquico, deslocando para o estamento burocrático-militar os privilégios da nobreza e fortalecendo o patronato político. A tese de Paulo Rogério de Santos Baía enuncia a tradição reconfigurada na tentativa de explicar que as transições não ofereceram mudanças. A República atual reflete as condições políticas do Império escravista. O país está preso a um círculo vicioso que naturaliza práticas que servem para manter o privilégio das elites mandatárias no poder, ocasionando com isso o aprofundamento das desigualdades sociais. O poder local é relevante neste aspecto, pois é a base fundamental para entendermos a forma com que os poderes, nas instâncias federais, estaduais e municipais, foram permeados por interesses privados.

Eli Diniz é outra importante pesquisadora e seu trabalho “Voto e máquina política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro” (1982) trouxe grande contribuição às análises que são parte essencial da presente pesquisa. A autora que analisou o *chaguismo* como um fenômeno que descaracterizava as instituições democráticas, definia o clientelismo como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para solucionar os problemas de manutenção do poder, fazendo conciliações entre interesses privados e interesses de Estado, de forma a integrar a esfera privada e a estatal. Desta maneira, a eficácia deste instrumento consiste em aplacar os conflitos implícitos na esfera social, que estivessem latentes ou manifestos diante de uma estrutura que na realidade não atende aos interesses da maioria. O clientelismo se concentra no processo de

manutenção de poder, na luta pela permanência de uma dada “dinastia” na esfera política que objetiva exclusivamente preservar seus interesses político-sociais, em síntese; o clientelismo opera com a ideia de eficácia ao voltar-se para a conciliação de interesses, em princípio, inconciliáveis do ponto de vista social, mas que do ponto de vista político apresentam-se conciliados, neutralizados por tal prática.

Na relação clientelista, o voto deixa de ser um direito do cidadão, livremente exercido na coisa pública, e se transforma em moeda de troca. Firma-se assim, uma transformação na relação do indivíduo com os direitos sociais. O que anteriormente pressupunha um direito adquirido torna-se uma mera forma de pagamento ao favor concedido pelo político. O favor, como operação bem organizada, é a forma de privilégio que impulsiona a máquina clientelista; é uma ação que leva o aparato institucional democrático a se manifestar como o ápice da demagogia. O partido político se estabelece como outro elemento de análise frente ao “desmantelamento” das instituições democráticas causado pelo clientelismo.

Nesse contexto, os partidos políticos são os mediadores da relação entre a população e o poder. Assim sendo, exercem um papel de centralidade na estrutura institucional de democracia representativa. O princípio da soberania popular está assentado na ideia de representatividade emanada por estes partidos. De acordo com Eli Diniz, o clientelismo que permeia o partido elimina a possibilidade de frentes intrapartidárias, que retardam a dinâmica do processo de decisão, fazendo com que um pequeno grupo dominante controle os mecanismos de inserção de novos filiados. Resumindo, as organizações partidárias não cumprem as suas funções de âmbito democrático. Soma-se o fato de que o funcionamento da máquina clientelista subverte as práticas das ações impessoais no interior do funcionalismo público, já que em lugar destas regras, que o exercício do cargo exige, o agente público abre mão desta racionalidade burocrática em troca de promoção e proteção.

Na prática, a lógica democrática é invertida pelo clientelismo que coloca o Executivo acima do Legislativo, medida em que suprime seu papel precípua de controlador e representante real da população. Nesta direção, o clientelismo neutraliza o processo democrático em princípio proposto pelas ideias republicanas. Para o político clientelista sua atuação bem sucedida, no processo eleitoral, não é atribuída à sua atuação como parlamentar, pois sua atuação política define-se através de outros parâmetros que priorizam o beneficiamento pontual junto às questões de demanda popular, com a consciência de que tais ações serão revertidas em votos. Deste

processo resulta a incompatibilidade do clientelismo com as funções reguladoras do poder legislativo. Desta forma, o clientelismo subverte o Direito. Assim a máquina clientelista não encontrará nenhum obstáculo que possa impedir de alcançar seu objetivo último, ou seja, a privatização dos instrumentos de poder que a coletividade, em teoria, centraliza nas mãos da autoridade pública.

Cabe aqui a discussão do conceito “máquina política” e sua contribuição para melhor compreendermos os elementos que submetem as organizações políticas às práticas clientelistas. A sociologia e a ciência política norte americana aprofundaram os estudos nos grandes centros urbanos daquele país analisando o papel da política local. A princípio o conceito “máquina política” era utilizado para caracterizar as formas de manutenção do poder por meios ilícitos, descartando qualquer forma de preocupação com problemas mais gerais voltados a comunidade. Todas as técnicas de fraude e corrupção eram atribuídas às máquinas. Alguns autores utilizariam o termo para designar qualquer organização partidária com uma centralizada estrutura de poder.

Segundo Eli Diniz, Gosnell foi o primeiro em 1937 a relativizar o significado de máquinas políticas dando ênfase aos aspectos pouco nocivos da máquina, ressaltando a importância deste elemento como um caráter integrador numa sociedade que havia muitos problemas sociais como o racismo. Merton é outro pensador que ao estudar as máquinas americanas mostraria que a medida que as demandas da população urbana fossem sendo garantidas a máquina estaria garantindo sua eficácia e permanência, se estendendo dentro do espaço urbano, nos bairros e nos quarteirões. Os representantes das localidades garantiriam então um tipo de ajuda social. Todos os tipos segregados teriam apoio das máquinas sendo ela assim um elemento integrador. Estas garantiriam suas clientelas abstraindo-se das preocupações de ordem moral e ética, num jogo onde a ilegalidade ficaria em segundo plano e o assistencialismo em primeiro lugar.

Foram em condições semelhantes que corroborou para o desenvolvimento do conceito de ilegalidade de Kant, adequado para este contexto que iremos trazer no transcrito do trabalho. O interesse agora foi firmar o marco de estabelecimento do conceito, e as bases que permitiram que este se configure no contexto deste trabalho.

Segundo a literatura especializada as máquinas políticas apresentam algumas características que as distingue de outras organizações político partidárias. Em primeiro lugar os incentivos e benesses existem para garantir a lealdade dos envolvidos. O acesso a cargos públicos

e empregos outros, e até a negociação de interesses particulares garantem o funcionamento do sistema, onde o favorecimento surge como forma de expandir o gregarismo das bases e até criar sanções para aqueles que não cumprem com seu papel dentro do esquema. As máquinas locais garantem seus vínculos com enorme pressão sobre sua clientela, desde a cobrança de impostos até a concessão e cassação de licenças. Muitas vezes, operando às margens da lei, chefes locais trazem empreendimentos escusos e grupos que vivem da exploração do jogo e do tráfico de drogas.

Garantindo oportunidades as suas clientelas, os chefes políticos controlam os filiados e eleitores dos partidos proporcionando oportunidades permitindo, muitas vezes, ótimos ganhos para a comunidade e para sua própria família. Segundo os estudiosos norte-americanos os melhoramentos locais através de aprovações de dotações orçamentárias trouxeram com o beneficiamento de determinados distritos, o aumento e diversificação da clientela. Segundo Eli Diniz, o pesquisador James Wilson observou algumas formas de incentivo para garantir as clientelas; uma primeira seria, através dos incentivos materiais, manter um sistema interno de recompensas garantindo distribuição de cargos, salários, e alimentando assim a lógica da reciprocidade; numa segunda forma a visibilidade da organização; o prestígio, o espírito de grupo caracterizariam os bens coletivos beneficiando os participantes do grupo; os incentivos baseados nos propósitos e objetivos comuns, estimularia a satisfação de ter o dever cumprido junto à organização.

Cada forma de incentivo caracteriza implicações distintas. De acordo com o incentivo utilizado o comportamento individual varia, os incentivos materiais que podem constranger e influenciar o comportamento do cliente são mais fortes como meios de pressão sobre os agentes. Os benefícios intangíveis estão relacionados à relação de pertencimento e a própria identificação com os propósitos da organização. Estas formas de incentivos reforçam as metas da organização e seus princípios. Quando as motivações são tangíveis e materiais, não necessariamente pode se esperar que o grupo defenda princípios que possam transcender os interesses de ordem pessoal. Ao contrário, quando há uma maior sensibilidade para as questões programáticas, pode haver o predomínio das motivações de natureza ideológica. Os incentivos podem caracterizar um estilo que diferenciam os padrões de controle interno de cada organização.

Para Wilson as máquinas são uma espécie de partido político onde seu funcionamento é baseado na utilização de específicos incentivos materiais, onde as recompensas são voltadas para

os quadros da militância. Como esta distribuição não é igualitária muitas vezes criam tensões intrapartidárias que serão minimizadas de acordo com as orientações políticas. Mesmo assim, competição por cargos acirram as desavenças pessoais. Esta máquina política com uma linha de ação essencialmente pragmática fazem com que os princípios organizacionais fiquem postos de lado dando espaço ao individualismo e ao personalismo.

Weber por sua vez vai associar a natureza, do empresário político americano, à figura do “boss”, pois devido a sua postura pragmática, ter como meta principal, a busca de votos. Ele vive profissionalmente da política dirigindo o partido como uma empresa. Duverger em seu livro, *Les partis politiques* faz uma comparação entre os partidos americanos com os europeus mostrando que estes assumiriam características mais ideológicas e classistas enquanto aqueles seriam organizações tipicamente eleitorais. Milton Rakove em suas análises sobre as máquinas políticas de Chicago, dirá que as lideranças do Partido Democrático, tem poucas convicções ideológicas e se dedicam simplesmente a garantir suas benesses mantendo seus cargos e usufruindo dos benefícios do poder. As lideranças mantêm suas clientelas fornecendo empregos e contatos políticos.

Enfim, as máquinas políticas das grandes metrópoles mobilizam um grande contingente eleitoral diversificando suas estratégias e se utilizando dos mais diversos incentivos para mobilizar sua clientela. Não só os partidos liberais como os partidos de esquerda, que apresentam uma linha mais ideológica, estimulam suas bases com estratégias clientelísticas. Os estudos sobre o Partido político italiano mostram como a mobilização e organização das bases no sul do país fortaleceu laços clientelistas onde um sistema de patronagem baseado na proteção e favorecimento tem formato específico, muitas vezes controlando máquinas ao nível local e utilizando poucos incentivos materiais por estar fora da estrutura do poder dominante. Segundo Scott os partidos programáticos se diferenciam das máquinas políticas, pois a adesão aos princípios ampliam consideravelmente o compromisso. As máquinas políticas estariam voltadas essencialmente à manutenção das práticas clientelistas, aumentando seu recrutamento por meio de incentivos materiais, sem proselitismo político.

Analisando ainda as contribuições de Eli Diniz observamos que as máquinas políticas ampliam sua capacidade de atrair votos mobilizando a clientela e diversificando seu estilo de ação não objetivando o chamado voto de qualidade. Num partido de massas as máquinas não atuam em função de clientelas restritas, mas sim voltando sua atenção para um público mais

complexo ultrapassando os laços comunais. Grupos amplos e diversificados constituem basicamente as novas clientelas e o que garante sua adesão são a concessão de vantagens via o poder legislativo ou executivo, para segmentos eleitorais específicos, tornando complexo cada vez mais o vínculo com suas bases de apoio. As relações de reciprocidade passam por uma teia de articulações entre laços pessoais e organizacionais que envolveriam o clientelismo de tipo personalista baseado na relação de líder – seguidores; intensificando a relação dos seguidores com as siglas partidária, como no caso do clientelismo partidário, ou uma terceira forma onde o eleitor está ligado a interesses corporativos, religiosos ou profissionais, chamado de clientelismo de categorias.

Na tentativa de eliminar o confronto entre os diversos setores, as demandas podem ser atendidas segundo uma lógica de ganhos múltiplos onde todos são contemplados, questões muito controversas são evitadas, o essencial da máquina está na criação de uma técnica de não enfrentamento tentando garantir a satisfação das partes interessadas. Saber lidar com a especificidade dos interesses demonstra sua eficácia. Uma das funções da máquina política é manter o bom resultado das trocas clientelistas, e isso muitas vezes cria obstáculos à conquista de diretos comuns e inibe uma ação coletiva organizada.

Podemos pensar que nada tem de ideológico nos homens que dominam as organizações e a máquina política, eles sabem que futuramente podem ter que precisar do apoio dos eleitores soberanos e por isso não manifestam seus interesses em questões políticas emocionais, filosóficas ou ideológicas. Sabem que no sistema onde vigora as variadas formas de incentivos alguns ganham e outros não, os contemplados esquecem e possivelmente voltarão a garantir seus votos no partido em outras eleições, mas aqueles que não foram, sempre lembrarão com rancor, da falha no sistema, onde o favor azeita a lógica clientelista. Por isso, a máquina política tem que ampliar seu apoio aos interesses privados dos diversos grupos do jogo eleitoral, mostrando sempre preocupação com o bem de todos os envolvidos.

As máquinas em seu caráter político partidário, fazem com que seu poder atue na capacidade de integração das mais diversas forças atuantes e quando representam os partidos que estão no poder controlando as mais diversas organizações, se utilizam do clássico clientelismo onde o intercâmbio de favores solidificam as relações entre representantes e representados. A troca de favores é onde se baseia o clientelismo clássico. Com o uso das máquinas políticas os interesses estarão associados a um alto padrão organizacional sobre supervisão de uma cúpula

controlando uma hierarquia de quadros funcionais. A sofisticação da distribuição de incentivos é ampliada, variadas atividades são coordenadas e diferentes interesses são envolvidos. Conforme Eli Diniz: *“É, portanto, a escala e a estabilidade da organização que distinguem a máquina de outras modalidades de relações clientelistas vinculando políticos particulares e suas bases eleitorais, tão comuns, tanto nos centros urbanos, quanto nas áreas rurais.”* (DINIZ, 1982.p.42)

O assistencialismo tem maior dimensão com a máquina. As bases de sustentação e sua fidelidade precisam do caráter permanente do assistencialismo para dar constante visibilidade à organização garantindo serviços a integrantes de diversas categorias sociais e moradores de uma localidade. As mediações políticas fazem parte de outro crucial elemento para a expansão das máquinas e por estas mediações que a máquina garante o link entre os órgãos públicos e as demandas das clientelas grupais ou individuais. A máquina precisa de quadros competentes que estejam na administração pública e que atuem junto às autoridades. Vagas em escolas, coleta de lixo, abastecimento de água e iluminação pública que são encaminhados, juntos à população, pelo patrocínio político da máquina, ou seja, os acessos aos centros de poder são monopolizados quando a máquina faz seu papel de mediador. Sobre tal situação, Eli Diniz afirma que: *“Os critérios universalistas são, portanto, enfraquecidos senão totalmente relegados, enfatizando-se as considerações de ordem particularista. O que a cidadania define como direito é concedido como dádiva daqueles que se situam em condições de poder.”* (DINIZ,1982.p.43).

As máquinas partidárias se consolidam na assimetria do poder e na desigualdade. Para elas é importante estabelecer relações com clientelas diferenciadas e diversificar e acumular os recursos de poder. A desigualdade é fator preponderante para manter os centros de poder da sociedade e garantir vínculos entre diferentes clientelas. A característica conservadora das máquinas políticas tem um sentido ideológico, pois está relacionado às relações de dominação. O conformismo é reforçado pela aceitação, por parte da sociedade, do estado de coisas vigente. Ao aceitar a omissão e a acomodação, os grandes interesses estarão sempre preservados prevalecendo assim, o particularismo e a individualização. Neste caso o clientelismo será calcado na concessão de benefícios restritos privilegiando o paternalismo e a tradicional relação de troca de votos por favores e proteção. Em benefício dos interesses dominantes, o clientelismo é fundamental como mecanismo de controle social onde não esteja em jogo apenas interesses individuais, mas também onde existe uma enormidade e variedade de interesses. De qualquer forma, o conservadorismo permeia os laços mais complexos e variados do clientelismo em sua

variedade de formatos. Contornando as dissonâncias dos mais diversos grupos sociais, e mesmo que muitas vezes, a ação da máquina política não obtenha resultados esperados, os laços que mantêm interesses das relações clientelistas devem ser sempre renovados, e isso dependerá em muito da capacidade dos dirigentes administrarem o conflito nas relações assimétricas entre as lideranças políticas e a clientela nos mais variados contextos.

Deixamos como marca ao fim deste ítem, com base no pensamento de Eli Diniz sobre a máquina partidária e o clientelismo, que outro elemento que permitiu pensar na proposta do uso do conceito de alegalidade como explicativa de fenômenos em áreas de escassez e, aqui, no caso, controlada pelas milícias, é justamente esta configuração máquina política-clientelismo, que irá dar uma dinâmica para o conceito de alegalidade. Ou seja, essa retro-alimentação também se configura como um alicerce para o conceito de alegalidade aqui discutido.

### **3.2 Representação Política e Clientelismo: Zona Oeste do Rio de Janeiro**

Com a chegada da República e o aparecimento das novas instituições, houve uma reorganização das forças políticas. O voto vira moeda de troca e passa a medir novas relações de reciprocidade na emergente democracia representativa brasileira. Com isso o Rio de Janeiro, capital da República, será palco de diferentes compromissos políticos e acirradas lutas pelo poder. A formação de grupos políticos determinará a ordenação desta esfera republicana democrática no Distrito federal. Não havendo mais um monarca como referência de um poder totalitário e centralizador, os choques entre interesses privados e universais serão maiores, e para dar conta desta tensão o novo regime deveria garantir uma espécie de pacto onde se enfatizaria uma administração baseada na competência, honestidade e dedicação ao cargo, onde o particularismo dos candidatos ficaria menos aparentes.

Segundo Américo Freire na obra “Uma capital para a República, Poder Federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX”(2000), o que complicava ainda mais a situação da capital perante as demais unidades federativas era que o presidente da República tinha a incumbência de nomear os principais cargos do sistema de poder da capital, como chefe de polícia e prefeito reduzindo assim a atuação de alguns grupos locais e que a individualização

política garantia a formação de redes de clientelas, que podiam ser diferentes em sua forma da relação coronelista, mas ajudou em muito para a construção do personalismo e do clientelismo em sua reconfiguração. O Rio de Janeiro com a “política dos governadores” passa a ser o lugar da fragmentação onde grupos exercerão seu poder decisório através das múltiplas irregularidades e exercendo o uso constante da violência. Segundo Américo Freire:

O padrão político republicano que finalmente se define na política dos governadores de Campos Sales expressa-se na falta de instrumentos partidários nacionais, na criação de “partidos globalidade” nos estados, e no jogo político predatório da capital que se move pela ação interventora do poder central como pela luta desarticulada das lideranças políticas locais. (FREIRE, 2000,p.157).

A República, destituída de fortes instituições político-partidárias nacionais, passou a alicerçar um pacto oligárquico, onde os estados deram as cartas e a capital encontra-se sem autonomia política devido a fragilidade de suas instituições. Neste cenário os grupos políticos se engalfinham e nesta acirrada luta gera-se o descrédito, por parte da população, da construção de uma política onde possa realmente participar.

O Rio de Janeiro servira de base local para a atuação dos mais variados grupos políticos na Primeira República. Entender estes aspectos garantirá a formulação futura da hipótese de uma permanência dos fazeres políticos de outrora, até os dias de hoje.

O Partido Federal Republicano (PRF) carioca é criado em 1894. Tinha forte influencia e controlava a maioria das bancadas, durante a gestão de Prudente de Moraes e, através de Furquim Werneck, prefeito eleito pelo presidente, garantiu grande influencia na prefeitura carioca. O PRF nacional aos poucos foi tomando posição sob a batuta de Francisco Glicério, fragilizando a seção carioca que começou a esboçar ares de oposição ao governo federal até a eleição de Campos Sales.

Com a queda de Glicério e na gestão do Presidente Campos Sales o partido perde a capacidade de juntar lideranças diferenciadas, e os cariocas sob a orientação do senador Tomas Delfino retoma seu lugar de influencia e a maquina do PFR carioca é novamente aquecida. Com o apoio nas eleições municipais ele garante seu poder até 1906.

Convém trazer um exemplo de como as forças políticas que atuavam na capital aqueceram suas redes de trocas e favores em apoio ao político local indo de encontro aos interesses de outros estados e suas candidaturas próprias. Em 1896 as lideranças do PRF nacional

apoiaram a candidatura de Rangel Pestana ao Senado. Apesar de ser fluminense, o mesmo fez sua carreira política em São Paulo e setores do PRF nacional que tinham interesses em criar uma estratégia para romper com a hegemonia carioca, tanto no âmbito municipal quanto no nacional, se reuniram em torno de sua candidatura. O PRF carioca encarou tal candidatura como uma provocação e partiu para a briga. Em torno da figura de Tomas Delfino um grande esquema foi criado, os correligionários o exaltaram, mostrando a importância de suas ações na participação na Revolta da Armada e seus préstimos a Floriano Peixoto, com o claro intuito de buscar um contraste com a administração do então presidente Prudente de Moraes que volta e meia era aturdida pela oposição de alguns grupos florianistas.

A monumental vitória de Tomas Delfino foi garantida pelo poderoso esquema que foi criado na área rural da capital, no chamado “triângulo carioca”, que era composto pelas freguesias de Santa Cruz, Guaratiba, e Campo Grande, onde recebeu 1241 votos a mais que seu oponente. As práticas clientelistas do “grupo triângulo” garantiram sua candidatura e ajudaram ainda mais a fortalecer a força política do PRF dentro do Distrito. No mesmo ano a Câmara de Deputados e boa parte do Senado Federal teve em sua maioria lideranças políticas do Distrito Federal. Com a liderança de Delfino no Senado, a solidariedade entre os correligionários será importante para a composição partidária com bases locais nas chapas dos deputados federais:

Para os distritos urbanos, foram lançados membros destacados do partido, como o chefe da polícia e intendente Xavier da Silveira, o Deputado Oscar Godói, além de importantes lideranças florianistas na capital, como o presidente do Clube Tiradentes, Timóteo da Costa, e o jornalista Alcindo Guanabara. Já o terceiro distrito, com características rurais, foi entregue a dois próceres do “triângulo”: Augusto Vasconcelos e Raul Barroso. (FREIRE,2000,p.164).

O Partido Republicano carioca havia se fortalecido arregimentando tanto o localismo com base rural quanto os setores do florianismo urbano. Os monarquistas, os florianistas mais radicais, e os antiflorianistas, naquele pleito, voltaram todas as suas armas ao PRF que tinha como centro de gravidade a vida política carioca.

O Partido Democrático Federalista (PDF) surge de uma dissidência do PRF e reúne políticos prudentistas que têm como finalidade atacar o florianismo. Os principais destaques são: José do Patrocínio e Herendia de Sá, este será o único candidato a ser eleito pelo PDF, em sua maior parte seu eleitorado provinha das freguesias da Zona Sul e centro da cidade. José do Patrocínio, era a principal voz dos democratas na imprensa e nas páginas do jornal “Cidade do

Rio” denunciava e atacava constantemente as ações do “grupo triângulo”, denunciava as irregularidades do Matadouro de Santa Cruz e seu envolvimento nas fraudes eleitorais, com humor sarcástico atacava seus adversários, se referindo a Augusto Vasconcelos como “Dr. Rapadura”, associando assim a figura do líder do “grupo triângulo” com o modo de fazer político do coronelismo rural e suas práticas clientelistas, no intuito é claro de enaltecer a identidade política do PRF que defendia o fortalecimento das instituições democráticas e o fim da política de troca de favores. José do Patrocínio já era há muito crítico das forças políticas hegemônicas que atuavam no cenário republicano brasileiro. Em 1890 lançou candidatura própria, acusou o governo provisório de representar o militarismo, foi perseguido no governo Floriano e apoiou Prudentes de Moraes. Sua derrocada política coincide com o declínio do PRF.

As críticas de José do Patrocínio ao “grupo triângulo” eram fundamentadas. O PRF tinha um grande poder eleitoral nas áreas rurais da cidade. Por diversas vezes foi o clientelismo e a troca de favores nestas áreas que definiu o resultado das eleições. A estreita relação entre Tomas Delfino e o “grupo triângulo” serviu para a obtenção de votos e fechamento de múltiplos acordos. O senador abriu espaço para a atuação dos principais lideranças locais que compunham tal grupo; Augusto Vasconcelos, Raul Barroso, Felipe Cardoso Pires respectivamente exerciam seus poderes nas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. A imprensa noticiava as sucessivas vitórias eleitorais do grupo que ia desde o Conselho Municipal à Câmara Federal (1896). O potencial de arregimentação do eleitorado nas áreas rurais em comparação com as freguesias urbanas eram de causar espanto, em 1892 nas eleições para o senado, só em Santa Cruz a participação foi de 50% enquanto nas freguesias urbanas foi em média de 10% a 15%. Assim, apesar de possuir um pequeno eleitorado quando comparado às áreas urbanas, possuíam um peso desproporcional nas eleições majoritárias. Segundo Américo Freire: *“No pleito que elegeu Lopes Trovão para o Senado, em julho de 1895, dos 4.119 votos obtidos pelo candidato, 2.450, ou seja, mais da metade, foram obtidos no 3º Distrito da capital que, proporcionalmente, segundo dados de 1890, correspondia a cerca de 30% da população geral do Distrito.”* (FREIRE,2000,p.173)

Poderosos esquemas de fraude acentuavam a desproporção, os candidatos apoiados pelo grupo chegavam a receber quase que a totalidade de votos de uma freguesia; por isso os membros do grupo triângulo, por muitas vezes, eram os mais votados do distrito, seja em eleições municipais ou federais. A crítica por parte da imprensa era unânime quanto às ilicitudes aplicadas

pelo “grupo triângulo”, mas muitos jornais publicavam os resultados das eleições sem adentrar a fundo nas possíveis relações entre o grupo e o poder federal ou demais partidos. O Jornal do Comércio e o Jornal do Brasil faziam apenas alguns superficiais comentários sobre a “força misteriosa do triângulo”.

O jornal mais crítico era o *Cidade do Rio*. José do Patrocínio via nas práticas clientelistas do grupo triângulo o exemplo mais claro dos descaminhos de uma República. Em seus editoriais ele fazia sérias críticas ao envolvimento dos próceres do grupo triângulo na política da capital:

A eleição de 31 de dezembro está feita desde ontem.[...] os “galinhas” e “rapaduras” não se enganam, nem armam pendências sem resultado [...].Se houvesse um laivo de pudor eleitoral nesta cidade, é claro que não ousariam pleitear a sua reeleição representantes que permitiram que a capital da República fosse inconstitucionalmente rebaixada, aponto de ficar inferior às Câmaras dos lugarejos menos civilizados do Brasil. (Freire *apud* Patrocínio,2000,p.172).

O “grupo triângulo” atravessou alguns momentos que modificaram sua composição e seu papel político. A morte de Felipe Cardoso Pires em 1898 e algumas distensões entre Augusto Vasconcelos e Raul Barroso alteraram, mas não abalaram, seu poder nas áreas rurais cariocas. Augusto Vasconcelos promoveu grandes articulações políticas no governo Campos Sales junto ao deputado Sá Freire, sobrinho de Cardoso Pires, e em 1906 foi ele mesmo eleito senador. Com o declínio do jornal “Cidade do Rio” de José do Patrocínio, quem se torna forte opositor a política clientelista de Augusto Vasconcelos e o grupo triângulo é o jornal *Correio da Manhã*, agora sobre o comando do paraense Lauro Sodré e de Edmundo Bittencourt, o qual passará a denunciar o “sindicato da fraude” composto pelos políticos cariocas Augusto Vasconcelos, Irineu Machado e Barata Ribeiro além do ministro do interior Rodrigues Alves, que com este “sindicato do crime” estaria se preparando para “*Estrangular, nas emboscadas da fraude, (...) a primeira manifestação de voto livre*” (FREIRE *apud* Correio da Manhã, 2000,p.173)

Como na política nada é estático, as alianças acontecem onde menos esperamos. Bastou Irineu Machado se aproximar de Rui Barbosa, que o Correio da Manhã passou a associar o parlamentar, que antes era tido como expressão do mal, com o arauto do civilismo. Augusto Vasconcelos por manter alianças com outros políticos que não agradavam aos editores do jornal continuou a ser *persona non grata*. As análises feitas sobre a atuação do “grupo triângulo” são poucas e não dão conta da importância de suas atividades no cenário político da época. Segundo Américo Freire, no livro de Dunshee de Abranches, “Como se faziam presidentes” (1973), sobre

sucessão presidencial nos primeiros governos civis republicanos, existem referências à atuação de Tomas Delfino e à força invencível do “triângulo”. Afonso Arinos, no livro um “Estadista da Republica”(1955), biografia de Afrânio de Melo Franco, citara a participação de Augusto Vasconcelos e Pinheiro Machado no episódio do fechamento do Conselho Municipal em 1909, onde o autor se refere ao prócer do “grupo triângulo” como “Senador Rapadura” e “velho soba do sertão carioca” fazendo referência aos líderes africanos e criando um contraponto com a política liberal que defendia. A obra que melhor trata a participação do grupo triângulo nos primórdios da república é o texto que Marcos Guedes Veneu publicou em 1987 sobre as eleições na capital federal no período entre 1889 e 1895. Américo Freire, sobre a obra, diz que :

Ao analisar a questão da multiplicidade das clientelas urbanas na capital, decorrente, segundo ele do fenômeno da metropolização, sugere em nota de pé de pagina, que, como exceção aquarela, havia no Distrito federal áreas que seguiam bem de perto o modelo coronelista , como as freguesias rurais de Campo Grande, Santa Cruz, e Guaratiba, conhecidas como triangulo. (FREIRE,2000, p.175)

É importante dizer que os membros do grupo triângulo original eram médicos e suas clientelas eram muito grandes. Durante o império todos tinham cargos públicos. Augusto Vasconcelos e Raul Barroso atuavam como agentes de saúde, garantindo suas bases políticas nas mais diferentes localidades em suas respectivas freguesias.

Durante um período do ano de 1880, Felipe Cardoso Pires foi diretor do Matadouro de Santa Cruz. Tinha influência direta na nomeação de funcionários do órgão que era principal agência da municipalidade nas áreas rurais cariocas, além disso, o cargo assegurava visibilidade e garantia o poder de assinatura de contratos com as firmas encarregadas de abastecimento. O próprio grupo recebeu muitos favores do matadouro. A força do grupo só cresceu, pois mantinham forte intermediação política e tinham, como chefes políticos, forte influência sobre suas clientelas.

Segundo o historiador Fernando Farello, este tipo de fazer político do grupo triângulo estaria dentro do chamado “clientelismo de transição”, ou seja, estes “novos mediadores especializados” fazem lembrar em muito o patronato de outrora, porém o vínculo criado é menos intenso, mais instável, apesar de conservar um moderado conteúdo moral e um forte componente de personalismo.

Apesar de utilizar variadas formas de transgressão do sistema eleitoral baseado na democracia representativa, o grupo triângulo, atuando na zona rural do Rio de Janeiro, teve papel importante nas primeiras décadas da república, fortalecendo a criação e manutenção das principais forças políticas que atuavam na capital. O PRF, durante a gestão de Prudente de Moraes, com Tomas Delfino, apesar da crise de 1897, tinha como principal base do triângulo carioca. Com o atentado a Prudente de Moraes esta relação teve um abalo, mas no ano seguinte Sá Freire estaria eleito pela legenda apoiada pelo grupo. Em 1899, Vasconcelos e Freire rompem com Tomas Delfino e lançam suas candidaturas apoiados por Barata Ribeiro do PRDF. Houve uma cisão no grupo já que Raul Barroso continuou a apoiar Delfino.

No jogo eleitoral, o PRDF liderado por Barata Ribeiro fazia críticas ao governo Campos Sales e este período foi de forte desagregação político-partidária. Vasconcelos e Sá Freire passaram a manter uma posição mais próxima ao governo. Com o fim do período Campos Sales, o PRDF volta a se fortalecer e novas coligações surgem com lideranças cariocas de diferentes matizes: Herendia de Sá, Irineu Machado e Augusto Vasconcelos e Sá Freire; os próceres do “grupo triângulo”. Houve expressiva vitória da coligação. Apesar de inúmeros embates, a situação política começou a ficar mais calma e estabilizada entre os planos municipais e federais.

A política *low profile* do grupo triângulo se consolida, tendo Augusto Vasconcelos como principal estrategista. Nova vitória no âmbito federal ocorrerá em 1906 e o representante da freguesia de Campo Grande se tornara senador, reforçando a atuação do partido. A atuação do grupo triângulo e seu fazer político se faz compreender através das suas diversas frentes. Suas lideranças no legislativo formularam projetos que tinham como principal componente a garantia de reeleição e redução da competição de lideranças locais garantido ainda mais a autonomia do grupo. É importante dizer que neste jogo o grupo triângulo garantiu também a manutenção de instituições capazes de ordenar o campo político da capital blindando-a da ação de agentes externos. Ampliando o poder de troca em relação aos poderes federais, estariam mais confortáveis em relação à formação e ampliação de suas clientelas, açambarcando o poder de outras lideranças locais. Os trunfos que dispunham para garantir sua sobrevivência no perverso jogo político da capital era estar sempre entre uma postura oficialista, mas dialogando com os setores radicais, mantendo assim sua própria linha de agir. Segundo Freire:

O grupo triângulo procurou em geral trafegar em faixa própria, mantendo-se equidistante tanto de uma postura oficialista, nitidamente minoritária nos meios políticos

, como do radicalismo, presente nas duas agremiações que ajudou a compor . Seus votos e seu apego à ordem eram valiosos trunfos que dispunha naquele pantanoso jogo político da capital. (FREIRE,2000, p.178)

É importante destacar que passado o período entre 1894 a 1898, onde o PRF exerceu sua hegemonia, começou um momento político onde foram fixadas restrições à ação de grupos locais, isso conduziu a uma mudança no jogo político da capital. Campos Sales aprovou uma reforma política em 1898 que entre tantas outras coisas criava a figura do prefeito nomeado pelo presidente. Isso fez com que os grupos que apoiavam e fortaleceram o PRF, recuassem. Os políticos locais viram neste ato uma afronta, e diversas lideranças foram apoiar o PRDF (Partido Republicano do Distrito Federal) de Barata Ribeiro. Inicialmente o PRDF apoiava Campos Sales e com ajuda do “grupo triângulo” conquistou diversas cadeiras no Conselho Municipal e Barata Ribeiro com o apoio do mesmo grupo chega ao Senado. Campos Sales na verdade não estava nem um pouco interessado em criar na capital canais de mediação entre os grupos locais, a prefeitura e o Executivo Federal. O Presidente queria a liberdade de ação dos órgãos executivos. O líder do PRDF parte para a oposição levando consigo o “grupo triângulo”.

Barata Ribeiro e Augusto Vasconcelos atuaram juntos na oposição, mas cada um comungava uma característica diferente: O estilo político do primeiro será o de “agitador”, sua função era atacar as propostas do partido da situação e fazer denuncia da má utilização de verbas, falcatruas e outras coisas mais que mobiliza-se a opinião pública. O segundo caberia o estilo do “negociador”, que segundo Robert Dahl em seu livro “O Homem Político” (1960), é uma figura desprestigiada na política, um homem pragmático, oportunista.

Quando a “política dos estados” de Campos Sales se consolida, o PRDF estrutura uma poderosa chapa de políticos locais. O partido não garante as eleições para o senado, mas obtém expressiva vitória na Câmara dos deputados, onde os mais importantes caciques locais se elegeriam como já foi apontado acima. O PRDF passou a ser o principal depósito das lideranças locais da capital, apoiando seu discurso oposicionista na denuncia de que o PRF tinha se tornado um antro de anarquia e desordem. Apesar das diferenças políticas, os dois partidos tinham em seus discursos elementos que os aproximavam, quando defendiam os princípios republicanos.

As duas fortes agremiações políticas produziram em seus discursos três temas fundamentais: o partido como agente da ordem, a defesa da ordem republicana e o autonomismo. Para o PRF os inimigos era o monarquismo e a restauração. Para o PRDF o inimigo era o radicalismo, a anarquia e a desordem presentes na crise de 1827. Estas agremiações faziam

questão de assinalar que tinham mais que interesses partidários, que lutavam por um interesse geral e pela ordem republicana tal como proposta por Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Tomariam a forma de um “partido globalidade” segundo Marcos Veneu, com fórmulas republicanas para fugir do interesse privado e da facção e do personalismo. O PRF integrou-se num projeto mais geral de conquista de poder enquanto o PRDF expressou uma política mais local.

O novo conteúdo que a República repassou para capital ajudou a instituir novas formas de coesão por parte das elites locais. A Constituição de 1891 e a Lei Orgânica de 1892 foram importantes para formação de uma bancada federal carioca. Apesar do poder que o executivo federal exercia sobre a capital, as lideranças locais que foram eleitas exerceram influência sobre o Senado federal e a Câmara de deputados. Uma cadeira no Senado renderia às lideranças cariocas o poder num período de nove anos. Com a eleição de Augusto Vasconcelos para o Senado a representação carioca passará a se equilibrar entre as lideranças nacionais e os e os chefes de perfil mais local.

Podemos expressar duas principais faces políticas que se revelariam na capital da República no início do século XX fazendo uma analogia entre Pereira Passos e Augusto Vasconcelos, segundo Américo Freire:

O primeiro era a expressão de um poder central interessado em se afirmar no jogo federativo como modelo de virtude administrativa em contraste com os vício da política que, no entanto, era tolerada pela ação moderadora e discreta de Vasconcelos em seu jogo clientelista de arregimentação de lideranças locais. (FREIRE,2000, p.190).

Esta contextualização sobre o clientelismo na cidade do Rio de Janeiro tornou-se fundamental para que possamos passar para o próximo item desta tese que tem seu foco no Bairro de Campo Grande localizado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro.

Esta região foi escolhida como foco central deste trabalho devido a memória afetiva e por abrigar os primeiros grupos milicianos organizados na cidade e que tiveram visibilidade midiática. Sendo assim lócus propício para o desenvolvimento e nossa observação do fenômeno do clientelismo.

## 4 ASPECTOS DE SEGURANÇA NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

### 4.1 Políticas de Segurança no Rio de Janeiro e a origem das milícias

Esta tese, ao tratar do clientelismo em Campo Grande na região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, se debruça sobre a discussão da segurança pública e o impacto da organização das milícias nesta região<sup>57</sup>.

De acordo com teóricos que promovem discussões em variados fóruns, é legítimo constatar que estes são unânimes em dizer que o insumo da violência é a falta da democracia real. O sistema democrático é algo que vem sendo conquistado paulatinamente e de maneira sofrida no Brasil, com uma série de interrupções ao longo de sua existência. Na realidade, é simples avaliar que nossos problemas com órgãos de segurança são maiores que em países em que o sistema democrático existe há mais tempo e, onde a participação democrática, vai muito além do direito ao voto. Podemos dizer, que regra geral, os policiais brasileiros guardam ainda as práticas dos “capitães do mato”<sup>58</sup>.

As classes dominantes sempre contaram com a polícia para que as manifestações populares e movimentos sociais fossem aplacados, garantindo seus próprios privilégios. E como a noção de cidadania também é nova, a polícia vem se adequando a garantir proteção ao cidadão. No entanto, em determinada medida, a população ainda está distante de enxergar nas ações policiais, a garantia de sua proteção por parte destas forças. Vemos muitos jovens da periferia que preferem se manter afastados da polícia, pois enxergam estes como “algozes”. Para que haja uma interação entre ambas as partes, população e polícia, seria necessário uma confiança nas instituições no que tange à segurança, cidadania e direitos humanos, o que não existe em nosso sistema democrático.

---

<sup>57</sup> Como documento de base para o estudo da segurança pública na zona oeste do Rio de Janeiro, tomaremos como base o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (2008). Produzida pela assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. No correr do Trabalho esta referência será citada como “Relatório das milícias”.

<sup>58</sup> Faz pouco tempo que o modo de produção escravista deixou de ser a maneira pela qual a nossa sociedade se organizou, e que as relações de produção baseadas no sistema escravocrata deixaram de ser evidentes, para se transfigurarem em novas práticas nos dias de hoje.

Segundo Fernanda Mena no artigo “Um modelo Violento e ineficaz de Polícia” feito para coletânea do livro “Bala Perdida, A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação” (2015), só no ano de 2013, 2.212 (duas mil e duzentas e doze) pessoas foram mortas por policiais no Brasil, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, chegamos a conclusão que seis pessoas foram mortas por dia, ou ainda um em cada cem mil brasileiros são mortos no período de um ano. Neste mesmo tempo, a polícia dos EUA matou cerca de 460 pessoas, e as corporações do Japão e Reino Unido não mataram ninguém.

Não há pena de morte no Brasil, mas existe negligência, e os policiais cometem estes crimes costumeiramente, sendo no Rio de Janeiro ocorrências bastantes naturalizadas. Ocorre uma banalização da morte em Campo Grande na zona Oeste do Rio de Janeiro. Para o professor da FGV, Renato Sérgio de Lima, fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estes casos não são de desvio individual de conduta, mas estão ligados a um padrão institucional, onde encarar o crime apenas como forma de enfrentamento faz parte do cotidiano.

Mas por outro lado é constatado que temos muito mais homicídios do que nos EUA, e que nossos policiais morrem muito mais que em qualquer lugar do mundo. Ou seja, é uma via de mão dupla. Também os policiais vivem sob o signo da incerteza e da insegurança. Principalmente, quando estão à paisana em coletivos, no retorno para suas residências é que correm os maiores riscos de serem assassinados por membros da bandidagem carioca. Segundo o coronel José Vicente da Silva da reserva da Polícia Militar de São Paulo, em 2013, 460 policiais civis e militares foram mortos durante suas folga ou em serviço. De forma geral, foram assassinadas em 2013, 54.269 pessoas no Brasil<sup>59</sup> e isso garante ao país o primeiro lugar em homicídios segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera uma situação fora do controle, ou epidêmica. A violência que faz mais de dez vítimas por 100 mil habitantes.

A segurança pública em 2014 era a segunda maior preocupação dos brasileiros. Luis Eduardo Soares, antropólogo e ex-secretário nacional de Segurança Pública em 2003, no primeiro governo Lula, afirmava que os partidos que diziam representar as classes populares eram incapazes de reconhecer a importância do tema que seria central no cotidiano das pessoas. José Mariano Beltrame, ex-secretário de segurança pública do Rio de Janeiro desde 2007, dizia existir um reducionismo no conceito de segurança pública pois deveria englobar controle de fronteiras,

---

<sup>59</sup> Em 2016, ano em que ocorreu o golpe político-institucional no Brasil esse número aumentou expressivamente, para aproximadamente 61.600 pessoas.

Ministério Público, Tribunal de justiça e sistema carcerário. Na constituição de 1988, o artigo 144 dispõe genericamente sobre as atribuições das instituições responsáveis pela segurança pública, segundo o sociólogo Paulo Sergio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, os constituintes na época por temor ou convicção, não mudaram nada da estrutura da segurança pública herdada do regime militar.

Neste aspecto, devido a este arranjo institucional e a pouca responsabilidade da União nos rumos da segurança pública de forma geral, Luís Eduardo Soares, propõem o fim do vínculo entre a PM e o Exército e busca criar o ciclo completo, quando uma só polícia faz o trabalho ostensivo, investigativo e preventivo.

A discussão da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro tem muitas variáveis e é um tema de significativa complexidade. Optaremos em destacar alguns aspectos desta política pública relacionada às atividades dos milicianos<sup>60</sup> dentro de um contexto clientelista.

As apresentações oitivas acadêmicas foram unânimes em apontar que o contexto no qual está inserida a emergência das milícias está ligado as opções da política de segurança, mas, além disso, há uma lógica própria e acumulativa de organização dessas corporações sob a égide de um circuito clientelista, que a partir da independência e insubordinação mantém projetos de poder e troca de privilégios. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p.38).

Luiz Eduardo Soares, coloca uma importante reflexão sobre o surgimento das milícias relativa às imperfeições no âmbito destas políticas, como no caso dos baixos salários pagos aos policiais na cidade, conforme o sociólogo: “[...] a origem das milícias reside na segurança privada informal e ilegal, quase toda ela a cargo de membros e ex-membros da área de segurança pública que buscam este segundo trabalho inicialmente como alternativa para aumentar seus rendimentos face aos baixíssimos salários pagos”. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p. 39).

Os milicianos na zona oeste, do Rio de Janeiro, a partir do estudo de Ignácio Cano tem sua categorização definida em cinco eixos principais, a saber: “1) controle de um território e da população que nele habita. 2) O caráter coativo deste controle; 3) O ânimo de grupo individual como motivação central; 4) Um discurso de legitimação referido a proteção dos moradores e a

---

<sup>60</sup> O termo milícia se incorpora ao vocabulário da segurança pública do Rio de Janeiro e começa a ser frequentemente usado por órgãos da imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento a partir de 2004 e fica mais consolidado após os atentados ocorridos em dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facção de narcotraficantes a propagação de milícias na cidade. (Relatório das milícias, 2008, pg. 34)

*instauração de uma ordem; 5) A participação ativa e reconhecida da participação dos agentes do Estado.”* (Relatório das Milícias, 2008, p.36). São constituídas por policiais civis e militares, agentes penitenciários, militares, bombeiros e civis. A maior parte é constituída por civis e polícia militar.

De acordo ainda com o Relatório das Milícias” (2008), a ação destas consiste no transporte alternativo que são a sua fonte renda principal. Esta atividade se originou ocasionada por um vácuo no transporte de massa deixado pelo poder público a partir da década de 1990, são atividades que geram renda para muitos desempregados e que reunidos em cooperativas dinamizaram o funcionamento da atividade de transporte alternativo. No correr deste processo, grande parte destas cooperativas foram tomadas a força pelas milícias, que viram a ali uma boa oportunidade econômica e buscaram monopolizar o serviço.

A venda clandestina de gás de cozinha nas comunidades<sup>61</sup>, é outra atividade bastante relacionada com a milícia. A falta de uma constante fiscalização por parte do Estado, facilitou o monopólio deste setor por parte dos milicianos, por exemplo em uma empresa clandestina localizada na Zona Oeste foram vendidos cerca de 3000 (três mil) botijões por dia perfazendo um faturamento diário de cerca de R\$ 20.000.00 (vinte mil reais). Além da precária fiscalização Estatal, outra fonte de aquisição dos botijões ocorrem pelos roubos de cargas constantes organizados pelos milicianos.

Nas comunidades os moradores tem acesso a TV por assinatura, pois existe a prática chamada pela população de “gatonet”. Este é outro setor monopolizado pelos milicianos. É uma operação ilegal de captação de sinal da TV paga. Eles cobram taxas acessíveis aos moradores para que possam usufruir deste serviço. É importante frisar que não existe uma política pública que garanta a veiculação oficial deste serviço nas comunidades, ou seja, uma democratização dos meios de comunicação. É neste espaço deixado pelo Estado que os milicianos encontram possibilidades de diversificarem seus negócios. As consequências desta atividade afetou sobremaneira os antenistas que atuam no mercado há muitos anos, eles foram perseguidos pelos milicianos e muitos tiveram que deixar a comunidade em que viviam.

A segurança privada é uma atividade altamente lucrativa pelos milicianos há mais de duas

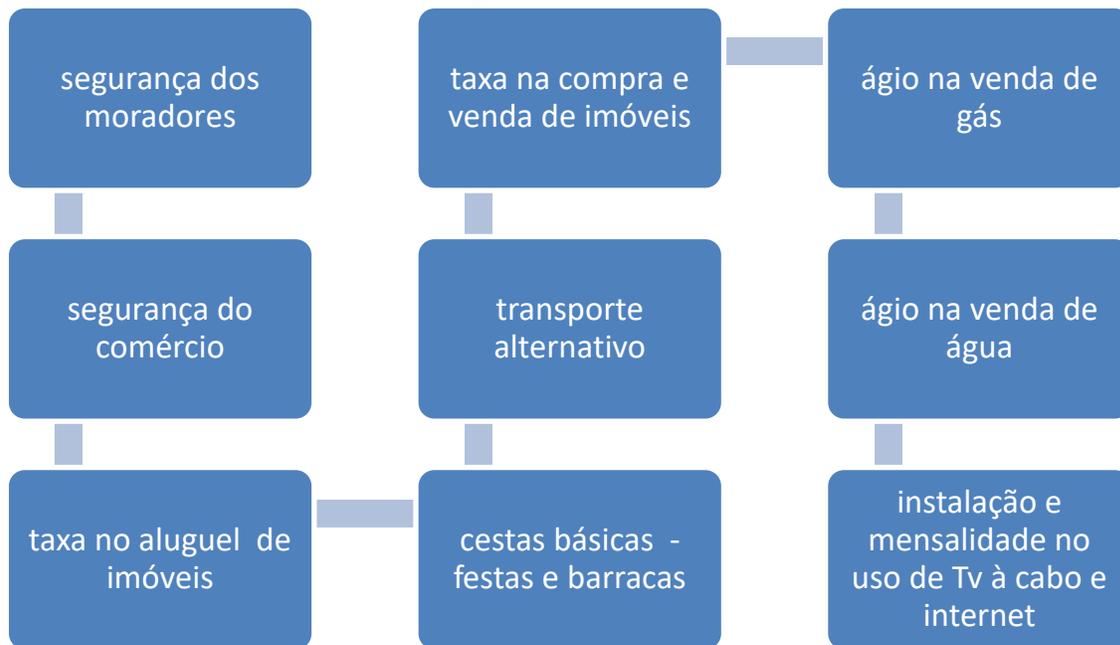
---

<sup>61</sup> Em 11 de julho de 2008, uma ação coordenada por fiscais da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Polícia Civil atuou e interditou um depósito clandestino de gás de cozinha em Campo Grande. No depósito foram encontrados 5.180 botijões de gás que seriam distribuídos para 34 comunidades do município do Rio, abrangendo uma área que iria da zona oeste à zona Sul, uma vez que chegaria à Rocinha. ( Relatório das Milícias, 2008, p. 117)

décadas. Pelo medo que atravessa a sociedade por falta de segurança vários empresários e famílias de classe média adotam serviços de segurança de empresas legais. Atualmente, é comum encontrar vários vigilantes com a identificação “apoio” na vestimenta à serviço desta classe. Se nos bairros das classes médias, este serviço é uma escolha, ajustada entre ambas as partes, nas comunidades da zona oeste este serviço é uma intimidação feita pelos milicianos, estes moradores menos favorecidos, são obrigados a pagar uma taxa para serem protegidos por estes. Novamente, encontramos o descaso do poder público nestas regiões que sempre foram ameaçadas pelo tráfico e não podem contar com a segurança do Estado. A apropriação deste serviço pelos milicianos é mais uma vez facilitada pelo descaso das políticas públicas do governo do Estado do Rio de Janeiro, em regiões periféricas. Os milicianos envolvidos no setor da segurança em comunidades é basicamente composto por policiais na ativa em seus horários de folga e também ex-policiais: “ [...]é que as milícias atuam nos espaços públicos nas ruas assumindo um papel que deveria ser do Estado formal. Instalam portões, cancelas e quaritas, realizam rondas diárias uniformizados, utilizando rádios de comunicação e armamento pesado [...] vendem proteção da violência praticada por eles mesmos” (Relatório das Milícias, 2008, p. 124).

Pudemos aferir de modo geral que a milícia na zona oeste do Rio de Janeiro desenvolve atividades em vários setores que constitucionalmente deveriam ter uma efetiva fiscalização e atuação por parte do Poder Público. Como atesta o diagrama abaixo, estes serviços implicam em uma significativa rentabilidade para o setor, cabendo a população menos favorecida arcar com estes custos coercitivamente. Ou seja, são populações duplamente taxadas, pelo Estado e pela Milícia.

Figura 7 - Gráfico adaptado do “Diagrama de Arrecadação Financeira das Milícias”



Fonte: RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p.125

É importante frisar o papel da governança e da governabilidade que impacta o surgimento e a consolidação das organizações milicianas no território, assim esclarece os pesquisadores Jaqueline Muniz e Domínio Proença, conforme o Relatório das Milícias (2008) “[...] o grau de responsabilidade e do exercício de governança e de governabilidade, na medida em que, dissociado do verdadeiro interesse público, colaborou para o surgimento, o crescimento territorial e a ampliação, tanto dos negócios criminosos como dos braços político-eleitoral e bélico das milícias, como compreendemos atualmente, a partir do ano 2000 no Rio de Janeiro”. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p.38)

Apresentamos acima algumas das problemáticas referentes a segurança pública de segurança carioca e em âmbito geral a estrutura organizativa das milícias, os “vazios de poder” que permitiram a sua conformação, suas dinâmicas internas e o grau de coerção que infringem nas comunidades que tem sua atuação marcadamente mais acentuada, a saber nossa região de estudo Campo Grande, bairro da zona oeste carioca, que sugerem questões:

Como se relaciona esta estrutura organizacional milicianas com os aspectos do clientelismo? Como as relações de políticos mantêm estes círculos viciosos de poder?

É fato que os mecanismos do clientelismo político se fazia presente em muitas comunidades da zona oeste do Rio de Janeiro, havia uma vinculação com estruturas de

articulação política, a exemplo:

A milícia de Campo Grande, denominada liga da Justiça e cujo símbolo seria o símbolo do morcego do desenho em quadrinhos o Batman, o delegado Marcos Neves fez questão de ressaltar: ‘Em Campo Grande Milícia tem nome e sobrenome- Jerônimo Guimarães<sup>62</sup> e Natalino Guimarães<sup>63</sup>. São a materialização ou a personalização da milícia que atua em Campo Grande’. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p.53)

Esta citação comprova a relação das milícias com os políticos que atuam na região da zona oeste e particularmente em Campo Grande. Configurando assim a manutenção das práticas clientelistas. Outro caso de destaque que podemos citar, para referendar a nossa hipótese, seria a candidatura a vereadora em 2008, pelo Pt do B de Carminha Jerominho ou Carminha “Batgirl”, filha de Jerônimo Guimarães Filho. Ela foi eleita quando se encontrava detida no presídio de segurança máxima Catanduvas, no Paraná, por associação à milícia. O caso desta vereadora é bastante singular inclusive, conforme o Relatório das Milícias, o Relatório Draco<sup>64</sup> no depoimento prestado no IP 035.05850/20008 mostra que:

Marquinho Desipe chegou a trabalhar, dentro da Liga da Justiça cometendo crimes por ordens diretas de Natalino e para beneficiar, eleitoralmente Carminha “Batgirl”, posto estava, no final de 2007 dentro da casa de Natalino, com mais de vinte milicianos fortemente armados, para coagir “Marinho Pitbull” (Carlos Ediar do Marinho dos Santos, este um cabo paraquedista fuzileiro naval, que, ao ser interrogado nos autos do processo 2008.205.018917-0, diz que seus apelidos seriam “caveira” e “PQD”) a ceder terreno do condomínio do Parque dos Eucaliptos, para ali ser erguido um Centro Social para alavancar a candidatura de ‘Carminha Batgirl’ (Relatório das Milícias, 2008, p.231).

Apesar da existência de outros grupos de milicianos ligados à estrutura política, optamos pelo grupo Liga da Justiça, por ser o modelo mais clássico para exemplificar a relação da milícia com o clientelismo e o mandonismo local. São grupos de “fora da lei”, extremamente organizados, com extrema capilaridade nas comunidades em que atuam. Esta é uma importante associação com o domínio do território.

De forma que a seguir faremos uma análise sobre o banditismo, a partir da reflexão de Eric Hobsbawn na obra “Bandidos” (1976), e posteriormente procuraremos problematizar o

<sup>62</sup> O vereador Jerônimo Guimarães, o Jerominho, foi eleito pela primeira vez em 2000 pelo PMDB, criando curral eleitoral em zonas carentes da Zona Oeste, foi reeleito em 2004

<sup>63</sup> O Deputado Estadual Natalino Guimarães foi eleito pelo DEM em 2006.

<sup>64</sup> Delegacia de repressão às ações criminosas organizadas. (Draco).

conceito de território e territorialidade em relação ao nosso tema de pesquisa.

Essa reflexão se justifica por entendermos que os processos em curso, tomando como unidade de análise Campo Grande, e sua relação com as milícias e o clientelismo foram aqui abordadas num ponto de vista relativo à dimensão social e política. Um dos objetivos será estabelecer alguns parâmetros teóricos que possam servir de base para o estudo dos agentes sociais e suas relações instituídas nesta região, no território. Assim sendo, mediante um processo mais amplo, procurarei ao longo desta tese, evidenciar algumas características singulares do local que caracterizaram tanto a apropriação de recursos pelos poderes locais, (tais quais as políticas sociais) como as tensões e conflitos referentes ao domínio territorial, em uma abordagem que prioriza a idéia de que o território é, também, produto de processos simultâneos seja de dominação ou apropriação do espaço, ou ambos em conjunto.

#### **4.2 Um percurso analítico: territorialidade, poder local e milicianos.**

Os milicianos de hoje, podem ser alocados em uma situação de banditismo, a partir de premissas dissertadas por E.J. Hobsbawm na obra “Bandidos” (1976). O banditismo, segundo o autor, existe nas mais diversas culturas e sociedades, nos mais diferenciados ambientes, sendo um dos fenômenos mais universais da história; existente em países na maioria dos continentes, do mundo islâmico ao cristão, seja na organização tribal ou na moderna sociedade capitalista.

Segundo a lei, os bandidos são aqueles que usurpam, roubam, subtraem com ou sem violência. Rebeldes que não seguem as leis vigentes também podem ser categorizados como bandidos, na cidade ou no campo. Na idade média, os proscritos, abandonados pelos seus senhores, filhos não primogênitos que passaram a não receber a herança do senhor, passam a ser bandidos.

Ao fazermos uma cronologia sob a condição humana e àquilo que pode relacioná-lo com alguma atividade ilícita, nos remetemos à organizações sociais mais antigas, como na sociedade campestre. Aos moldes da sociedade medieval, esta sociedade, também tem a liberdade restrita, pois a maioria das pessoas esta presa ao trabalho e a autoridade de um senhor. O fator gregário é muito intenso. Os camponeses tem na terra suas raízes. Quando um homem se casa e adquire uma

propriedade, está atado às relações que mantém a produção, distribuição e consumo. Numa sociedade patriarcal, a mulher e os filhos são fortes componentes para uma vida presa ao campo tendo suas funções demarcadas dentro daquela organização social. Só as intempéries, as catástrofes podem tirar o homem desta condição normativa, fazendo o mesmo romper com a engrenagem desta vida estruturada no campo. Podemos pensar que em sociedade tão coesa é difícil o aparecimento dos bandidos, mas é factível que em um período de excedente de mão de obra, de escassez, onde o solo está impróprio para o plantio, os camponeses sigam o caminho do êxodo, da emigração; o alistamento militar, ou até mesmo do banditismo. Geralmente, os mais jovens, no anseio de uma busca de renda mais imediata, partem para a vida bandida.

Esta breve respectiva histórica, nos ajuda a compreender várias das citações de Hobsbawm (1976). O autor através de alguns exemplos, nos mostra diversas situações, onde as condições dos jovens homens o impulsionavam a busca da liberdade no banditismo. Viso com estas colocações levantar a hipótese de que existe um fator na dinâmica pessoal que pode levar o indivíduo a buscar se opor, em algumas situações, aos processos de controle de ordem jurídica-social já estabelecidas. A apropriação cultural-simbólica do espaço, nem sempre são coincidentes com os limites e propósitos instituídos. Assim, retornando a Hobsbawm (1976), romper com a coerção social também é um fator preponderante, no ponto de vista de uma esfera mais pessoal. Mas, devemos frisar, conforme o autor que a falta de renda para sobreviver é essencial para a compreensão do fenômeno.

Aqueles que não se acham integrados à realidade social em que vivem também são jogados à marginalidade. Por exemplo, na Rússia, aqueles que serviam ao exército, fora de suas localidades, voltavam muitas vezes sem paradeiro, pois não tinham mais terra e nem o senhor. Muitos desertores e ex-militares faziam aumentar o índice de bandidos nas regiões. Na Itália, o mesmo acontecia, em seus retornos, se encontravam sem propriedade e sem um senhor ou amo, com esta difícil situação muitos se encontravam à margem da dinâmica social.

Como já frisamos, existe uma parcela também de homens que partem para o banditismo por questões individuais e voluntaristas, estes não aceitam a ordem imposta, são rebeldes que não aceitam o papel social do camponês dócil e submisso, são os chamados “*homens que se fazem respeitar*” (Hobsbawm, 1976. Pág. 29). O interessante deste grupo de homens é que por não se renderem aos padrões, defendem não serem subjugados ao *status quo* social, não querem ser “*docilizados*” e mediante disso, defendem seus interesses e direitos individuais. Querem usurpar

o papel social de seus senhores e com isso desafiar os códigos vigentes.

Hobsbawm, 1976, cita o exemplo de Pancho Vila que tinha uma “bandeira” que era a de vingar a mãe que foi violentada pelos senhores das terras, num lugar onde a mulher nada valia e as classes dominantes tudo podiam. Ostentava as armas e cartucheiras cheias de balas, num lugar onde os camponeses não tinham direito a portá-las, afrontando assim, a ordem estabelecida. Na China, estes *homens que se fazem respeitar*, usavam o cabelo diferente dos demais, causando impacto com seus trajes e armas provocando as castas superiores com seu novo estilo. É curioso como a ostentação de ornamentos fazem parte integrante do indivíduo categorizado como rebelde, eles buscam uma identidade diferenciadas dos demais para demarcar seu posicionamento, pois o objetivo é se desvincular do homem do padrão e dos símbolos que traduzem a ordem. O inconformismo com o que está estabelecido se observa nas vestimentas, na linguagem e gestuais. De certo que *aqueles que se fazem respeitar* tem que externar diferença através das atitudes e principalmente da aparência. Assim, através de uma postura identitária diferenciadora o indivíduo busca deixar sua marca no local. O que, entretanto, estamos denominando de local? Haesbaert (1999) enfatiza que é possível estabelecer, ao menos, três abordagens:

A primeira percebe o local “vinculado aos processos gerais de heterogeneização/diferenciação frente a um global de tendências homogeneizadoras e universalizantes”; a segunda o considera como “instrumento de análise, escala geográfica de abordagem (envolvendo as relações sociais ligadas ao cotidiano e aos contatos face-a-face”); a terceira determina o local como lugar, “este geralmente entendido como um espaço culturalmente significativo, dotado de valor subjetivo” (HAESBAERT, 1999, p.26).

Baseei-me nestas duas últimas designações do autor, ou seja, a noção a partir da qual o local é percebido como instrumento de análise e espaço culturalmente significativo e dotado de valor subjetivo como base para esta análise.

É justamente, neste espaço cultural de valor subjetivo que podemos entender a separação que frisa Hobsbawm (1976) das categorias dos homens tidos como bandidos rurais e do banditismo social.

Os bandidos rurais ou camponeses se tornam paladinos, vingadores ou heróis, não promovem ações ditas revolucionárias, não constituindo uma vanguarda popular revolucionária, representam a exceção e não a regra; o que é diferente, dos “robber barons” e criminosos, que podem ser confundidos com o banditismo camponês. Os Três Mosqueteiros, por exemplo, são os

“valentões bem nascidos”, ” fidalgos rurais empobrecidos” que Dumas representou em sua obra. Neste caso, podemos dizer que estes fidalgos acabam fazendo parte de uma tradição onde as revoltas camponesas foram débeis contra a injustiça senhorial. Segundo Hobsbawm (1976) criminosos formam sua sociedade a parte, isolada e quando os bandidos rurais falam no máximo dialetos locais, estes usam gírias. É difícil não ver um marginal, ou criminoso que não tenha feito pacto com o diabo ou coisa parecida no século XVI, existia ali a necessidade de se contrapor ao *status quo* e o estabelecido. Os bandidos rurais partilhavam de um sistema de valores comum aos camponeses: a desconfiança em relação aos estranhos.

Segundo Hobsbawm (1976), na Europa Central nos idos dos séculos XVII e XVIII, os bandos de ladrões criminosos poderiam ser possivelmente diferenciados dos bandidos sociais, pois são formados por “tribos ou castas criminosas” e indivíduos proscritos<sup>65</sup>. Os bandos de criminosos, careciam sempre de vínculo com a localidade, ao contrário dos bandidos sociais, eles não ficavam confinados a limites territoriais, entravam em terras estranhas que os bandidos camponeses evitavam e execravam. Então podemos diferenciar a atuação e as práticas destes criminosos dos bandidos rurais mais não excluí-los do estudo do banditismo social, pois onde o banditismo social não se apresenta com força, criminosos como Robin Hood serão idealizados fazendo parte de um imaginário coletivo<sup>66</sup>.

Apesar do texto de Hobsbawm aprofundar sua análise no banditismo social, como “*um tipo especial de protesto e rebelião camponesa*”(Hobsbawm,1976 p.35), ele considera as outras formas de banditismo como objeto, pois nem sempre, existe uma separação nítida entre as práticas.

Uma figura importante que já foi citada é Robin Hood, sua fama é mundial, ele representa aquilo que todo bandido camponês devia ser: consciente, abnegado e idealista. Surgiram figuras próximas a versão fictícia, mas a maioria não era nobre. O” ladrão nobre” é aquele que estará sempre dispensando a justiça para agir em nome da equidade social, e promover a solidariedade entre os camponeses, se identificando com eles. Geralmente o “ladrão nobre” é um injustiçado que inicia sua carreira devido a perseguição, pelas autoridades, por algum pequeno ato ilícito que muitas vezes é aceito pela sociedade local. Inúmeros atributos o fazem diferente como roubar dos

---

<sup>65</sup> Existia uma ladra bávara que era proveniente de uma família de mais de 200 anos de atividades criminosas, dezenas de parentes seus já haviam passado pelas mãos da polícia ou foram encarcerados.

<sup>66</sup> A figura do ladrão que rouba para dar aos pobres, terá sua versão nos mais variados países.

ricos e dar aos pobres, não matar, ser querido em sua comunidade e muitas vezes morre porque é traído por pessoa não grata do grupo que protege. Muitas vezes é fiel ao rei ou imperador, mas representa ameaça aos corruptos e opressores locais<sup>67</sup>, segundo o autor, alguns aspectos tornam os cangaceiros brasileiros passíveis de serem integrados nesta categoria, pois muitos alegavam entrar no banditismo devido a injustiça provocada pelos coronéis proprietários de terras. O “*espírito selvagem de justiça*” (Hobsbawm, 1976 p.39) é componente importante para manutenção da figura do justiceiro querido pela comunidade. Em sociedades pré-industriais, a caridade e a liberalidade eram importantes para os ricos que desejavam mostrar bondade e devoção<sup>68</sup>. Quanto ao uso da violência, Hobsbawm diz:

“[...]e muito pouco provável, que qualquer bandido real jamais tenha estado em condições de obedecer continuamente, a esse requisito moral imposto por seu status [...] qualquer que seja a definição de assassinato justo, o “bandido nobre” deve pelo menos procurar permanecer dentro dela, e é provável que o verdadeiro bandido social o faça [...] Como o bandido social não é um criminoso, encontra pouca dificuldade para regressar à sua comunidade, como membro respeitado, quando deixa de estar fora da lei.”(HOBSBAWM, 1976 pág. 42).

Nas regiões mais longínquas, o governo exerce pouca influência e diante disto, agentes da lei tem dificuldades de acesso, o bandido pode morar na província, como é o caso da Sicília e da Calábria, e não ser querido, mas tem influência na comunidade<sup>69</sup>.

O “paladino” sempre anda de acordo com os padrões locais e tem de ser digno de respeito e admiração, estas ações moralmente positivas garantem a posição de bondoso do “ladroão nobre”. Estes são cantados em verso e prosa, garantindo a fama e reavivando a lenda. Jesse James famoso nos EUA, ganhou sua reputação devido aos lavradores do Missouri cantarem sua reputação. É importante reiterar que só com a ajuda da sociedade suas qualidades seriam postas a prova. “*[...]ninguém auxiliaria a lei contra ele, o bandido estaria praticamente à prova de descoberta por soldados canhestros na região que ele conhecia tão bem, e só a traição poderia ensejar sua captura.*”(HOBSBAWM, 1976 p. 45)

<sup>67</sup> Este padrão podemos encontrar em personagens como Pancho Villa no México, Angelo Duca cujo codnome era Angiolillo (1760-1784) em Nápoles.

<sup>68</sup> Comunidades de ladrões, os chamados Badhaks, famosos na Índia Setentrional, sempre guardavam cerca de dez por cento dos saques para a caridade e para o templo religioso. No Peru Minas também seguiam as regras de garantir uma boa quantidade para divisão entre os menos favorecidos.

<sup>69</sup> KotaCristov na Macedônia do séc XIX, era temido em sua aldeia, mas defendia os interesses dos colonos contra os latifundiários locais e contra a ação de estrangeiros. Quando resistia a algum ataque, fazendo mortos, fazia suas preces no mosteiro bizantino da santíssima Trindade, defendia com veemência os interesses de seu povo.

O aspecto da invulnerabilidade é importante e complexo. Reflete a confiança e a reciprocidade entre comunidade e bandido. O desejo da comunidade é que ele não possa ser nunca derrotado, o bandido bom não morre para retornar e restaurar a justiça, a recusa da aceitação de sua morte por parte da sociedade garante sua nobreza. Além disso, a derrota do bandido é a derrota de sua gente. Muitos levam em seu corpo amuletos para garantir a invulnerabilidade<sup>70</sup>. Quanto mais forte e coesa é a relação com a comunidade, os laços com aspectos mágicos ganham mais significados, é o caso dos rampok javaneses que estreitam seus laços com a comunidade através dos elementos mágicos e até podem reiterar seu fracasso em alguma ação como algum presságio, ou augúrio mal interpretado.

Um ladrão nobre não pode entrar em conflito com a fonte da justiça, nas histórias ele sempre se reconcilia como é o caso de Robin Hood que no final apesar de lutar contra o rei, este acaba cedendo a sua virtude.

Buscamos frisar que o simbolismo destas histórias são notórios, pois onde o Estado não consegue chegar com sua força, ele terá que no mínimo se reconciliar, fazer um pacto de não agressão, estabelecer contato com o grupo mais forte. Não só podemos identificar isso no cangaço brasileiro, como também nas mais diversas vezes que o Estado brasileiro tenta monitorar poderes locais para por em prática políticas de integração e expansão, como foi o caso dos militares, dando até patentes a alguns contraventores locais<sup>71</sup>.

Outra questão é que na verdade, as autoridades seriam menos complacentes com “ladrões nobres” pois seriam tratados como subversivos. Um grande destacamento logo seria o bastante para coagir o pequeno grupo ou comunidade onde esta espécie de ladrão tem proteção, a não ser num grupo guerrilheiro, mas assim sendo este ladrão nobre ou Robin Hood não estaria condizente com o modelo, pois guerrilheiros não atuam apenas em seu território, e estes, são no ponto de vista ideológico e organizacional muito mais eficazes e menos arcaicos. Não que a imagem do “ladrão nobre” não sirva de inspiração a estes guerrilheiros, mas representa segundo o autor :

[...]Uma forma extremamente primitiva de protesto social, talvez a mais primitiva que existe. E o indivíduo que se recusa a dobrar a cerviz, e isso é tudo. Em circunstâncias não revolucionárias, a maioria dos homens desta espécie, sentir-se-á tentada a seguir pelo caminho fácil- converter-se em ladrão comum que rouba tanto dos pobres quanto

<sup>70</sup> Na Calábria muitos bandidos andavam com amuletos benzidos pelo Papa. No Peru, bandidos pediam ajuda a Nossa Senhora de Lurene no Brasil, os cangaceiros recorriam aos beatos

<sup>71</sup> Títulos de Coronel e capitão.

dos ricos (exceto, talvez, em sua aldeia natal) em servidor dos poderosos, em membro de algum grupo armado que estabelece boas relações com as estruturas do poder oficial.”(HOBSBAWM, 1976, p.52)

Sem o ideal de Justiça, segundo Santo Agostinho, os reinos não passariam de imensos roubos, por isso a imagem do ladrão nobre, do Robin Hood existe até hoje. Ele representa menos a derrubada do poder opressor e mais a possibilidade de amenizar a opressão.

Podemos observar a ação de grupos de bandidos que agem espalhando o terror e a crueldade. Seu heroísmo se baseia na aplicação de força e na vingança, não são vistos como agentes da justiça, mas como aqueles que demonstram os pobres e fracos enquanto criaturas bem cruéis. Essa variedade de banditismo social abarca tanto a figura do “ladrão nobre” como da aberração, da perversidade. Os cangaceiros brasileiros, podemos enquadrar nesta situação de crueldade e caridade. Antonio Silvino ou Manoel Baptista de Moraes (1875-1944)<sup>72</sup>, ficou conhecido mais pelas boas do que pelas más ações. Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, outro grande cangaceiro, nasceu numa família de respeitáveis agricultores, onde poderia ter sido um doutor segundo seu próprio tio, Manoel Lopes<sup>73</sup>, aos 17anos inicia sua trajetória em direção ao cangaço. Forma um bando com seus irmãos e mais 37 pessoas para atacar os Nogueiras. A vingança leva o grupo ao banditismo. Interessante e observar que quem municia os cangaceiros são os próprios coronéis e chefes da guarda das províncias, na busca de realizar pilhagem no território do alheio ou garantir a proteção da sua propriedade. Centenas de armamentos e munição chegavam as mãos dos contraventores, via desvio por parte das próprias autoridades locais, numa espécie de guerra fria entre as partes. A desmesurada violência e a forma com que acontece, são de fato, fenômenos sociais<sup>74</sup>.

As rixas familiares são fenômenos que envolvem extrema violência, quando por algum motivo, as formas de negociação não surtem resultados. O cangaço tem no seu âmago as mais

---

<sup>72</sup> Antônio Silvino nasceu em Afogados de Ingazeira e veio falecer em Campina grande. Vinha de uma família de bandoleiros, seu pai era Bastião do Pajeú, cangaceiro de renome na região nordeste, mas só entrou pra o cangaço em 1896 juntamente com seu irmão Zeferino. Adotou o nome Antonio Silvino em homenagem ao tio Silvino Aires Cavalcanti de Albuquerque que também era bandido. Seu outro apelido era “Rifle de Ouro”. Foi o mais famoso cangaceiro antes de Lampião. Entre suas ações de maior importância, seqüestrou engenheiros que trabalhavam pra empresa Great Western, que implantava, então, o sistema ferroviário da Paraíba.

<sup>73</sup> Um infortúnio levaria os Ferreiras para fora da Fazenda dos Nogueiras. Foram expulsos, acusados de roubo.

<sup>74</sup> O caso de Rio Preto esta diretamente ligado ao racismo e as atrocidades cometidas em sua criação, a impotência da família de Virgulino diante da autoridade local da família Nogueira, as minorias oprimidas pelas maiorias tornam um ciclo de violência que se transfigura e permanece, numa espécie de retroalimentação

diversas pendengas entre famílias de coronéis e subordinados. Em todo nordeste brasileiro se ouve falar de famílias que mantêm alguma questão a resolver, muitas vezes datadas historicamente, problemas que ficaram no passado mas que pela dimensão da violência deixam marcas no presente. Em nome da honra do grupo, as mortandades entre os indivíduos se reiteram, sempre das formas mais cruéis e até se utilizando de sordidez como estupro e infanticídio. Segundo Hobsbawn: *“O banditismo , como vimos , cresce e toma proporções epidêmicas em épocas de tensão e desagregação social. Tais épocas são também aquelas em que as condições para essas explosões de violência se tornam favoráveis”* (HOBSEBAWN, 1976, p.64).

Sobre a economia em que se estabelecem estes bandidos sociais, vimos muitas vezes aqueles que o abastecem, com vestimentas e comida, munições e armas, fazendo parte do convívio, da comunidade. Bandidos sociais são homens sem propriedade e emprego. Não acumulam. Tudo o que tem e de uso temporário e pessoal. Mas de qualquer forma eles, tem que estabelecer relações com o sistema social, político e econômico convencional. O inventário de Lampião de 1938, quando preso pela volante traduz muito deste estilo despojado:

Chapéu: de couro, tipo sertanejo, enfeitado com entalhes formando estrelas de Salomão. Barbicacho de couro, com 46cm de comprimento, enfeitados com cinquenta berloques de ouro [...], uma aliança com nome Santinha gravado na parte interna, (...)uma antiga moeda brasileira de ouro, com a efígie do Imperador D. Pedro II; duas outras moedas , ainda mais antigas [...].

Fuzil: Mauser, utilizado pelo exército brasileiro, modelo 1908, n 314, série B. A bandoleira é enfeitada com sete escudos de prata , do tempo do Império, e com cinco discos de metal branco. Um pedaço de alumínio serve de reforço ao dispositivo de segurança[...]" (HOBSEBAWN, 1976, p.82)

Enfim, a ornamentação das roupas, utensílios e ferramentas de trabalho, ajudam a distinguir os bandidos, observamos hoje as indumentárias dos gangsters norte americanos, como seduzem a juventude, e se transformam em objeto de desejo. As marcas dos bandidos como 2pac, Tug Life, vendem centenas de milhares de dólares neste mundo globalizado.

Figuras como Lampião, Pancho Villa, tinham que contar sempre com a ajuda de um amigo fazendeiro que providenciaria recursos sem colocar alguma questão ou embargo. Bandidos que assaltam viajantes seja na Tunísia ou na Índia, necessitam das informações, a respeito do embarque de comboios e obviamente de intermediários e atravessadores. Nas regiões economicamente atrasadas os salteadores estarão envolvidos com aqueles que compram e vendem as mercadorias. Segundo Hobsbawn (1976) era possível que negociantes de bois e

porcos dos Balcãs, atuassem como bandidos, assim como os capitães de navios, período mercantilista, pudesse debandar à pirataria. Os Hayduks, bandidos dos Bálcãs, se vestiam como negociantes, promissores negociantes de gado como Jorge Negro na Sérvia e os Kolokotrones, na Grécia, conduziam bandos de salteadores. Mas os bandidos trazem consigo algo que os distinguem de um especulador imobiliário por exemplo, a astúcia, a força e a bravura e determinação os aproximam dos pobres, nada pode transformar um bandido em um nobre, pois na sociedade em que floresce o banditismo, a fidalguia e a nobreza não são recrutadas pelos plebeus. Mas é inevitável que o bandido não seja levado a reboque pela riqueza e pelo poder.

O bandido bem sucedido é parte integrante do sistema dos ricos e referência por parte dos pobres. De fato, estamos dando muita ênfase ao banditismo rural, mas é necessário pois é a base para o entendimento dos gangsters e até de chefes políticos de hoje, que levantam a “bandeira” em defesa dos pobres, além de fazer a distinção daqueles que estão próximos aos centros de riquezas e poder. O bandido rural pode estar claramente fora do sistema e sua ligação pode ser apenas de parentesco, mas de qualquer forma ele não consegue fugir da lógica imposta por uma sociedade de exploração e domínio, pois ele tem que estar sempre em dia com seus contatos comerciais e forma, além disso, um núcleo de força armada, portanto uma força política, nesse caso não há necessariamente que convocar as autoridades, o Estado e sua força, pois onde ocorreu o banditismo, não existia nenhum mecanismo para manutenção da ordem pública que fosse eficiente e regular.

Segundo Hobsbawm (1976), as autoridades locais sempre negociaram com os bandidos para manter suas funções sem maiores problemas, até mesmo os policiais da região preferiam fazer “vista grossa” a ação deliberada dos bandidos. Quanto mais atrasada a região, os magnatas ou coronéis mobilizam as forças das ordens para si, na necessidade de proteção e disputa política local. As clientelas são formadas através da ostentação, da riqueza que será distribuída livremente, mais para garantir a influência na região e fortalecer o patriarcado e a família, do que com o intuito apenas de acumular capital. Sem estes fatores o “jogo político” se torna ineficaz. O banditismo tem neste cenário o campo para proliferar e se enraizar:

Esta é a situação ideal para o florescimento do banditismo. Ela proporciona uma necessidade natural e um papel político para os bandidos, um reservatório local de homens armados e descomprometidos que, caso possam ser induzidos a aceitarem a proteção de algum aristocrata ou rico proprietário, aumentará enormemente o prestígio deste e poderão (...) lutarem por ele, ou atuarem como cabos eleitorais. (HOBBSAWM, 1976, p.90)

Quando em 1926, Luiz Carlos Prestes e sua coluna, partiram para o interior do Brasil, para promover a guerrilha, dentro do contexto do Tenentismo com críticas severas a República Oligárquica. O governo federal, já bastante incomodado com a atitude do oficial rebelde ( um futuro líder do Partido Comunista Brasileiro), solicita ao Santo Padre Padre Cícero Romão Batista, ajuda para frear tal investida. Padre Cícero tinha centenas de fiéis que não se influenciariam pelas boas novas revolucionárias prestistas se o Padre Cícero intervisse. Além disso, o Padre não via com bons olhos o avanço das forças federais em seu território, e chamou Lampião e sua tropa , para fazer a contenção, convidando-o à Juazeiro, recebendo o bandido com honras de chefe de estado. Um inspetor do Ministério da Fazenda deu a Lampião, patente de Capitão, fuzis e munição para enfrentar um exército. Capitão Lampião ficou todo garboso com a patente, algo que aproximava o bandoleiro à legitimidade. Mas um fazendeiro, amigo de Virgulino, soprou em seu ouvido que após a contenda com Prestes, ele perderia o status, e logo o cangaceiro desanimou e cessou sua perseguição aos rebeldes. Ainda dentro desta análise:

A estrutura política rural nas condições que produz o banditismo exerce dois efeitos. Por um lado , ela gera , protege e multiplica os bandidos; por outro integra os ao sistema político. Sabidamente, é provável que ambos os efeitos sejam fortes onde a máquina do estado se encontra ausente ou é ineficiente ou onde os centros regionais de poder são instáveis, como ocorre na “anarquia feudal” das zonas de fronteira, entre um cambiante mosaico de pequenos principados, no sertão agreste.”( HOBBSAWN, 1976,p.93)

Existiam aqueles grupos de bandidos que eram tão perigosos e rebeldes onde os poderes locais pouco queriam se associar, estes eram perseguidos, ou e logo massacrados, ou quando não, criavam pendengas e vendetas nos grupos que se mantinham estruturados<sup>75</sup>. É interessante observar que com a complexidade das relações de produção e as novas formas de acumulação, os ricos irão deixando de lado os bandidos de aluguel e irão investir cada vez mais na contratação de policiais para garantir seu patrimônio e defender seus familiares. Com o desenvolvimento econômico, os poderosos e ricos vão passar a encarar cada vez mais os bandidos como ameaça e não mais como um fator que entra no jogo de poder. Neste novo contexto eles serão permanentemente alvos de perseguidores, da justiça, pois passam a ameaçar os “homens de respeito” (HOBBSAWM, 1976. pag.94). Seria então a partir deste momento que “bandido versus herói” daria a tônica para o desaparecimento de vez do banditismo da normalidade da vida social

<sup>75</sup> Os Mcgregors, era um clã de bandidos que foram extintos e seu nome proibido em determinada região da Escócia, nos séculos XVI e XVIII. Existia uma ordem social a ser respeitada, e a propriedade privada garantida.

e política na modernidade:

O ladrão passa agora a pertencer apenas a uma parte da sociedade, a dos pobres e oprimidos. Pode integrar-se à rebelião do camponês contra o senhor, da sociedade tradicional contra a modernidade, das comunidades marginais ou minoritárias contra sua integração num corpo político maior, ou ainda fundir-se com aquela contrapartida permanentes para o mundo “correto” ou respeitável, o “submundo”. No entanto, mesmo isto passa a oferecer menos possibilidades para a vida nas montanhas, nas matas, nas estradas. (HOBSBAWM, 1976,p.95).

É importante dizer que os bandidos sociais nunca ofereceram possibilidade de outra alternativa que mudasse o status dos camponeses. Sua postura ambígua entre pobres e poderosos só garantiam a manutenção do sistema. Pancho Villa por exemplo, virou um fazendeiro aristocrata no final de tudo. A contribuição dos bandidos para as revoluções modernas foram pífias. Mas, podemos ressaltar, que o movimento de Emiliano Zapata trouxe importantes elementos para garantir a reforma agrária na revolução mexicana.

O mito do banditismo figura nas mais diversas partes do mundo, existe uma celebração a estes que intrepidamente agem com perspicácia e rompem com as condutas normais da sociedade. Eles vivem no mundo dos pobres, a quem é relegado a sobrevivência com muita dificuldade. Numa sociedade onde existe a subserviência, aquele que se mantém de cabeça erguida perante as dificuldades, nutre a esperança de dias melhores, pois foge à dinâmica da naturalização de sua dependência a outros senhores. Hoje, este bandido de outrora, que tinha ética e compromisso não existe. Ele figura, no máximo, nas revistas em quadrinhos, onde os justiceiros cumprem um papel moral e atuam fora da lei mas em nome da justiça. Os bandidos que aparecem na tela de TV ou são os párias da sociedade, que sofrem com linchamento e abusos, ou são políticos e magnatas que de uma hora pra outra são descobertos em algum ato ilícito com dinheiro público. Outros bandidos são mais aceitos por transitar entre o poder oficial e a marginalidade. Estes são os milicianos do Rio de Janeiro.

O termos “milicianos” e “milícias” na atualidade e no Rio de Janeiro, passou a fazer parte do dia a dia do povo devido a forma freqüente que eram ostentados pelos diferentes órgãos de imprensa quando a atuação destes aguçou a opinião pública a partir dos anos 2000. Em 2004 eram constantes as reportagens sobre as atuações das milícias, e em 2006 com a pressão dos órgãos de segurança sobre os milicianos e a insatisfação dos narcotraficantes, ocorreram inúmeros atentados. A princípio os órgãos de imprensa traziam a noção de que seriam “auto defesas comunitárias”, como foi dito pelo próprio prefeito Cesar Maia na ocasião. Muitas

comunidades passaram a acreditar que a partir dali seria aberta uma possibilidade de aplacar a ação violenta dos narcotraficantes que ao defender seus pontos de venda, confrontavam a polícia e outros grupos rivais. Jovens da comunidade eram cooptados e muitos morriam no confronto. A milícia seria alternativa a isso tudo. Mas logo ficariam evidentes as intenções dos milicianos que estavam menos dispostos a garantir alguma “defesa a comunidade” e mais em movimentar o mercado do transporte alternativo e venda de gás e “gatonet”. Algumas comunidades da zona oeste passaram a ser incomodadas com os constantes bailes promovidos pelos milicianos, muitos jovens moradores que evitavam as festas dos narcotraficantes de outrora, passaram a frequentar as festas dos milicianos. Isso não foi muito aceito por parte dos familiares, mesmo sabendo que em sua maioria eram agentes da lei e políticos locais que patrocinavam os eventos. Alguns condomínios de classe média na zona oeste, teve suas residências invadidas com o propósito de promover bailes onde havia muita ostentação: toda sorte de bebidas, carros importados, belas mulheres incluindo, meninas da classe média local. Isso passou a preocupar a comunidade. Logo, deram conta da subjugação ao poder adquirido pelos agentes da lei que atuavam nas milícias.

Em 2007, os agentes do estado que utilizavam da violência para dominar as comunidades, exercendo a margem da lei, o papel de juiz e polícia, foram perseguidos e investigados pelas novas autoridades que passaram a ocupar os cargos na segurança pública. Segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a ação das milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (2008):

Já no início de 2007, as novas autoridades do Estado do Rio se manifestam publicamente contra as milícias e afastam o inspetor da Polícia Civil Félix dos Santos, acusado de chefiar a milícia de Rio das Pedras. Em agosto de 2007 o líder comunitário da favela Kelson's, Jorge da Silva, faz denúncias perante diferentes órgãos e é seqüestrado e assassinado em função destas denúncias. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p. 34).

Aqueles setores que denunciavam a ascensão dos milicianos e a forma violenta com que se estabeleciam e se expandiam, foram alvos de constantes retaliações. Os jornalistas do jornal “O Dia” que investigavam e vinham tentando produzir matéria sobre o assunto, no ano de 2008, foram cruelmente torturados. A mídia nacional e internacional, voltaram seus olhares para o cenário da tragédia, que dia a dia com novos acontecimentos, reacendia o interesse pelo tema. A ação dos milicianos, nos domínios do território nos levam à análise da constituição deste processo e na sua apropriação do mesmo.

### 4.3 Territorialidade: rupturas e continuidades.

Para apreendermos a condição do território e a atuação miliciana na Zona Oeste, somos obrigados a vincular as noções território e espaço ao processo dinâmico de produção, ordenação e delimitação de fronteiras físicas e sociais, ou seja, às ações de determinados grupos sociais que regulam e se apropriam de determinado campo de atuação.

Vários estudos, partem da definição de território como “um espaço definido por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Esta abordagem, ao privilegiar a análise a partir da noção das grandes estruturas, onde os poderes internos não são considerados, negligencia a concepção de que o território não se restringe a uma associação necessária com o Estado. O espaço prenhe de propostas passíveis de serem implementadas traduz-se em projetos que resultam na representação desejada de um território. Nesta perspectiva, é colocada a distinção entre estes dois conceitos por Raffestin (1993). Para o autor, o território constitui-se como alicerce do espaço, onde a *ação apropriatória* pelos atores sociais em um determinado espaço se traduz em sua territorialização. Considero que no território também se refletem as construções de hegemonias que se estabelecem ao longo do tempo. Para uma territorialidade compreendida de forma mais crítica e abrangente, o território pode ser interpretado como um campo de forças, uma rede de relações sociais, sendo prenhe de história, tradição e ideologia. Desse modo, amplia-se a discussão do território.

Os territórios são construídos e desconstruídos em diversas escalas, podendo ter tanto um caráter permanente quanto cíclico, conforme assegurou Souza (1995). Interessa-nos destacar o fato de que a conformação de um território não se limita apenas à dimensão territorial. Incorpora os desígnios políticos, econômicos e sociais subjacentes ao processo histórico da região, com suas singularidades, das características sociais, de pobreza, e de modificação das suas características, a zona oeste do Rio de Janeiro passa de área rural sendo denominada no século XIX de “celeiro do Rio de Janeiro” para uma região marcada pela violência e pelo abandono do Estado, entre outras determinantes.

Para o geógrafo Milton Santos (2002) a análise do território deve conter proposições jurídico-políticas, que levem em conta seu legado histórico. A partir de uma análise comparativa

entre esses dois momentos distintos da zona oeste do Rio de Janeiro de região rural à periferia<sup>76</sup>, podemos verificar a existência de fatores em comum que engendraram uma potencialidade econômica subjacente à política territorial: a abundância de terras, e a conseqüente ocupação dos vazios de poder, determinado pela ausência do poder público na região.

Na atualidade, nos cumpre enfatizar, de um lado, a presença dinâmica de diversas territorialidades (gênero, raças, culturas regionais), permitindo-nos questionar se estariam, esses movimentos, identificando novos processos de utilização do território? Novas formas de construção social dos espaços territoriais? Creio que a disputa territorial, no espaço da Zona Oeste, seria um dos fatores responsáveis por esta indagação analítica proposta pelo autor. Neste contexto, as políticas públicas cobram sentido no território e o redefine constantemente.

Em Campo Grande, a implantação e o desenvolvimento de organizações milicianas e a prática clientelista levam em conta as dimensões econômicas, ideológicas, discursivas e culturais presentes em hábitos, costumes e vivências presentes na região. Soma-se, ainda, um dos principais elementos que invólucram a idéia e o discurso em torno do desenvolvimento local: a necessidade da criação de instrumentos para a participação mais ampla da sociedade local nas tomadas de decisões políticas, e para gerir as atividades da vida cotidiana. Neste sentido, ganha caráter de redefinição o critério de “pertença” da população local, bem como modificar o contorno singular adquirido em Campo Grande, neste contexto, diante da concepção de periferia.

Sendo assim, tem destaque a idéia de que a cidadania se vinculam a vida política que consagra a participação. Não ao medo e a coação. Regra geral se pôde notar que as figuras políticas representativas não se articulam para que seus representados tenham poder de barganha, de negociação, de acesso aos bens e qualidade de vida mediante a formulação de políticas públicas. Na realidade, eles buscam referendar e fortalecer as práticas clientelistas e não incute as oportunidades de participação popular em fóruns significativos institucionais, como por exemplo, propostas e organização de comitês para engendrar melhorias significativas na região.

Por outro lado, em determinada medida, podemos verificar a gama de acordos e projetos que vem sendo implementados pelos políticos locais que são pensados de acordo, não com as necessidades locais, e sim na consolidação do mandonismo, via através de “currais eleitorais”, “votos de cabrestos”, entre outros.

---

76 Mais adiante nesta tese explanaremos sobre a constituição de Campo Grande/zona oeste como região rural e sua transformação para uma região “periférica”.

Por outro lado, tomando a zona oeste em seu conjunto através dos estudos sobre a região e observação empírica verificou-se que ela institui sua própria coesão e ordenação de seu mundo (no campo social, político ou simbólico), afirmando sua territorialidade, tornando-se assim perceptíveis as disputas das assimetrias de poderes e as hierarquias sociais. De forma que, ao ser abordado o tema da territorialidade, torna-se necessário considerar as práticas sociais que se efetivam, concretamente, naquele espaço.

O local é reconhecido como o "lócus" identitário, por vezes multifacetário, porém definido territorialmente e onde se cultivam tradições e se expressam as diferenças que constituem a cultura local, diversa e, por vezes, síntese de culturas universais. O patrimônio sociocultural de uma comunidade ou sociedade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características intrínsecas a uma comunidade que podem contribuir (ou frear) as ações em prol de seu desenvolvimento. (GEHLEN, 2006, pp.270-271).

De acordo com a citação acima, o local é carregado de sentido que dá significado a vida dos seus habitantes, sendo marcado por práticas e discursos de pertencimento. Por exemplo, as referências nostálgicas à Campo Grande como ao Teatro Rural do Estudante uma iniciativa que viajou pelo mundo, e aos áureos tempos da chamada Califórnia Carioca, na década de 1930, quando a região foi exportadora de laranja.

Verificamos, que os habitantes de Campo Grande organizam seus espaços de lazer em áreas de futebol, shoppings, praças levando em conta as áreas delimitadas. Ou seja, nesta dinâmica, aquele espaço não é percebido como "irmanado" e "único". Os acessos são restritas regiões consideradas mais perigosas, e pertencentes a uma liderança local ligada à contravenção, ou ao tráfico. Não obstante, não são capazes de reconhecer a interveniência das ações planejadas por políticas, ou seja, a instituição de projetos de melhorias consistentes voltados para a região articulados por ações de poderes extralocais. Como pudemos evidenciar, mediante a observação na região e demais estudos, as políticas sociais em prol do desenvolvimento local não conseguem se estabelecer na medida em que falta segurança, atendimentos na saúde, educação e lazer.

Conforme a bibliografia disponível sobre o tema, observa-se, que certas regiões de Campo Grande teve um espaço sistematicamente em litígio. Como verificamos é o cenário onde o clientelismo e a milícia no Rio de Janeiro se estruturaram com maior sustentação. É sabido que na região travaram-se práticas belicosas e inamistosas.

Assim, a percepção das mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas nos permitiu aferir o quanto houve de continuidade e de ruptura a respeito da idéia de território como região

rural e depois periférica, como espaço de intersecção de diferentes práticas, formando ali, uma identidade singular.

As próprias dinâmicas e transformações internas tiveram reflexos sobre sua trajetória. A especificidade do tema da periferia é precisamente a sua complexidade. Para compreendê-la, é necessário que haja um encontro transdisciplinar, considerando-a como um lugar que vivencia diferentes articulações e tem interfaces complexas. Além disso, há uma conjugação de materiais associativos, econômicos, culturais e simbólicos. Estes fatores implicam interações entre o território concreto, e a mobilização de um conjunto de atores, neste campo diferenciado e de desigualdades.

Para estas elucidações significativos conceitos servem de instrumentos analíticos para o aprofundamento e prosseguimento destas discussões que se encontram em aberto como os processos, a relação entre local e global, democracia, identidades sociais, território e territorialidade. Assim procuro estabelecer um exercício teórico interdisciplinar, em torno da dificuldade de estudar e trabalhar as regiões periféricas. Este cenário se torna ainda mais dramático pelo fato da região ser marcada pela falta de integração social.

Por isso, justificam-se as iniciativas para modificar a cultura acastelada no passado, que compreende a periferia como um “espaço problema” para uma nova concepção de valorização da cidadania que privilegia o seu entendimento como um espaço de oportunidades. Sei que será uma tarefa árdua, já que estamos lidando com estruturas de poder tão arraigadas e que impedem o desenvolvimento da região. A evidência deste processo se revelou pelo anseio da população em busca sanar os déficits de ordem sociais básicos na qual aquela população vive ainda nos dias atuais. A ausência de serviços e os dramas da saúde, demonstram que a zona oeste é identificada com a idéia de exclusão e de inferioridade, nas falas dos atores locais, este princípio continua sendo enunciado.

Nesta perspectiva, utilizamos a definição de José de Souza Martins (2009):

É na categoria e na condição de vítima que pode ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece *nova*, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga. Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do *outro*, daquele que ainda não se confunde conosco e nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivos do *nós*. (MARTINS, 2009, p.10).

No caso dos estudos sobre Campo Grande, constatamos que a dinâmica produtiva

implementada nos territórios se diferencia. Em relação ao questionamento sobre a relação entre litígio, em áreas periféricas, cumpre pontuar que este é um paradigma que marca os estudos sobre essas regiões.

Os processos em curso, tomando como unidade de análise o bairro de Campo Grande, é ainda neste trabalho abordados num ponto de vista relativo à dimensão histórico-social, econômica e política. Um dos objetivos visa estabelecer alguns parâmetros que possam servir de base para o estudo da região.

Assim sendo, mediante um processo mais amplo, procurarei no próximo item, evidenciar o que caracterizaram tanto a apropriação de recursos pelos poderes locais, como as tensões e conflitos referentes ao domínio territorial, em uma abordagem que prioriza a idéia de que o território é, também, produto de processos simultâneos seja de dominação ou apropriação do espaço, ou ambos em conjunto.

Ao longo do texto, será intenção demonstrar os processos de cunho econômico-social, bem como a apropriação cultural-simbólica deste espaço em questão, bem como enfatizar as carências na região. Neste sentido, se evidencia insatisfação em relação à distribuição de recursos públicos do poder em Campo Grande; assim, podemos pensar no caráter complexo deste processo que deve considerar o binômio que envolve duas escalas, o global e o local.

Segundo Haesbaert (1999):

As relações globais-locais são consideradas hoje uma das formas mais contundentes em que se pode perceber a dinâmica da des-igualização-diferenciação. Muitos autores vêem, de forma simplista, o global associado com processos de totalização, de generalização/universalização, e o local com processos de fragmentação, de particularização/singularização (HAESBAERT, 1999, p.25).

Como já foi esclarecido, percebemos o local como instrumento espaço culturalmente significativo e dotado de valor subjetivo.

Nesta perspectiva, o enfoque privilegiou captar a dinâmica de diferentes atores que imprimem suas lógicas a partir de diferentes usos do espaço já que, de tais atuações, resultam: diferentes projetos de organização territorial; diferenciadas relações sociais; distintas identidades que se estabelecem de acordo com a apreensão de cada território. Cabe aqui a apreensão do fenômeno do clientelismo e da estruturação da milícia no bairro.

Veremos que dentro das dimensões deste trabalho, que ao apresentar em algumas áreas certo desenvolvimento social não foi possível perceber significativo poder político local, por

parte de lideranças locais. Esse dado é relevante, pois demonstra o signo da precariedade no subúrbio do Rio de Janeiro. Por contextualizar em tal área, interessou pontuar a complexidade que se expressa em torno da dinâmica social e do processo de construção das identidades que marcam a região. Uma análise aprofundada desse espaço outrora rural, requereu atenção especial às conexões históricas, que sedimentava uma coesão social e simbólica regional que futuramente com o avanço do capitalismo passa a ser denominada região periférica.

Como consequência a democracia e a cidadania são ali pouco pensadas, com baixo capital social da população local para aferir um padrão reivindicatório consistente. Essa comunidade também se organiza compreendendo a existência de identidades sobrepostas, que buscam sua ordenação, no caso por nós estudado, através de estruturas políticas há muito com práticas “viciadas” no território.

Esses movimentos dificultam a possibilidade de articulação de um exercício de cidadania, a níveis local. De fato, para que tais relações de cooperação ocorram, é necessário que se vinculem a solidez dos mecanismos gerados pelas instituições locais.

Nesta perspectiva, a territorialização desses processos pode ser percebida tanto a partir da promoção de ações de cunho populistas, quanto através das práticas milicianas que se efetivam na vivência daquele espaço. Cabe sublinhar a idéia de territorialidade enquanto espaço vivido pelos grupos de agentes sociais locais, já que o estudo da territorialidade se articula com as representações e práticas sociais e simbólicas que ali se efetivam concretamente. Finalizando, buscamos especificar em relação à proposta do estudo de bairro enquanto uma região e a ações ali impressas por diversos autores, assim tomamos: região, enquanto conceito, e regionalização, enquanto método ou instrumento de análise, Haesbaert (1988) define região e regionalização como concepções que envolvem posições teóricas distintas. Para o geógrafo a região *“adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo”* (HAESBAERT, 1988, p.28). O autor complementa enfatizando que é nesta perspectiva que a diversidade territorial como um todo interessa, pois a princípio qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos determinados pelo pesquisador.

#### 4.4 Considerações sobre alegabilidade e a milícia no sub-bairro do Mendanha.

A história da atuação da milícia no Mendanha se inicia na região da Carobinha em meados da década de 1990. Um dos fatores que influenciou essa atividade da milícia na região foi à forte atuação do tráfico de drogas, que chegou a um grau de insuportabilidade para os moradores da região. A partir de alguns relatos que coletei junto à moradores da região<sup>77</sup> no ano de 2015, podemos mostrar com mais acuidade o sentimento de medo e insegurança que foi assolando a região de estudo.

Demarcamos que esses relatos, que vamos apresentar neste item, foram muito difíceis de serem coletados, existe muito medo por parte dos moradores de falarem e serem identificados e conseqüentemente punidos por esses depoimentos. Daí que não serão citados os nomes e nem alguns lugares que por si só já identificariam os moradores.

Um relato de uma entrevistada que pediu para não ser identificada, nos conta: *“morava numa casa muito boa, na Carobinha, perto do posto da Avenida Brasil...de dois andares... e os traficantes começaram a usar a região ali e começavam a vender drogas, eu conhecia os caras...mataram um cara na porta da minha casa... mas me apavorei...fiquei com medo e tive que abandonar a minha casa”* (ENTREVISTADA A, NÃO IDENTIFICADA, 2015). Esta entrevistada contou que tem muitas saudades do local de onde morava, ela conhecia as pessoas e sentia-se acolhida na comunidade. Mas o clima de insegurança ficou insustentável para muitas pessoas que ali residiam que estavam entregues ao tráfico.

Desta forma, casos como este, que foram vários na região, se faz notar que foi um pacto propício para a entrada da milícia, já que os moradores clamavam por um certo grau de segurança.

Outro relato que nos mostra como estava sendo a nociva a atuação sem limites do tráfico, outra moradora que pediu para não ser identificada nos conta que a família era proprietária de uma casa estilo colonial na entrada da Carobinha que servia como uma venda de mercado para abastecimento da população local, devido a localização da casa e as investidas violentas e de dominação do território, nos conta *“ninguém mais ia comprar nada lá, o negócio fechou... a casa*

---

<sup>77</sup> De um modo geral, a população do "Mendanha urbano" se concentra nas classes C, D e E.  
 fonte:[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha_(Rio_de_Janeiro))

*foi se degradando, foi abandonada e o terreno acabou se transformando em um terreno abandonado.* (ENTREVISTADA B, NÃO IDENTIFICADA, 2015). Essa mesma entrevistada conta em tom nostálgico que a região é belíssima, era como se vivesse em um paraíso dentro da cidade, com cachoeiras e muito verde. E continua seu relato: *“mas isso está para mim numa memória muito distante pois não vejo como essa situação possa ser revertida, muita gente antiga ali, do bem, se mudou... a favelização ali na década de 90 foi muito brutal”*(ENTREVISTADA B, NÃO IDENTIFICADA, 2015).

Determinado professor da rede pública da região, que também pediu sigilo de sua identidade, foi abordado várias vezes pelos alunos que trabalhavam como “endolaradores”<sup>78</sup> para que este mesmo professor, não andasse mais usando nenhuma vestimenta com o símbolo do batmam, pois este é um símbolo da milícia. Isto deixou claro que eles queriam manter o domínio do território, sem outras interferências. Nota-se que em conversa deste professor com os alunos eles confessaram que ganhavam por semana (R\$ 500,00) quinhentos reais<sup>79</sup>, exercendo esta função para o tráfico de drogas.

Esses relatos nos ajudam a visualizar o quadro de terror e medo impresso pelo tráfico na região, a demanda primordial destes moradores que não estavam envolvidos com o tráfico, era por segurança, alguma ordenação que controlasse os conflitos ali existentes, que como vimos incluíam mortes, perda de propriedades, mudança de moradia pela população para afastarem-se do terror, ameaças, todos estes fatores geravam um forte sentimento de impotência naquela população abandonada. Outro professor relata que um ex-aluno da mesma escola que passou a trabalhar com o tráfico, pulou o muro da escola e agrediu uma aluna. O professor foi atrás do ex-aluno na tentativa de coibir outras agressões no interior da escola, de forma que a direção da escola já havia acionado a guarda da ronda escolar, mesmo assim este aluno ameaçou o citado professor dizendo: *“voltarei armado e vou acertar as contas contigo”*. Este aluno voltou à escola munido de uma pistola e não encontrou o professor e nem o coordenador de turma que também havia sido ameaçado por ele. Quando os milicianos entraram na Carobinha este aluno foi morto, pois estava envolvido com o tráfico. Os pais no enterro choravam muito, e indignados gritavam que não houve nenhum apoio ao filho para que este saísse da contravenção. Segundo um relato deste mesmo professor após a incursão da milícia na favela da Carobinha alguns alunos amigos

---

<sup>78</sup> “Endoladores” são soldados do tráfico que fazem o empacotamento das drogas para a venda.

<sup>79</sup> Nota-se inclusive que muitos destes jovens alunos foram assassinados com a entrada da milícia na região.

deste rapaz assassinado ainda o ameaçavam, juravam vingança. Mas aos poucos eles foram desaparecendo da escola, sendo mortos.

É neste contexto que vemos que se aproxima o domínio miliciano e a disputa no território entre traficantes e milicianos. Esta ação deixou dividida a comunidade pois a entrada da milícia trouxe dor e sofrimento para muitos, vide a família do rapaz do tráfico assassinado por milicianos e por outro lado era bem vista por grande parte da população local na esperança de que pudessem ter uma melhor qualidade de vida com a retirada do tráfico. Neste sentido, o conceito de alegalidade se faz presente. Podemos exemplificar melhor este ponto através da vivência do local na fala de um morador que nos contou sobre o ponto de vista de um miliciano, que colocou a situação nas seguintes bases: *“pô camarada, tu acha que quem sobe o morro, invade favela, corre o risco, é policial bonzinho... que nada... é nós que entramos, damos um sacode geral e levamos a grana e as armas da contravenção, depois dividimos com o comando... policial bonzinho não faz este serviço não, e isso garante o jeitinho das crianças pois este Estado está ferrado”*(RELATO INDIRETO, 2015)

Assim a idéia de alegalidade que discutimos no primeiro capítulo, é mostrada na prática, através da insuficiência de práticas reguladoras oficiais estatais e uma ordem aceita e instituída como a norma do local, pelos milicianos.

Desta forma, a partir da atuação da milícia no local destacamos o relato, também não identificado, de uma moradora de um sítio no Mendanha. Ela nos conta que existia um grupo de milicianos que fazia a ronda com o uniforme camuflado nas áreas mais afastadas e próxima a floresta do Mendanha. O líder deste grupo era chamado de Zé das Medalhas, pois andava com muitas correntes e uma medalha do São Jorge. Quando ela fazia festas no sítio muitas vezes eles apareciam para demonstrar que a região estava segura da ação dos traficantes que possivelmente poderiam invadir o local.

Existem os “dois lados da moeda” no papel da atuação da milícia se por um lado alguns moradores se sentem protegidos e a atuação é vista de forma positiva por outro, alguns grupos sofreram pressão interna dos milicianos, como no caso da entrevistada que ficou viúva por causa da milícia, nos conta a entrevistada: *“meu marido era tudo pra mim, ele se foi, armaram pra ele, ele não queria se submeter, o papel dele era cuidar da comunidade, mas queriam que ele virasse matador, que ele matasse os meninos...pode? Ele só queria tomar conta do comércio pois era pago para isso, e não dar fim nos filhos de seus amigos de infância,... ele chegou a discutir isso*

*com os outros...armaram uma emboscada porque ele não quis participar de uma chacina, isso já faz uns quinze anos... me sinto muito sozinha.”* (ENTREVISTADA C, NÃO IDENTIFICADA, 2015).

Quanto à atuação da milícia na Carobinha as opiniões são divididas, alguns acusam os milicianos de deixarem vender drogas novamente, após um período de refluxo desta atividade, outros se sentem agraciados pela segurança e outro grupo sentiu a dor da perda de um familiar pelas mãos deste grupo. Conforme a opinião de um entrevistado sobre se houve melhora ou não na comunidade após o domínio miliciano “*depende da visão de melhora...se perguntar para mim vou te falar...o bairro voltou a ser o que era antes..você vai me visitar hoje e não vai encontrar aqueles caras armados no meio da rua...agora os comerciantes tem que pagar, senão pagar eles tomam....no caso se formos falar temos coisas ruins e coisas boas...mas a população aqui ganhou em tranquilidade.”* (ENTREVISTADO X, NÃO IDENTIFICADO, 2015).

Já outro entrevistado apontou outro ponto de vista “antigamente a milícia coibia o tráfico, mais intensamente, mas agora eles até extorquem a ação dos traficantes que às vezes vendem suas drogas aqui. Isso dá confusão...”(ENTREVISTADO Y, NÃO IDENTIFICADO, 2015).

Apesar das divergências que podemos observar na fala dos entrevistados, fica evidente a noção de alegabilidade no espaço onde por descaso do Estado a população busca respostas para a falta de segurança e a precariedade de recursos em determinadas áreas periféricas do bairro de Campo Grande, como no caso supracitado no bairro da Carobinha, que diferentemente de outras áreas do bairro foi levada a situação de abandono, por parte do poder público e da iniciativa privada.

Desse modo, é importante ressaltar que esta pesquisa privilegiou a relação da milícia com o tráfico e a comunidade estudada, sendo a interface dela com o Estado um elemento secundário de pesquisa, no entanto marca-se que a repressão estatal não conseguiu desarticular as milícias, apenas enfraquecê-la. Assim, conforme o Relatório das Milícias (2008, p 132):

De fato, com o abandono do discurso público de legitimação e maior discricção dos agentes do Estado que as dirigem, se diluem dois traços distintivos das milícias que a diferenciavam de outros modelos de crime organizado, como o varejo do narcotráfico e o grupo de extermínio.

Tanto no discurso dos operadores do sistema de justiça criminal quanto no dos moradores e da própria imprensa, o conceito de milícia parece estar cada vez mais associado à imposição de taxas obrigatórias a moradores ou comerciantes, ora de monopólios forçados sobre determinados produtos e serviços. No uso do conceito em

outros estados do Brasil, taxas compulsórias e exploração de serviços são também consideradas sintomas de que o crime organizado teria adotado o modelo das milícias. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008)

Faz-se importante frisar dois aspectos que nossos estudos de pesquisa no sub-bairro da Carobinha em Campo Grande se coadunam com as conclusões finais do Relatório das Milícias de 2007, num primeiro momento destacamos a vigência de organização como as milícias, por carências de um poder estatal que dilua os conflitos na região. Conforme citação abaixo, tirada das conclusões finais do supracitado relatório:

Praticamente sem suporte político e com a mídia contra, as milícias abandonaram a tentativa de desenvolver um discurso legitimador no debate público. Contudo, isso não significa que esses grupos não procurem, e atinjam, certos níveis de legitimação dentro dessas comunidades onde operam. Enquanto alguns moradores rejeitam a imposição de taxas e o clima tirânico, outros defendem a ordem imposta por estes grupos. Ainda, há muitos que calam e consentem na ausência de alternativa melhor. (RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p. 131)

Outra característica que se faz presente se relaciona ao “silêncio” dos moradores da região em fornecer entrevistas, muitos se esquivam e preferem não participar da pesquisa, outros ao aceitarem fornecer relatos colocam como condição o seu anonimato. Essa foi uma situação ocorrida nesta pesquisa e registrada no relatório das Milícias, “*encontrar entrevistados foi um tarefa árdua e os discursos dos moradores estão permeados pelo temor*”(RELATÓRIO DAS MILÍCIAS, 2008, p. 130).

De toda a forma os estudos sobre relação instituída pela milícia e os territórios em que operam, ressaltam um consenso evidente, onde os domínios instituídos por grupos organizados nas comunidades cariocas de baixa renda só serão diluídos quando substituído por um controle legal e democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio de Janeiro sempre foi a menina dos olhos dos incorporadores e donos do capital, o outrora esquecido centro da cidade toma novamente ares do progresso como no período Pereira Passos. É possível observar como foi debatido no corpo da tese que existem áreas de que são eleitas pelo capital para efetuação de melhorias, reformas e modernização. Podemos mesmo observar em bairros como Campo Grande que fica mais afastado do centro da cidade que tem subdivisões internas, ou seja áreas mais valorizadas que atraem investimentos e áreas como foi a nossa de estudo marcada pelo signo do abandono, da exclusão e conseqüentemente da violência.

Como vimos, nas áreas mais carentes de Campo Grande, encontramos graves demandas sociais, tais como moradia e saneamento básico, a falta de dinamização de estratégias públicas de geração de trabalho e renda, e o acesso universal a direitos e serviços. Historicamente, nossa cidade sempre foi palco de instigantes sublevações, onde as elites em suas reconfigurações e transmutações criaram suas formas de controle e intervenção utilizando-se dos poderes e instituições do Estado. Nosso foco nesta tese foi buscar compreender estas demandas a esfera da Política de segurança Pública, e as conseqüências da carência desta região em estudo. De forma que a execução da pesquisa orientou-se para os eixos de interesse da intervenção da organização miliciana e práticas clientelistas em Campo Grande. A pesquisa procurou verificar na comunidade da Carobinha em questão, sob o viés da intervenção pública, o processo da Interação Social a partir das relações sociais existentes, as identidades, as dimensões sociológicas de - aproximação, cooperação, acomodação, assimilação - ou afastamento – competição e conflito, além das estratégias de sobrevivência, práticas políticas de segurança dos agentes em atuação na dinâmica local, a serem consideradas no debate sobre as proposições de políticas públicas.

Esta perspectiva associa-se a uma concepção da comunidade não como um apanhado de estruturas físicas sem vida, mas como fluxos de experiências sensoriais onde cabe a relação com a natureza, arte, música e demais constructos subjetivos da condição humana. A preocupação aqui delineada, referente à questão da integração social e da política, levou-nos a examinar as concepções, práticas e ações em sua dinâmica interna, identificando como a intervenção pública está impactando e/ou permitindo o desenvolvimento de ações paralelas dos atores e poderes

existentes nas comunidades, a saber: políticos locais e os milicianos. As transformações em curso devem ser avaliadas no contexto perfil da diversidade humana, das práticas políticas e sua relação com movimentos sociais, das alianças e estratégias de inclusão efetivadas pelos atores locais. Ao se abordar estas questões considera-se um quadro marcado por uma vinculação temática entre Política e Democracia, e uma determinada opção filosófica sobre qual deva ser o papel da intervenção pública. A função do Estado, marcada pelo paradigma democrático, vincula-se a promoção constitucional do que se pode chamar de Cidadania Inclusiva. No dizer de Robert Dahl:

à nenhum adulto com residência permanente no país, ou na cidade, e sujeito a suas leis, podem ser negados direitos disponíveis para os outros, tais como saúde, educação, e os mínimos disponíveis para a manutenção da vida, além dos direitos necessários ao exercício das características de uma sociedade democrática, que são - ser (e ter) representantes eleitos, eleições livres, justas e freqüentes, liberdade de expressão, acesso livre a informação e autonomia para o direito a associação livre". (DAHL, 2007, Pag.99)

Verifica-se que o critério democrático e a adesão simbólica às práticas de controle social são valores pressupostos de forma hegemônica na sociedade, e que se expressam no fortalecimento efetivo da sociedade civil, nos discursos institucionais do poder público e, ou, mesmo, no discurso dos agentes atuantes na dimensão comunitária local. Trata-se de consubstanciar o que hoje ainda está, em grande medida, no campo da retórica.

O objetivo deste estudo foi fazer uma análise para refletir sobre as principais questões referentes às relações clientelistas, domínio do território e em particular a organização miliciana.

No decorrer do trabalho, foi possível tangenciar o que parece serem os principais pontos que devem ser abordados pela política pública, de acordo com a percepção que se obteve sobre as estratégias de territorialização praticadas em Campo Grande.

Esta percepção favoreceu a abordagem durante observação e os documentos técnicos e autores dedicados ao tema da criminalidade e segurança. O tema da região sob o signo da escassez foi apresentado buscando-se a significação do espaço na explicação da vida social, particularmente, em relação aos poderes internos instituídos. Desta forma, enfatizamos a “força” e a singularidade do lugar, que “ganha vida” através dos processos implementados pelos atores do local de acordo com suas necessidades e demandas, o uso do espaço e também as tensões decorrentes da ambiência em uma situação de alegalidade. Esse conceito foi amplamente debatido no primeiro capítulo desta tese tendo por base, o grau de interações que

conseguem articular, ultrapassando limites dos políticos, competindo pelos benefícios das ações impressas pelas políticas intervencionistas e mantendo a categorização de periferia que recebe a comunidade, no contexto de ausências de projetos de intervenção. Foi e é importante lançar-se um olhar sobre a questão do estigma e da contra-estigmatização, na medida em que se evidenciam fronteiras simbólicas que dividem internamente Campo Grande, e, em outra dimensão, em relação aos moradores da área formal e, além das demais secções estudadas. Os moradores mostram interesse, mas temem a participação em grupos para o debate de questões comuns da vida comunitária, mesmo diante de contexto desfavorável à circulação inter-territorial (referente à circulação entre as diversas áreas das comunidades), o que fala em favor de uma perspectiva de futura sustentabilidade para a intervenção pública.

Quais são os pontos importantes a serem ressaltados? Em relação aos equipamentos públicos em funcionamento no território, em especial os referidos à políticas de segurança, devem ser repensadas a partir de uma definição territorial de áreas de planejamento que supra as necessidades existentes no momento, superando-se também um aspecto de alienação que envolve o planejamento do serviço público com relação ao território, cuja percepção caracterizamos como lugar da escassez.

Esta tese pôde concluir que devido a dinâmica impressa pela ocupação territorial em primeiro lugar do tráfico e posteriormente da milícia. Os moradores deveriam se apropriar do território da cidade, ainda desconhecido para muitos, é um dos caminhos de arejamento das concepções, na perspectiva de incorporar uma das dimensões importantes do processo de discussão sociológica, podemos verificar o fenômeno de que as pessoas vivem em seus bairros e arredores, tendo uma visão de não-pertencimento em relação às outras regiões. O que deve pretender a política pública é criar perspectivas para a assunção de novos valores, humanos e democráticos, aumentando a organicidade local, trabalhando o caráter libertador da vivência das alteridades.

Na elaboração das políticas públicas envolvendo a ocupação territorial pelo tráfico e pelos milicianos, e os políticos (rede clientelista) onde existe pouca apreensão sobre os direitos constitucionais, seria pertinente a atuação da responsabilidade pública, no processo de conformação do território. A reflexão ajudou a perceber como um modelo ideal, poderia incidir sobre a alteração do perfil dos espaços estudados, minimizando o processo de apropriação conflituosa que, por ora, incide sobre o território, trazendo elementos ordenadores de ordem

institucional e chamando a população local para o debate e a contribuição crítica, trabalhando coletivamente a constituição de um novo território.

Atualmente, o tema norteador da vida comunitária, que caracteriza Carobinha é o tema da violência/segurança, que comporta em sua definição ambigüidades e ambivalências enfrentadas pela sociedade. No dizer de (Bauman,2001) há uma modernidade líquida e fluída, dinâmica e adaptável as circunstâncias, mais do que em momentos anteriores. Hoje a noção de segurança não passa de um “mito” moderno, diante de uma ordem que se desmantela e se liquefaz, redimensionando as dinâmicas sociais e nos exigindo atentar para paradoxos que antes não nos preocupavam. Sobre isto Bauman ainda dirá:

Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos. Isso não é razão para que deixemos de tentar. Neste caso, mais ou menos liberdade e segurança, o melhor pode ser inimigo do bom, mas certamente o “perfeito” é um inimigo mortal dos dois. (BAUMAN, 2001,75).

Podemos aferir que o aspecto da segurança é primordial para o desenvolvimento psicossocial para as comunidades, assim por conta deste aspecto explicamos como a atuação miliciana, pôde se coadunar ao conceito de alegalidade, ao fornecer princípios básicos ordenadores do ponto de vista simbólico para parcela dos moradores.

A restrição à circulação entre territórios obedece a razões “práticas” estabelecidas pelos operadores da violência, de tal modo que apenas em um lugar o morador poderia desfrutar de segurança: em sua própria “comunidade”. Antes dos milicianos, a normatização foi imposta pelos traficantes, (normalmente, nascidos e criados no local), os quais são, simultaneamente, legisladores, juízes e executores de suas “leis informais”, cuja razão de ser é garantir uma maior tranqüilidade para o “negócio” e deixar claro “quem manda” no local. Dentro desse espírito, proíbe-se que crimes sejam praticados por bandidos comuns contra moradores da favela, sendo os transgressores exemplarmente punidos. Assim, os moradores tem em sua própria comunidade não um espaço do “caos” e da desordem, mas um território submetido a um “poder ordenador”. Como ensina Maquiavel, a virtude principal do Príncipe é a proteção dos súditos contra as agressões de exércitos externos. Garantindo-se a proteção da comunidade, o exercício discricionário, autoritário, e mesmo cruel do Príncipe, não irá solapar as bases de sua legitimidade. Esse mesmo mecanismo, já há muito tempo desenvolvido pelo narcotráfico, é um *modus operandis* reproduzido pela milícia. Entrando por vezes em confronto com o tráfico e, por vezes, em

conformidade com este. Neste contexto, mostrou-se pertinente a utilização de uma noção axiomática, centrada na categoria analítica - “Nós e Eles”,<sup>80</sup> que procura dimensionar os atores a partir do diferencial de poderes referidos a ocupação de posições em um determinado território, considerado território de “poder” (campo simbólico), marcado pelo autoritarismo social e pela violência, como tema isolado. Aqui, trata-se de lançar um olhar sobre as dinâmicas do estigma e do contra-estigma, nas diversas mediações ou interditos que se constituem em fronteiras simbólicas (às vezes físicas) que dificultam a circulação; dissintonias afetivas (inadequação) entre moradores e equipamentos públicos existentes no território; diferenças culturais entre o território e as áreas “incluídas” da cidade do Rio de Janeiro. De fato, pode-se dizer que a milícia se beneficia do baixo acesso à bens e serviços oferecidos no território (por razões de logística e controle territorial relacionadas às atividades lucrativas da milícia, já citadas a longo do trabalho, no território).

Constatamos que a milícia se sustenta na idéia de “favorecimento” e postula permitir acesso àquela população com escassez de serviços, o usufruto de bens e serviços que são de difícil apropriação pela falta de investimento do poder público nestas áreas. A milícia utiliza um discurso de legitimação da ordem e proteção dos habitantes, contra a figura dos traficantes, basta conferir que são compostas especialmente por policiais e bombeiros, que carregam consigo o estigma da ordem. Considerando os elementos que constituem as identidades, nomeações e figurações simbólicas no território, é fato que os milicianos sendo profissionais de segurança pública aplacam os confrontos com a polícia, o que perpassa uma idéia de maior segurança. Assim, o miliciano constitui uma identidade local, que podemos caracterizar como híbridas multi-determinadas. A figura dos políticos locais é parte central neste sistema de organização e que vem a configurar o clientelismo. Já que num ajuste para manter esta dinâmica de “favorecimento”, esses políticos são eleitos e reeleitos com base nas “promessas” e comunicando a solução dos problemas que afligem esta população.

Toda identidade ao se estabelecer (como auto-imagem), baseia-se na existência de uma determinada alteridade que lhe constitui, ou seja, “eu sou o que sou (ou penso que sou), porque sou em relação ao que ele é (ou pensa que é)”. A constituição de um “lugar” partilhado pelos atores de determinado campo de trocas simbólicas, será obra destas identidades e alteridades que se interpenetram e excluem, definindo estratégias que nada mais são do que fruto deste sistema

---

<sup>80</sup> Nós e Eles é uma referência analítica realizada por Nobeit Elias.

de trocas, em torno de objetivos comuns que unifiquem e hierarquizem demandas de diversas procedências. Na medida em que o poder público mantém-se ausente do território, ele estará presente como uma determinada forma de presença (pontual) e promove práticas intermitentes (busca das oportunidades circunstanciais), de lado a lado<sup>81</sup>. Ou seja, trata-se de uma adaptação a um determinado ambiente, onde a ausência-presença do poder público é um dos elementos fortemente constituidores. Este é o “lugar” da alegalidade que discutimos no capítulo 1 deste trabalho. Frisamos que a atenção da política pública deve se voltar para os interesses amplos da população que, de fato, não podem ser negligenciados em favor de um equilíbrio circunstancial de forças que se expressa nos espaços locais, como centralidades e sociabilidades decorrentes.

Porém, para se compreender, enquanto apreensão da realidade é preciso validar e respeitar às múltiplas dimensões da diversidade impressa no território. Conforme Haesbaert (1999): “*se num mundo em processo de globalização/des-territorialização temos mais dificuldade em encontrar áreas coesas (ou “integradas”) e coerentes, cabe verificar qual a nova lógica da regionalização a partir dessa recriação da diversidade territorial*” (HAESBAERT,1999,p.32). Nesta tese, em uma perspectiva de análise sociológica, o tema do clientelismo foi apresentado buscando-se a significação do espaço na explicação da vida social em relação aos poderes internos instituídos/constituídos, e as possibilidades de se gerar sustentabilidade para as intervenções públicas.

Estamos cômnicos de que esta tese é datada, e que não foi possível promover a discussão de todas as variantes que a complexidade do tema exige. No entanto, esta tese é capaz de subsidiar trabalhos que visem atualizar as percepções aqui demonstradas, permitindo verificar resultados e conclusões outras. A par destas considerações, terminamos com a observação de que se procura sistematizar um fenômeno cujo debate está na ordem do dia. Somos ao mesmo tempo, agentes e pesquisadores destes processos. Procuramos evidenciar as singularidades da região em consonância com o processo histórico do clientelismo. É evidente que todas as questões aqui levantadas se mantêm em aberto, mas suas identificações como questões significativas foram importantes para se criar uma possibilidade para possíveis intervenções sobre direitos sociais, políticas públicas e o desenvolvimento territorial, em uma perspectiva humanística e democrática.

---

<sup>81</sup> O político aparece na hora da campanha, ou vem inaugurar uma obra que não terá manutenção; a comunidade aproveitará o que for possível do político (percebe que este se aproveita da comunidade) e não se associará afetivamente à obra inaugurada (embora tire também o proveito que for possível), posto que não a percebe como “algo que lhe pertence”, mas sim como “coisa de governo”.

## REFERÊNCIAS

ABREU Mauricio de. (1987) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN-Rio: Zahar

AGABEN, Giorgio. (2004) *Estado de Exceção*. São Paulo:Boitempo.

ARENDT, Hannah. 1994. [1969]. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BAUMAN, Zygmunt. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro:Zahar.

\_\_\_\_\_. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro:Zahar.

BOBBIO, Norberto. (2003) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOURDIEU, Pierre (1997) *A miséria do mundo*.São Paulo: Petrópolis:Vozes.

BRAGA, Ruy. (2012) *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*.São Paulo: Boitempo.

BRESOLIN, Keberson. (2013)*Autonomia versus heteronomia: o princípio da moral em Kant e Levinas//Autonomy versus heteronomy: the principle of morality in Kant and Levinas*.  
CONJECTURA: filosofia e educação, v. 18, n. 3, p. 166-183.

BRUNO, Regina. (1997) *Senhores da terra, senhores da Guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro:Forense Universitária.

CANO, Ignácio e DUARTE Thais. (2012) *Só no Sapatinho: A evolução da Milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll

CASTRO, Iná Elias. (2005) *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (org) (2013) *Espaços da Democracia, Para a Agenda da Geografia Política Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

CASTRO, Jeanne Berrance de Castro. (1977) *A milícia cidadã: Aguarda nacional de 1831 a 1850*.São Paulo: Brasileira.

COSTA, Jurandir Freire. (2004) *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

CORRÊA, Roberto Lobato. (1999) *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 4ªed.

DAHL, Robert A.(2001) *Sobre a Democracia*. Brasília:Editora UNB.

DERRIDA, Jacques. (2010) *Força de lei: o "fundamento místico da autoridade"*. São Paulo: Martins Fontes.

DINIZ, Eli. (1995). Apresentação. IUPERJ. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Série Estudos, n.91, pp. 1-3.

\_\_\_\_\_. (org.). (1982) *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (1982) *Voto e máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DURKHEIM. Émile. (2007) *As regras do método sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

FEHÉR, Ferenc. (1989) "Practical Reason in the Revolution: Kant's Dialogue with the French Revolution." *Social Research*, 56.1.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega.(2011).*O rapto ideológico da categoria subúrbio*.Rio de Janeiro: Apicuri.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. (2013) *Os pobres e a política: História e movimentos sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad.

FOUCAULT, Michel(2007) *A ordem do discurso*. 15ª edição. São Paulo:Loyola.

\_\_\_\_\_. (1995) *Micro física do Poder*. 11ª reimpressão. Tradução e organização Roberto Machado. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (2011) *Ditos e escritos, arte, epistemologia, filosofiae história da medicina*. v. II, Forense universitária.

FREIRE, Américo. (2000) *Uma capital para a república: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*.Rio de Janeiro: Editora Revan.

FREIXO, Marcelo. (2013) *A escolha entre UPP e tráfico é uma armadilha*. *In Revista Caros Amigos*,São Paulo,nº194,pp.17-18.

FRIDMAN, Fania. (1999) *Donos do Rio em nome do Rei*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEERTZ, Clifford (2004). *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 7ª edição. Petrópolis: Vozes.

GEHLEN, Ivaldo (2006) “Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável” In *Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Alberto Riella (compilador). Departamento de Sociología, Universidad de la República. Montevideo- Uruguay. pp.265-283

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. (1997) *Modernização reflexível: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Universidade de Campinas.

GRUPPI, Luciano. (1980) *Tudo começou com Maquiavel- as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci* Porto Alegre: LPM editores Ltda.

HAESBAERT, Rogério. (2004) *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David. (2010). *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

HOBBSAWN, E.J. *Bandidos* (1969). Rio de Janeiro. Forense-Universitária.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. (2011) *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar

HOLLANDA, Sergio Buarque de. (1982). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

HUBERMAN, Leo. (1986) *A história da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara.

KANT, I. O que significa orientar-se no pensamento. *Apud*. GRIMM. Opus cit. (Trad. Artur Mourão, Lusofia, pag. 17)

KANT, Immanuel. (s/d) *Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”* Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia.

KANT, Immanuel. (2007) *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela, Lisboa: Ed. 70.

KAST, Bernd. (2013) *Stirner and Simmel legal liability, proprietary rights and individual law. Influence of Stirner on Simmel and reception of Stirner*. *Philosophica*, v. 41, p. 109-14, p.130.

KUCINSKI, Bernardo. (2015) *Bala Perdida a violência policial no Brasil os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo.

LEAL, Victor Nunes. (1997) *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LEITE, Márcia Pereira; OLIVEIRA, Pedro Paulo. (2005) Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores. *Estudos de Política e Teoria Social*, n.13, pp.14-43.

LIMA, Marta Gomes Lucena de (2007) O Teatro Rural do Estudante na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. 105 f. Orientadora: Cléia Schiavo Weyrauch. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação-PPFH.

LINCK, Thierry (2006) La economía y la política de la apropiación de los territorios *In* Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos. Alberto Riella (compilador). Departamento de Sociología, Universidad de la República. Montevideo Uruguay pp.107-143.

LUCENA, Marta Gomes (2012) A condição social e fronteiriça Brasil- Uruguai no Mercosul. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas.

MARQUES, J.Luis.(1991) Crítica das formas da modernidade. Porto Alegre: Tchê!

MACHADO, Luís Antonio da Silva . (1999) Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

MARICATO, Erminia Maricato.(2011) O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes

MARTINS, José de Souza (2000) O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2009) Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. 2ª edição. São Paulo:Contexto.

MESQUITA NETO, Paulo de. (2001) Crime, violência e incerteza política no Brasil. n. 91. *Cadernos Adenauer II*, n. 1, pp. 9-41.

MENA, Fernanda. (2015). Um modelo Violento e ineficaz de Polícia *in* coletânea do livro Bala Perdida, A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo. pp:19-26

MISSE, Michel. (1995). Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas *in* Violência e participação política no Rio de Janeiro. Série Estudos, IUPERJ n.91, pp. 23-39.

\_\_\_\_\_. ( s/d ) Crime Urbano, Sociabilidade violenta e ordem legítima. Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Mimeo.

MOREIRA, Roberto José. (2007) Terra, Poder e Território. São Paulo: Expressão Popular.

NICOLAU, Jairo Nicolau. (2012) Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. (2003) Crítica a razão dualista. São Paulo: Boitempo.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (2008) Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro. RJ, Guaramond, FAPERJ.

PENNA, Lincoln de Abreu. (2008) O progresso e a ordem: o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: E-papers.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília. (2010) Sociologia da Violência: Do conceito às Representações sociais. Brasília: Francis.

RAFFESTIN, C. (1993) Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.

REZENDE, Jó. (1985). *Como se faz a luta de bairros. Depoimento a Neusa Miranda*. Petrópolis: Vozes.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. (2004) A formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro. O resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Open Plus.

SANTOS, Milton (2001) Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. (2002) O País distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha.

\_\_\_\_\_. (1996) A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1993) Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco.

\_\_\_\_\_. (2006) O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.

SILVA, Hélio. MILITO, Cláudia. (1995) Vozes do meio-fio. Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. (2008) Vida bob Cerco. Violência e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. (2004) Sociabilidade Violenta *in* Sociedade e Estado, Brasília V.19n.1.pp54-84.

SINGER, André. São Paulo (2012). Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras.

SOARES, André de Almeida.(2015). Um “novo lugar para a “nova classe média”: Mobilidade, identidade e consumo. O caso do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.UERJ

SOARES, Luiz Eduardo.(1996). *Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional*. In: \_\_\_\_\_. *Violência e política no Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro:Relume-Dumará: ISER, PP.165-188.

SOUZA, Jessé (2015) A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya.

SOUZA, Marcelo José Lopes de (1995) “O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” In CASTRO, Iná E. *et al.* (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp.77-115

STRATHERN, Paul.(2003) Uma breve história da economia. Rio de Janeiro: Zahar

TISCORNIA, Sofia. (2001). Usos e costumes portenhos: a trama social da violência e o poder de polícia. *Cadernos Adenauer* II, n. 1, pp.111-131.

VELHO, Gilberto. (1996) Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In VELHO, Gilberto. ALVITO, Marcos. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, pp. 11-24.

## **Outras Publicações**

### **Relatórios**

FREIXO, Marcelo. *Os megaeventos, as intervenções urbanas sem planejamento e participação e a repressão às manifestações culturais populares*. Comissão de Defesa dos direitos Humanos e cidadania da Alerj. RJ, Relatório 2009 – 2012.

Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Ação de Milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

### **Sites**

KANT, Immanuel. *Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Lusofonia, s/d, p. 33. In: \_\_\_\_\_. *Akademie-Ausgabe*, VIII, p. 301, disponível, juntamente com toda a obra no idioma original em: <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/>> em 15 de agosto de 2017, confirmando todas as anteriores, onde foram encontradas apenas as formas “a legalidade” e “à legalidade”, cf.

<[https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=alegalidade&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)> Acessado em agosto de 2017

[https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=unlegal&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=unlegal&hl=ptBR&as_sdt=0,5)> Acessado em agosto de 2017

[https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=alegalidad&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=alegalidad&hl=ptBR&as_sdt=0,5)> Acessado em agosto de 2017

[https://scholar.google.com.br/scholarstart=20&q=Gesetzlosigkeit&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholarstart=20&q=Gesetzlosigkeit&hl=ptBR&as_sdt=0,5)> Acessado em agosto de 2017

<https://www.google.com.br/search?q=alegalidade+kant&ei=sz2UWcCNBli2wQSe8KmIDw&start=10&sa=N&biw=1366&bih=657> com um resultado relevante localizado e

[https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=alegalidade+kant&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholarstart=0&q=alegalidade+kant&hl=ptBR&as_sdt=0,5) Acessado em agosto de 2017

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. *Deutsches Wörterbuch Von Jacob Grimm Und Wilhelm Grimm*. Leipzig: S. Hirzel, 1854, verbete *Gesetzlosigkeit*, disponível em <[http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui\\_py](http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui_py)> Acessado em agosto de 2017?sigle=DWB&mode=Vernetzung&hitlist=&patternlist=&lemid=GG11241#XGG11241> Acessado em agosto de 2017

<http://memoriascampogrande.blogspot.com.br/2017/05teatrodearenalonaculturalaelza.ht>

acessado em julho de 2017. Acessado em agosto de 2017

WIKIPEDIA. Censo 2010. [http://pt.wikipedia.org/wiki/campo\\_grande\\_\(zona\\_oeste\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/campo_grande_(zona_oeste)). Acessado em abril de 2017

<http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=63>. Revista online de pesquisa urbana. Acessado em julho de 2017.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo\\_Grande\\_\(bairro\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(bairro_do_Rio_de_Janeiro)). Acessado em julho de 2017

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mendanha_(Rio_de_Janeiro)). Acessado em Juho de 2017.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo\\_Grande\\_\(bairro\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro\)Esporte\\_lazer.2C\\_cultura\\_eturismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(bairro_do_Rio_de_Janeiro)Esporte_lazer.2C_cultura_eturismo)